

PARTE II – O TURISMO E OS CURSOS DE TURISMO

*Pelo estudo cuidadoso do passado é que poderemos
conseguir antecipar o futuro e entender o presente.
Portanto, a melhor das escolas pedagógicas está na história do ensino
(DURKHEIM, 1995).*

CAPÍTULO 2 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DO TURISMO

A trajetória do Curso de Turismo da PUCRS, a partir das memórias, precisa ser entendida no contexto que vivenciamos na atualidade. No que diz respeito ao ensino superior em turismo, o qual pode ser compreendido enquanto *locus* de ação social e, assim, histórica e culturalmente construído, entendemos que trabalhar no âmbito da produção do sentido implica retomar também a linha da história, de modo a entender a construção social do curso e compreender as singularidades que o envolvem. Assim, é fundamental pensá-la pelo viés econômico, político, social, observando seu processo histórico.

Julgamos importante contextualizar o objeto de estudo, pois tomamos por base Nóvoa (1994) quando ressalta que

[...] a história da educação não é o “passado”, o que esmaeceu e desapareceu e não volta, mas sim a continuidade que vem ao agora e até ao amanhã, um passado que se prolonga em presente e em projeto: a história é um modo – mais pertinente, o mais adequado – de bem pôr os problemas de hoje graças à indagação científica do passado. (NÓVOA, 1994, p. 111)

A partir das últimas décadas do século XX, as viagens e o turismo começam a ser estudados de maneira científica, enquanto fenômeno social, tornando-se importantes objetos de pesquisa, observado sob os contextos: histórico, econômico, sócio-filosófico e ambiental, além de outros. Esses contextos são interdependentes, cada um interage com o outro, ora se complementando ora se contradizendo.

No caso específico de nosso estudo, o cenário político, social e econômico da época é por demais revelador no que diz respeito à natureza e função da atividade turística, demonstrando as forças sociais que foram responsáveis por sua gênese e posterior desenvolvimento.

Este capítulo aborda uma reflexão a respeito da atividade turística no Brasil e no Rio Grande do Sul, frisando situações históricas do seu início e as implicações daí decorrentes. Julgamos importante analisar os acontecimentos relacionados ao turismo, buscando um melhor entendimento sobre o fenômeno, uma vez que a história do turismo no Brasil se refletiu em ações referentes ao ensino em Turismo. Não se trata, portanto, de uma história do turismo, mas sim de uma apresentação, em forma cronológica, daqueles fatos e acontecimentos significativos, destacados na bibliografia e pelos narradores, neste processo evolutivo.

Isso fica especialmente claro quando observamos as narrativas dos sujeitos, os sentidos atribuídos às atividades turísticas realizadas fora do ambiente acadêmico, que envolvem múltiplas lembranças narradas. É sobre esse contexto que muitos sujeitos refazem a sua trajetória pessoal e profissional.

Como nos diz Moesch (1993, p.07):

Permeável ao arbítrio do pseudo-conhecimento, da apropriação constante e indevida de idéias meritórias, a despeito da legitimação reconhecida de seus verdadeiros autores, o turismo exige vigilância permanente, denúncias corajosas, pleitos árduos e contínuo reavivar da memória coletiva acerca de seu breve passado histórico, seus heróis e seus vilões.

O capítulo está estruturado em duas partes distintas: a primeira, de forma ampla, busca contextualizar a atividade turística no Brasil, e a segunda, no Rio Grande do Sul.

2.1 O Turismo no Brasil

O turismo, como o conhecemos hoje, constitui um fenômeno basicamente do século XX. Os historiadores admitem que o advento do turismo de massa iniciou-se na Inglaterra durante a Revolução Industrial, com o despertar da classe média diante do transporte relativamente barato. O surgimento da indústria aérea comercial, após a Segunda Guerra Mundial, e o subsequente desenvolvimento da era dos jatos, na década de 1950, assinalaram o rápido crescimento e a expansão das viagens internacionais. Esse crescimento conduziu ao desenvolvimento de uma nova indústria, o turismo (THEOBALD, 1997).

O período denominado de turismo moderno ou organizado compreende o período de meados do século XIX até o início do século XX e caracteriza-se pela “implantação e o desenvolvimento da atividade turística como um grande negócio, em decorrência de inúmeros fatores, dentre os quais se destacam as transformações econômicas e sociais, e as novas tecnologias” (REJOWSKI et al, 2002, p. 41).

A partir de 1970, inicia-se uma nova etapa no desenvolvimento do turismo. Vários países, estimulados pelos benefícios que essa atividade pode proporcionar às comunidades receptoras, fundamentalmente no aspecto econômico, começam a fomentá-lo mediante a criação de centros turísticos planejados. Há um crescimento da participação do setor privado na atividade turística.

Concretamente, entre 1970 e 1990, o turismo se consolida como um direito adquirido pela sociedade. Sua expansão é tal que se converte em uma das principais atividades econômicas do comércio internacional (ACERENZA, 2002). Por isso, alguns governos criaram os primeiros organismos especializados na promoção e no

planejamento da atividade. A partir daí, é visto como um fenômeno complexo, gerando amplas discussões em nível mundial.

Os últimos decênios do século XX, de 1974 a 2000, mostram a verdadeira complexidade e abrangência do turismo num mundo em constante mutação, onde tudo é questionado, inovado, criado e reformatado. Duas forças impõem-se e novos cenários surgem: a *sustentabilidade* e a *globalização*. Desafios constantes levam à importância do planejamento e gestão estratégica, à formação e capacitação de recursos humanos de qualidade, e ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos. (REJOWSKI e SOLHA, 2002, p. 112, grifo do autor)

Krippendorff (1989, p. 24) também ressalta a importância de se conhecer e entender o funcionamento da atividade turística para uma melhor gestão.

O turismo moderno se tornou um dos fenômenos mais formidáveis e mais singulares da nossa época. Para descobrir a natureza de que se reveste, é necessário tentar compreender como se ligam os elementos, quais são as causas e efeitos, os desejos e as realidades. Devemos, antes de mais nada, dominar o funcionamento do mecanismo, antes que possamos determinar os meios de controlá-lo, modificá-lo e aperfeiçoá-lo.

Mais recentemente, a produção pertinente à história do turismo tem se ampliado, trazendo vantagens para a produção de seu saber, como observou Vainfas (1997), quando se refere à historiografia atual, em diferentes escalas ou pontos de observação e adotando tanto uma postura explicativa, como a descrição do detalhe cultural, ou seja, a(s) realidade(s) e suas representações.

No Brasil, o desenvolvimento do turismo não é um fenômeno recente. Assim como ocorreu na Europa e em países do Ocidente, a atividade tem evoluído, com maior ou menor intensidade, acompanhando as mudanças econômicas, sociais e culturais, e os avanços da tecnologia. Barretto (1991, p. 56) explica que no Brasil, “o turismo surgiu vinculado ao lazer; nunca teve cunho de aventura ou educativo, como na Europa. A partir de 1950, grandes contingentes passam a viajar, mas, apesar de ser considerado um turismo de massa, nunca atingiu o total da população”.

No país, a institucionalização do turismo foi se estruturando lentamente. O turismo como fenômeno social começou depois de 1920. Pode-se traçar um marco com a criação da Sociedade Brasileira de Turismo, em 1923, que depois se tornaria o Touring Club¹⁵. A entidade era dirigida aos poucos proprietários de automóveis dos anos 1920 e foi a primeira a se preocupar com o turismo nacional. Até o fim da década de 1940, o Brasil apresentava muitos problemas de transporte, relacionados não somente aos equipamentos, mas, principalmente, pela inexistência de infra-estrutura.

¹⁵ Sobre o Touring Club ver: GASTAL, Susana e CASTRO, Marta Nogueira. A construção do campo do Turismo: o papel do Touring Club no Rio Grande do Sul. In: CANDIDO, Luciane Aparecida e ZOTTIS, Alexandra Marcella (org.) *Turismo: Múltiplas Abordagens*. Novo Hamburgo, Feevale, 2008, p. 30-41.

Durante muito tempo, os temas referentes ao turismo foram tratados por diferentes setores da administração pública federal, sendo que a primeira experiência foi a criação, em 1934, da Comissão Permanente de Exposições e Feiras. Cinco anos depois, em 1939, através do Decreto-lei nº. 1.915, cria-se a Divisão de Turismo, no Departamento de Imprensa e Propaganda, e, em 1940, realiza-se a primeira regulamentação das atividades das empresas e agências de viagens e turismo (CRUZ, 2000). Já na esfera privada, em 1936 foi fundada a ABIH – Associação Brasileira da Indústria Hoteleira – no Rio de Janeiro, durante o I Congresso Nacional Hoteleiro.

O desenvolvimento da atividade começou a ser discutido no final dos anos 1940, pautado nos princípios do nacional-desenvolvimentismo. Com Getúlio Vargas (1930-1945), o Brasil entra em um processo de transição do modelo agroexportador para o urbano industrial. Para ele, o governo poderia e deveria retomar o crescimento independente da economia mundial. Durante esse período, o foco das ações foram a implementação da indústria de base e a dinamização do mercado interno (SOUZA, 2007).

Para Moesch (1997), pode-se afirmar que, em termos nacionais, a primeira manifestação de interesse oficial frente ao turismo e suas notáveis perspectivas de promoção social só ocorreram em 1937, quando o governo do Distrito Federal instituiu, por decreto, a Temporada Oficial de Turismo, objetivando incrementar, na capital, a frequência de visitantes vindos do interior do Rio de Janeiro e de outros estados da União, para aumentar a receita dos inúmeros cassinos instalados na “Cidade Maravilhosa” à época.

De acordo com Hohlfeldt e Valles (2008), durante a primeira metade do século XX, o turismo no Brasil dependia quase que exclusivamente da iniciativa privada, sendo que o serviço público atuava somente em alguns momentos, em conjunto com instituições como o Touring, não havendo, assim, a institucionalização de uma política turística.

Efetivamente, os primeiros sinais de uma ação mais ampla e sistemática foram durante a década de 1950. A intervenção estatal se fez sentir tanto na criação de órgãos e instituições normativas e executivas, quanto na produção do espaço. Em 1953, as prefeituras de Belo Horizonte, Recife e Salvador criaram seus órgãos municipais de turismo.

A década de 1950 foi o período mais propício para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, comandado pela indústria, com repercussão nos demais setores e na produção das cidades. Isto se atribuiu, em grande parte ao Plano de Metas 1956-1961, um programa governamental de desenvolvimento, apoiado em investimentos públicos e privados nas áreas de

infra-estrutura, indústrias básicas e de bens de consumo duráveis, recursos humanos [...]. (CAVALCANTI e HORA, 2002, p.56)

No começo da década de 1950, a hotelaria nacional já era de razoável proporção e concentrava-se nas principais capitais do país. As companhias aéreas aumentaram suas frotas. As agências de viagens brasileiras começaram a se organizar, criando associações regionais e participando de eventos internacionais. Em 1953, um grupo de 14 agências fundou a ABAV – Associação Brasileira dos Agentes de Viagens no Rio de Janeiro, buscando consolidar e incentivar o turismo nacional, posteriormente estruturada em outros estados da Federação (SOLHA, 2002).

Também na década de 1950, a Confederação Nacional do Comércio, conduzida por Umberto Stramandinoli, começou uma campanha para oficializar o turismo no país, iniciando com a organização dos Congressos Brasileiros de Turismo, realizados em 1956 e 1957. “De sua iniciativa, também foi a criação do Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comercio, presidida por Corinto de Arruda Falcão” (GOIDANICH, 1993, p.53).

No início de 1958, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) teria sondado o governo norte-americano sobre a possibilidade de obter um empréstimo para o Brasil. O presidente Eisenhower¹⁶ empenhava-se no programa *People to people* e criara, em 1957, uma agência de financiamento, o “Development Loan Fund”, com a finalidade de auxiliar financeiramente os países que tivessem interesse em desenvolver o seu turismo. Eisenhower acreditava na importância do turismo como instrumento de paz e enriquecimento das nações. Em lugar do empréstimo, ofereceu ajuda técnica, para que o Brasil se organizasse e explorasse racionalmente o seu potencial turístico. Com o aval de Juscelino, firmou-se um convênio e nasceu o *Tourism Project for Brazil* (GOIDANICH, 1993).

O Decreto nº. 44.863 de novembro de 1958 instituiu, no governo de Juscelino Kubitschek, a COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo -, vinculada à Presidência da República. Essa pode ser considerada a primeira política pública do estado a serviço do turismo brasileiro, em que o governo enquadrou o turismo pelo viés econômico, trabalhando o fenômeno com uma visão limitada e estreita, uma fonte de receita econômica. A COMBRATUR terá por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do país, no que respeita ao turismo interno e internacional (FERRAZ, 2000).

¹⁶ Dwight David Eisenhower foi presidente dos Estados Unidos da América entre 1953 e 1961.

O decreto traz, pela primeira vez, referências às diretrizes de uma política nacional de turismo. Dentre as atribuições da COMBRATUR, destaca-se a preocupação com a ampliação e melhoria da infraestrutura turística nacional, especialmente dos meios de hospedagem. A partir desse momento, transfere-se o eixo prioritário das políticas públicas de turismo da organização do setor – do ponto de vista das agências de viagens e turismo – para ampliação do parque hoteleiro do país.

Esta Comissão, no entanto, não possuía estrutura que lhe permitisse realizar todas as atividades que lhe eram atribuídas, sendo, portanto, extinta em 1961. No seu lugar criou-se, em 1962, a Divisão de Turismo e Certames, pelo Decreto nº 4.408, vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio, com a finalidade de promover, organizar e fiscalizar exposições, feiras e certames no território nacional (SOLHA, 2002).

O Congresso Nacional apresentou, no ano de 1963, após a realização do I Simpósio Nacional do Turismo, em Brasília, por iniciativa do Poder Legislativo, a proposta de criação do IBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, projeto que foi vetado pelo então presidente João Goulart.

Em 31 de março de 1964, a recente democracia brasileira sofreu um golpe patrocinado por coalizão civil e militar. Segundo Germano (1993, p. 17), “o golpe [configurou] a ascensão de um novo bloco no poder, que [envolveu] uma articulação entre o conjunto das classes dominantes, ou seja, a burguesia industrial e financeira – nacional e internacional –, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas”. Foi instalada a denominada Ditadura Militar, um regime bem comum no contexto da América Latina no período. Com a Ditadura, além de outras consequências, adveio um acirramento do movimento tecnicista¹⁷.

Em 1966, uma questão vem à tona: o Governo Federal não podia continuar com suas atividades, no campo do turismo, circunscritas aos estreitos limites de uma divisão, órgão burocrático subordinado a um departamento da Secretaria de Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, embora algumas coisas tenham sido feitas, independentemente da carência de recursos orçamentários e da falta de pessoal especializado. O turismo necessitava de ações mais objetivas do Governo. Existia somente, no âmbito federal, a Divisão de Turismo e Certames, e, no estadual, duas Secretarias de Estado, a da Guanabara e a de São Paulo. Em outros estados,

¹⁷ O tecnicismo, uma concepção epistemológica da prática herdada do positivismo, prevaleceu ao longo de todo o século XX, servindo de referência para a educação e socialização dos profissionais em geral e dos docentes em particular (PÉREZ GOMES, 1995).

departamentos e serviços autônomos exerciam suas atividades, como por exemplo, o SETUR do Rio Grande do Sul, o mais antigo órgão estadual de turismo do Brasil. Alguns municípios, por iniciativa das Câmaras Municipais, possuíam Serviço de Turismo para atendimento das necessidades locais. Em âmbito nacional, uma entidade particular fazia sentir sua presença no campo turístico – o Touring Club do Brasil, “a quem o turismo nacional deve, pelo seu pioneirismo e eficiência, uma incontável soma de realizações” (SILVEIRA¹⁸, s/d, p. 19).

Em 1966, Porto Alegre sediou o 2º Simpósio Nacional de Turismo, quando foi reiterada, ao governo federal, a proposta do deputado Nelson Carneiro, presidente da associação Parlamentar de Turismo, de criação do IBRATUR.

O crescimento do setor turístico no mundo e as perspectivas de uma atividade econômica promissora estimularam a criação de um órgão público que pudesse atender às necessidades urgentes do setor. O Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966¹⁹, definiu a política nacional de turismo. Desse modo, em 1966, cria-se a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, sediada no Rio de Janeiro –, o Conselho Nacional de Turismo – CNTUR –, e começa a ser discutida a necessidade de se traçarem as diretrizes de uma Política Nacional de Turismo.

A EMBRATUR, conforme o Decreto-lei 60.224/67, deveria “estudar e propor ao CNTUR os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento”, enquanto que ao CNTUR caberia formular as diretrizes para uma política nacional de turismo. Em 1967, por meio de decretos-lei, foi criado o Sistema Nacional de Turismo, constituído pela EMBRATUR, pelo CNTUR e pelo Ministério das Relações Exteriores “imprimindo uma mudança substancial na condução das políticas federais de turismo” (CRUZ, 2000, p. 51).

O CNTUR delineava as políticas de turismo, e a EMBRATUR deveria executá-las. Como não dispunha de receita, gerenciava com os recursos oriundos dos incentivos fiscais e financeiros alocados para o setor. Beni (2006) considera este um passo fundamental para o rumo do turismo brasileiro, que até então figurava em uma situação marginal.

O Conselho Nacional de Turismo, como órgão superior à EMBRATUR, era formado por representantes do governo, da própria EMBRATUR e do *trade*,

¹⁸ Joaquim Xavier da Silveira foi o primeiro presidente da EMBRATUR, de 1966 a 1971. Ele é autor do livro: “Turismo uma prioridade nacional”, no qual narra o período de criação e consolidação da EMBRATUR no território nacional (SILVEIRA, s/d).

¹⁹ A Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, revoga o Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.

especificamente das agências de viagem, da “indústria” hoteleira e das transportadoras; estes últimos formavam o considerado “tripé” da atividade turística.

Santos Filho (2005) argumenta que a EMBRATUR foi criada com outros objetivos, pois, em 1966, o governo Federal, atordoado com o que falavam de seus governantes no exterior, sentiu o incômodo de ter que deixar a farda e governar a sociedade de civis com base na democracia e não no comando de tropas e hierarquias. Pelo menos era essa a pressão e o desejo dos brasileiros que lutaram abertamente ou na clandestinidade. Criou-se a EMBRATUR “com o objetivo *explícito* de coordenar o desenvolvimento do turismo brasileiro. E, *implícito* de refazer a imagem do Brasil no exterior, assim, nada melhor que uma entidade através da qual se divulgassem as belezas naturais de um país exótico, pró-americano [...]”. (SANTOS FILHO, 2005, p.1)

Para o autor, há uma correlação entre a criação da EMBRATUR no período de governo militar no país, e a imagem do Brasil no exterior, preocupação constante dos golpistas que queriam ter em suas mãos um instrumento capaz de conter ou ocultar a crise da sociedade em todos os seus setores. Para isso, começou-se a articular a criação de um órgão que divulgasse a imagem do Brasil em conformidade com os interesses do Estado.

Em 1967, através do Decreto nº. 60.224, foi ampliada a concepção legal da política nacional de turismo, com a criação do Sistema Nacional de Turismo, que indicava a responsabilidade de cada participante (órgãos federais, estaduais, municipais e iniciativa privada) na atividade turística.

Uma das primeiras iniciativas da EMBRATUR foi organizar um encontro, em outubro de 1967, para reunir os estados da União no I Encontro Oficial do Turismo Nacional, no Rio de Janeiro. Essa mesma entidade criaria a SUDESUL²⁰ – Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul, assumindo os encargos para o desenvolvimento do Plano Regional de Turismo. O turismo já era reconhecido como a indústria sem chaminés, fator que envolvia aspectos como planejamento de infraestrutura, relacionando setores como marketing e outras atividades de promoção do produto turístico.

Esse Encontro contou com a participação de representantes de todos os estados e alguns territórios, além dos delegados representantes dos transportes, hoteleiros e agentes de viagens. Assim, pela primeira vez no País, realizou-se um evento em termos

²⁰ A Sudesul foi criada em 1967 e extinta em 1990 através do decreto 92.240. Nas décadas de 1970 e 1980 proporcionou benefícios para os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, pois tinha como finalidade planejar e promover a execução do desenvolvimento da Região Sul, coordenando e controlando a ação federal nessa região.

nacionais, para discutir a temática turismo.

O Encontro possibilitou à EMBRATUR uma visão geral da problemática do turismo brasileiro e representou uma tomada de consciência, em âmbito nacional, do significado do Turismo para o Brasil, desencadeando um processo de conscientização, no sentido de integrar essa indústria no plano do desenvolvimento do País. Durante o Encontro cada um dos estados brasileiros, através de seus representantes, apresentou como vinha desenvolvendo a atividade turística no seu estado (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967).

Em 1969 foi instituído, pela CNTUR, o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur), considerado o instrumento básico da Política Nacional de Turismo. No entanto, para Cruz (2000) o Plantur nunca foi posto em prática.

Solha (2002) aponta que o desenvolvimento do turismo no país, no período de 1950 a 1969, ocorreu em consequência da conjugação de diversos fatores: melhoria nos equipamentos e no sistema de transportes; ampliação dos sistemas de comunicação; urbanização e crescimento das cidades; crescimento de uma classe média propensa a viajar. Embora ainda bastante incipiente, quando comparado à velocidade dos acontecimentos mundiais, estimulou o início da organização da atividade nos setores público e privado.

O Governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) foi marcado por um fabuloso crescimento econômico, conhecido como o "milagre brasileiro". Na década de 1970, com muitos investimentos estrangeiros, com baixa inflação, a classe média e os empresários estavam eufóricos com as perspectivas otimistas em relação aos negócios e à economia. Mas, também foi um tempo de repressão, censura e violência, características da linha dura do governo militar. Neste cenário, o turismo aparecia como a atividade econômica do futuro, responsável pelo desenvolvimento do país. Todavia, a viagem ainda não era um hábito popular. "O ritmo do desenvolvimento do setor ainda era lento e muitos dos empreendimentos e das experiências na área eram amadores, caracterizados pela improvisação e pelo autodidatismo" (SOLHA, 2002, p. 134).

Na administração pública, a EMBRATUR estabeleceu como um de seus objetivos ampliar a infraestrutura hoteleira do país, criando, em 1971, o Fungetur – Fundo Geral do Turismo – para financiar a construção, ampliação ou reforma de hotéis, obras e serviços específicos de finalidade turística. O setor privado expandiu e consolidou as suas associações. Da mesma forma, verificou-se um grande incremento nos negócios turísticos e a abertura de um novo mercado de trabalho (SOLHA, 2002).

A imprensa explicita este período da atividade turística:

Não somente sob o aspecto social, educativo e cultural, o turismo deve ser encarado sob os aspectos econômicos e empresariais [...]. A indústria do turismo só perde em importância para a do petróleo que até 1980, segundo a opinião de alguns economistas, deverá ser ultrapassada pela primeira, declarou recentemente o ministro Pratini de Moraes, da Indústria e Comércio. No Brasil, os governos da Revolução de 1964 vem procurando racionalizar e planejar um política turística, sendo que de 64 a 71, nosso País já investiu 400 milhões de dólares na incrementação do turismo nacional. A EMBRATUR, presidida pelo Sr. Paulo Protásio, vem realizando um notável trabalho neste campo, procurando imprimir uma nova imagem no turismo nacional, quando vivemos em 1973 o ANO NACIONAL DO TURISMO, lançado pelo presidente Médici. Desta maneira, forma-se no Brasil, uma verdadeira conscientização que representa a indústria turística dentro do processo desenvolvimentista que vivemos. (O Quero-Quero/RS²¹, 28/09/1973)

Nesse período, a expectativa de um mercado de trabalho promissor restringia-se ao trinômio – agências de viagens, hotelaria, transportes –, que dependia da expansão e consolidação deste mercado. A década de 1970 foi bastante produtiva no que diz respeito às discussões sobre o turismo. Iniciaram-se os primeiros eventos científicos na área, que discutiam a realidade turística brasileira, o mercado de trabalho e as necessidades do setor, encabeçados pelo Contur – Congresso Brasileiro de Turismo –, o primeiro promovido pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (REJOWSKI, 1996).

A crise mundial de petróleo, em 1973, que abalou a economia do país durante alguns anos, refletiu na atividade turística. Observavam-se os primeiros sinais da grave crise econômica interna, que virá a se estabelecer nos anos 1980. Em 1974, assumiu a presidência Ernesto Geisel (1974-1979), que impôs uma nova política econômica para a nação. A partir do seu governo, o Brasil passa por novas transformações: lentamente, começa o processo de condução à reabertura política no país, gradual e progressiva, cujo processo seria concluído, por João Batista Figueiredo, poucos anos depois, quando é promovida a Anistia ampla, geral e irrestrita. Assim, durante a década de 1980, a atividade turística, no Brasil, praticamente, estagnou-se.

Nesse processo, vários seriam os aspectos a serem remodelados e repensados: o planejamento político, o crescimento econômico, a recondução à experiência democrática; um novo país estava requerendo uma nova estrutura. Ao mesmo tempo, sentia-se um desgaste natural do processo vivido no momento imediatamente anterior.

Durante o governo dos militares, através de slogans como *Este é um país que vai pra frente*, construiu-se uma imagem de um país em franco processo de

²¹ O Quero-Quero é um jornal de Santa Maria/RS.

desenvolvimento, que culminaria no chamado milagre econômico, durante o governo Emílio Médici (1969-1974).

Bringhenti (2007) destaca que, em 1981, foi lançada, pela EMBRATUR, a Política Nacional do Meio Ambiente, através do Decreto nº 6.938; e em 1982, assinou um acordo com o Ministério do Trabalho, com o objetivo de incentivar os sindicatos a organizar viagens turísticas na baixa temporada.

Conforme Cavalcanti e Hora (2002), a partir de 1984, aparece nos planos da EMBRATUR uma preocupação com a qualificação profissional para o setor turístico, no qual se constata uma orientação para incluir o treinamento de mão-de-obra entre as prioridades de infraestrutura. Na verdade, pairava no ar certa descontinuidade na gestão do setor e um desconhecimento sobre a área, pois a entidade foi presidida por vários políticos e, também, por diversos profissionais liberais. Esse fato gerou uma crítica da Associação das Agências de Viagens, em 1989, que denunciou o fato de nove presidentes terem passado pela EMBRATUR sem a qualificação necessária para coordenar o turismo no país.

Apesar de todas as dificuldades deste período, o embrião da atividade turística já estava plantado. As empresas organizaram-se em associações, o poder público começou a perceber que a atividade turística é muito mais do que investir na rede hoteleira. O sonho e a euforia do começo da década de 1970 foram substituídos por uma certa decepção na década de 1980, pois os acontecimentos não seguiram a tendência esperada, mas, ao mesmo tempo, provocaram uma reação importante: o turismo começou a ser visto como uma atividade séria e profissional, que não traz soluções imediatas para problemas estruturais, principalmente os econômicos. (REJOWSKI, 2002, p.140)

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (março de 1990 a dezembro de 1992), é aprovada a Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, autarquia especial, criada nos termos do Art. 11 do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que passa a denominar-se EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República.

O Instituto Brasileiro de Turismo tinha a finalidade de “formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional de Turismo” (CRUZ, 2000, p.56). Em 19 de novembro de 1992, passou a vincular-se ao Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ainda em 1992, foram estabelecidas as diretrizes para a Política Nacional de Turismo e criado o instrumento para operacionalizar esta política, o Plantur – Plano Nacional de Turismo (CRUZ, 2000).

Na gestão de Collor de Mello, a EMBRATUR muda do Rio de Janeiro para Brasília e perde boa parte de sua autonomia, quando passa de empresa para autarquia. Essa mudança implicou uma reformulação quase que total do corpo técnico do órgão, já

que muitos de seus funcionários preferiram ser transferidos para outros órgãos federais com sede no Rio de Janeiro, evitando, assim, a mudança para a Capital Federal.

Em 1993, foi criado o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, cuja Secretaria Nacional de Turismo e Serviços teve como seu único titular Caio Luiz de Carvalho²², com a incumbência de planejar as ações do setor, enquanto que a EMBRATUR tinha como tarefa executar tais ações.

Em 1994, foi instituído o Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. O governo Itamar Franco (dezembro de 1992 a janeiro de 1995) decide instaurar:

Um processo de construção de uma diretriz nacional para a política de turismo do país. O PNMT é um plano legal e referencial para todos os segmentos que atuam com turismo no país e que tem como público-alvo o município. Como num efeito dominó, o turismo municipal influi sobre o desempenho do turismo estadual, que por sua vez determina a eficácia do turismo nacional e a conseqüente competitividade internacional do produto turístico brasileiro, através da busca da qualidade na prestação de serviços e no correto gerenciamento dos recursos naturais e culturais por parte de todos os atores envolvidos neste processo, quer sejam eles públicos ou privados. (PEREIRA, 1999, p.17)

Essa política foi construída em acordo com as práticas de descentralização do governo, frente às necessidades reais do turismo brasileiro. Uma tentativa de gestão horizontal, de integração entre público e privado, buscando a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade, a começar pelo maior interessado: o município (PEREIRA, 1999).

No governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (janeiro de 1995 a janeiro de 2003), o turismo é pensado como um setor estratégico, capaz de gerar renda e emprego. Para a consecução das propostas para o setor turístico, constantes no documento “Mãos à Obra, Brasil”, o governo de FHC lança, em 1996, sob a responsabilidade do MICT – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e da EMBRATUR, a “Política Nacional de Turismo”, a qual deveria complementar as estratégias gerais estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos 1996-1999. Essa política possuía, como principal objetivo, “promover e incrementar o turismo como fonte de renda, de geração de emprego e de desenvolvimento socioeconômico do país” (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO, 1996).

No período FHC, o turismo foi valorizado, o que podemos perceber pela sua inserção, durante os dois mandatos presidenciais, no plano plurianual do governo para o

²² Caio Luiz de Carvalho foi Secretário Nacional de Turismo e Serviços do Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo de 1992 a 1995. Em 1995 assume como Presidente da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo (1995 – 2002).

período – 1996/1999 e no segundo momento – 2000/2003. No segundo mandato, a EMBRATUR esteve ligada ao recém criado Ministério do Esporte e Turismo²³, sendo sua responsabilidade a elaboração e a execução da Política Nacional de Turismo (PNT).

A PNT balizou cinco macroestratégias, que contemplavam: a implantação de infraestrutura básica e turística, a capacitação de recursos humanos para o setor, a modernização da legislação, a descentralização da gestão do turismo e a promoção do turismo no Brasil e no exterior. Para Cruz e Sansolo (2003), o turismo brasileiro alcançou, através da PNT no Governo FHC, uma visibilidade real, não imaginada antes, fato novo para a historiografia da atividade turística nacional.

A Deliberação Normativa n. 399, de 06 de novembro de 1998, cria o Conselho Consultivo do Turismo Nacional, com o objetivo de cooperar na formulação e no acompanhamento da implementação da Política Nacional de Turismo, promovendo a interface do setor público com o setor privado.

De acordo com Trigo (2003, p. 93-94), o turismo brasileiro passa pela sua segunda fase de grande expansão.

A primeira fase ocorreu nos primeiros anos da década de 1970, em plena ditadura militar, quando tecnoburocratas decidiram organizar o turismo nacional como uma das panacéias milagrosas para resolver os problemas do país. Com entusiasmo pueril e demagógico, implantou-se toda uma estrutura de financiamento hoteleiro, cursos superiores e técnicos de turismo, marketing agressivo porém inócuo, [...]. Apesar do esforço concentrado, a primeira fase do turismo brasileiro acabou fracassando. Dois conjuntos de motivos ocorridos concomitantemente afetaram a área: o primeiro foi estrutural, ou seja, a série de desastres econômicos causados pela crise do petróleo e o aumento das dívidas brasileiras provocaram inflação e recessão que comprometeram o desenvolvimento nacional, inclusive do setor turístico; o segundo conjunto de motivos foi conjuntural, pois os “planejadores” não se importaram com a preservação ambiental, com a conquista de padrões internacionais de qualidade e com a formação intensiva de profissionais qualificados em todos os níveis, o que afetou a operação e a gestão dos serviços turísticos. Todas essas deficiências do setor turístico, aliadas à crise econômica mundial, resultaram em fracasso.

O autor ressalta ainda que, com a abertura da economia e a estabilização da democracia, o turismo encontrou condições propícias para uma segunda onda de crescimento, mais bem estruturada e, provavelmente, duradoura. Pela primeira vez, em 1996, a EMBRATUR embasou a política nacional de turismo; investimentos nacionais e estrangeiros jorraram em hotéis, parques temáticos e projetos ligados a entretenimento; a privatização das telecomunicações e de várias rodovias proporcionou melhoras na infraestrutura; houve o crescimento da formação profissional em todos os

²³ A Secretaria Nacional de Turismo e Serviços foi extinta em 1997 e a reforma ministerial, promovida em 1999, criou o MET – Ministério do Esporte e Turismo, ao qual passou a ser vinculada a EMBRATUR, autarquia especial do governo federal.

níveis (superior, médio e básico); novos cursos como hotelaria, gastronomia e lazer somaram-se aos cursos de turismo como formadores de profissionais qualificados; e vários estados, municípios, empresas privadas e ONGs compreenderam a importância do fenômeno turístico como um possível fator de desenvolvimento e inclusão social.

É interessante registrar que o turismo, historicamente, esteve reunido com esportes, cultura ou educação. Manter turismo junto com alguma outra área não significa que sua política ou seu planejamento sejam prejudicados, mas certamente é necessário garantir uma estrutura apropriada, inclusive com profissionais capacitados, para o setor de viagens, turismo e entretenimento em geral (TRIGO, 2000). Até 1999, o turismo esteve junto com esportes, revelando uma dificuldade de se reconhecer que o setor possuía uma dinâmica e complexidade própria.

Em janeiro de 2003, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou o Ministério do Turismo (MTur), dando destaque para o setor. Em abril do mesmo ano, foi lançado o “Plano Nacional de Turismo – Diretrizes, Metas e Programas”, criado pela nova Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Este órgão lançou, um ano depois, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, como instrumento de execução das políticas. No atual governo, com a nova estrutura do MTur, a EMBRATUR passa a cuidar exclusivamente da promoção do país no exterior e a centralizar a elaboração de estudos e pesquisas para orientar os processos de tomada de decisão, avaliar o impacto da atividade turística na economia nacional e formatar novos produtos e roteiros turísticos (BENI, 2006).

Conforme Silveira; Paixão e Cobos (2006, p.133),

Em termos de desenvolvimento turístico, até mesmo o período militar trouxe contribuições na conformação da atividade no país. Entretanto, os dois últimos Governos deixaram marcas inquestionáveis de evolução, ainda que em ambos os casos as “criaturas” tenham superado os “criadores”, ou seja, os programas (PNMT e Roteiros do Brasil), que seriam por definição instrumentos de política, tornaram-se mais fortes que a Política Nacional de Turismo 1996-1999 e que o Plano Nacional de Turismo 2003-2007.

Mario Carlos Beni destaca um ganho para o turismo, a aproximação que vem se efetivando atualmente do governo com a academia – “tudo o que faz busca a consultoria da academia, dos pesquisadores em turismo. Enfim, nós que não éramos ouvidos no passado, nunca fomos ouvidos, hoje somos respeitados, acatados e permanentemente consultados” (PANOSSO NETTO, 2005, p. 867).

O turismo no Brasil configura-se, inicialmente, como uma iniciativa do meio empresarial e, lentamente, foi se organizando com a participação do setor público. Apresenta-se na atualidade como uma atividade importante para os governos, que

reconhecem-no como um fenômeno amplo e que necessita ser analisado a partir da interação entre a academia, o mercado e o governo.

2.2 O Turismo no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul – RS, a atividade turística foi trabalhada por alguns autores, como: Flores (1993), Moesch (1997), Hohlfeldt e Valles, (2008). Porém discutem o turismo no RS até a década de 1970 e um pouco de 1980. Não encontramos trabalhos que retratem o turismo no estado nas décadas de 1990, 2000, aguardando pesquisas que deem conta desse período pouco explorado.

No estado, o turismo começou a ser trabalhado mais ordenadamente em 1935, quando instalou-se a Secção do Rio Grande do Sul do Touring Club do Brasil²⁴, com sede em Porto Alegre. Nessa época, o estado era governado por José Antônio Flores da Cunha. O propósito da criação dessa Secção foi cuidar da recepção, assistência e informação turística aos visitantes nas comemorações do Centenário Farroupilha²⁵. Nessa ocasião, foram prestados os primeiros serviços aos turistas no RS.

Durante os anos 1930 e 1940, não existia nenhum tipo de preocupação governamental com relação ao turismo, sendo assim, o Touring conduziu sozinho a atividade turística. Foi publicada a primeira revista do Touring e o primeiro folheto turístico no Estado.

Em 1937, foi criado o DAER – Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem, que começou a modificar o panorama rodoviário e, com isso, o turismo ganhou considerável impulso, pois as viagens em automóvel tornaram-se mais fáceis. Em 1938, iniciou-se a sinalização turístico-rodoviária no Estado.

O período compreendido de 1942 e 1945, durante a II Guerra Mundial, foi difícil para o turismo no Estado, pois havia o racionamento de combustíveis, diminuindo o tráfego nas estradas até sua quase total extinção.

No governo de Walter Jobim (26/03/1947 a 31/01/1951), foi criado no estado, um grupo de trabalho para a realização de estudos necessários ao desenvolvimento turístico que culminou na criação o Conselho Estadual de Turismo (CET) e o Serviço Estadual de Turismo (SETUR). Esse grupo enfrentou dificuldades, pois “o Rio Grande

²⁴ O Touring Club era um clube de quem tinha automóvel, mas ele fazia manuais de roteiro, de estradas, tinha uma época que Porto Alegre inteira era sinalizada por placas do Touring, eram placas de madeira, de madeira tratada que então podiam ficar ao relento por muitos anos, placas de madeira branca com uma pintura preta, o emblema do Touring Club (Edison Batista Chaves, 06/06/2008).

²⁵ A Exposição do Centenário da Revolução Farroupilha foi realizado no Parque Farroupilha, em setembro de 1935. O evento foi tratado como uma grande oportunidade de demonstração do desenvolvimento econômico, social e político do Rio Grande do Sul (CERONI, 2009).

do Sul era o primeiro estado a legislar sobre o turismo, adiantando-se à própria União” (GOIDANICH, 1993, p. 42). Portanto, tiveram que buscar subsídios em outros países, inicialmente no Uruguai e, posteriormente, na Europa.

Goidanich (1993) descreve que, em 1920, Montevideu e Buenos Aires eram duas capitais preferenciais do povo gaúcho e o seu banho anual de civilização, cuja influência fazia-se sentir nos usos e costumes.

Por obra e graça dessa influência, foi que se plantou a semente do turismo no Rio Grande do Sul. Já então o Uruguai se adiantara a todos os países do Continente na exploração turística. A *Suíça-americana*, como era apelidada a vizinha nação, nos dava um exemplo e uma lição. Acordamos com ela e aí reside certamente a razão do pioneirismo do nosso Estado no campo do turismo em relação aos outros Estados da União. Aprendemos cedo com o Uruguai. (GOIDANICH, 1993, p. 18)

Norma Martini Moesch (12/03/2009) também lembra que foi a partir da convivência com os países do Prata, em especial com os uruguaios, que os gaúchos passaram a dar atenção ao turismo, recebendo da Suíça Sul-Americana as primeiras lições acerca da matéria:

como diz o Oswaldo Goidanich, a história do turismo no Brasil, o pioneirismo do turismo no Brasil começa muito cedo e, curiosamente ela entra pela porta dos fundos, e o Uruguai é o país que nos dá as primeiras lições, porque os uruguaios tinham a famosa semana oficial do turismo, que é a semana da páscoa, que até hoje prevalece, e o grande destino turístico dos uruguaios era Porto Alegre e a Serra gaúcha, eles não iam além desses dois pontos de visita (Norma Martini Moesch, 12/03/2009)

Em 1950, algumas iniciativas começaram a ser tomadas, quando o Legislativo aprovou e o então governador Walter Jobim promulgou a Lei 997, oficializando o turismo no estado, com a criação do Conselho Estadual de Turismo (CET) e do Serviço Estadual de Turismo (SETUR). Este último, por falta de recursos, naquele momento não se concretizou.

Somente após nove anos, em 1959, através da solicitação do deputado João Caruso, foi editado o Decreto Lei nº. 10.470, o qual transferia o Serviço Estadual de Turismo – SETUR da Secretaria de Obras para a Secretaria do Interior e Justiça e ampliava as suas atribuições, dando-lhe estrutura definitiva. Institucionalizava-se o primeiro órgão oficial de fomento ao turismo por um estado da União. Foi mantido o CET – Conselho Estadual de Turismo, que passou a ser um órgão técnico-consultivo, integrado somente por profissionais da iniciativa privada, tendo apenas um representante do governo. Uma das principais atribuições do SETUR foi promover a

propaganda e informações turísticas do estado. Oswaldo Goidanich foi nomeado diretor do SETUR (1959 – 1963)²⁶, e atuava também como presidente do Conselho Estadual de Turismo, órgão consultivo.

Conforme descrito por Goidanich (1993), a década de 1950 foi histórica para o turismo gaúcho, alcançando este Estado a condição de pioneiro na oficialização do turismo em nível estadual. Alguns estados brasileiros despertavam para a atividade turística e se deslocavam ao sul para aprender com essa experiência. Logo foi instalado o Conselho Estadual de Turismo, CET, porque não trazia nenhuma despesa ao Estado, visto que seus conselheiros exerciam seus mandatos sem remuneração, enquanto que o Serviço Estadual de Turismo SETUR só efetivou-se nove anos depois.

Victor Faccioni (06/06/2008) relata que na década de 1960, em Caxias do Sul, também se estruturava um Serviço Municipal de Turismo, que teve a sua frente o professor e jornalista Mário Gardelin. Para ele, esses dois serviços, o Estadual e o Municipal de Caxias, serviram de base, de referência, em âmbito nacional.

Esse pioneirismo do estado do Rio Grande do Sul, de ter o primeiro órgão oficial de Turismo da União, perpassa o discurso de muitos narradores. É motivo de orgulho e sinal de distinção. O próprio título do livro que discute o turismo no estado, “Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil” (1993), já destaca e reforça essa ideia.

No início da década de 1960, o SETUR, juntamente com a COMBRATUR, órgão da gestão federal, promoveu a propaganda e informação turística do Estado. Em 1961 foi fundada a Associação Brasileira de Agências de Viagem, Seção do Rio Grande do Sul – ABAV/RS, colaborando com o órgão estadual na luta pelo Turismo.

Victor Faccioni (06/06/2008), quando Deputado Estadual (1967/1969), propôs uma Comissão Especial de Turismo, na Assembléia Legislativa do Estado, para debater a potencialidade e a necessidade de maior exploração do turismo. Convidou, para assessorar essa comissão, Oswaldo Goidanich, que era, então, funcionário da Assembléia Legislativa do Estado, o jornalista Kleber Borges de Assis e o professor Mário Gardelin, que tinham experiência na questão.

Os trabalhos da comissão estenderam-se de 1967 a 1969. Durante a realização do I Encontro Oficial de Turismo, coordenado pela EMBRATUR, no Rio de Janeiro, representantes dessa comissão participaram e, conforme Victor Faccioni (06/06/2008),

²⁶ Edison Batista Chaves (06/06/2008) relembra que o Serviço Estadual de Turismo – SETUR teve uma participação muito importante, inclusive, a vivência e a sua própria criação na figura do Oswaldo Goidanich, que para Edison Chaves é uma das maiores expressões do turismo, *foi um homem que alertou que existe o turismo, que conseguiu germinar essa idéia na cabeça de todo mundo.*

levaram diversas propostas, sugestões e reivindicações. Muitas delas serviram de base tanto para ações em âmbito nacional, quanto para muitos estados e municípios de todo o Brasil.

Essa comissão levantou o problema da formação de pessoas e do preparo de pessoal especializado para o turismo. A partir disso houve várias sugestões sobre a necessidade não só de funcionamento de cursos especializados para pessoal de hotelaria, agências de viagens e pessoal técnico em turismo, como também da criação de cursos de formação de consciência turística em todos os graus de ensino, desde o curso primário. Também foi sugerida a conveniência do ensino do folclore nos ginásios e faculdades (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967).

Como era assunto fora do temário, mas de grande importância e a todos interessou vivamente, foi sugerida a criação de um grupo de trabalho para estudar o "know-how" desses cursos de turismo, que se constituiu de Wílton Honorato Rodrigues (Goiás), Albino Coelho Ribeiro (Guanabara), Maristela Tristão (Minas Gerais) e João Fontenele (Associação Brasileira dos Jornalistas de Turismo – ABRAJET)²⁷. No final foi apresentado, pelo grupo de trabalho constituído, sugestões de um "currículo" escolar com vistas à educação turística²⁸ (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967).

Azevedo (2002) se reporta que, nesse Encontro, o Conselho de Turismo da Confederação Nacional do Comércio, baseado em uma série de subsídios apresentados, formulou proposta de criação de cursos universitários ou em organismos de grau superior, para formação de profissionais de turismo.

No encerramento dos trabalhos, a Comissão Técnica n.º I, a do RS pede a transcrição dos dois votos de louvor :

A Delegação do Estado do Rio Grande do Sul do I Encontro Oficial do Turismo Nacional congratula-se com os jornais e revistas nacionais que divulguem, periodicamente páginas sobre a indústria turística brasileira, contribuindo, com seus artigos, reportagens e informações, para o fomento do turismo e para a criação da mentalidade turística, e agradece a valiosa colaboração que esses órgãos da imprensa têm dado ao Rio Grande do Sul, para o maior conhecimento dos centros e atrações turísticas gaúchas.

²⁷ Marcelo Maranhão — representante da IATA *propôs a organização de cursos especializados para formação de guias de turismo, "autênticos", elementos qualificados, capazes de acompanhar turistas de gabarito intelectual, com conhecimentos de arte, história, cultura e falando vários idiomas* (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967).

²⁸ Quanto às escolas de hotelaria, o Pará solicita providência da EMBRATUR junto ao SENAC para que sejam criadas escolas de hotelaria em todos os Estados; o Rio Grande do Sul sugeriu a criação de escolas volantes de hotelaria e o preparo de pessoal especializado; o estado da Guanabara sugere a criação de cursos de formação de consciência turística em todos os graus de ensino desde o curso primário; e uma junta investigadora de Agências de Viagem propôs a organização de cursos especializados para formação de guias de turismo (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967).

A Delegação do Rio Grande do Sul ao I Encontro Oficial do Turismo Nacional propõe um voto de louvor à empresa privada, principalmente aos agentes de turismo de empresas de transportes aéreos e rodoviários, hotéis, restaurantes, bares e demais serviços diretamente ligados à indústria de turismo, pela obra pioneira que vêm realizando no Brasil, em torno da racional implantação da indústria turística nacional. (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967, p.55)

Esses agradecimentos demonstram o apoio dos jornais, revistas, da imprensa em geral e da iniciativa privada ao desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul. Durante a década de 1970, reportagens sobre o tema turismo são quase diárias no jornal *Correio do Povo*²⁹. A partir de 1943, Oswaldo Goidanich conduziu, pelas colunas desse jornal, uma importante campanha em favor da indústria turística e pela oficialização do turismo.

A Comissão Especial de Turismo entregou o relatório final dos seus trabalhos ao deputado Otávio Germano, presidente da assembléia legislativa em janeiro de 1970. Proferiram discursos, o deputado Victor Faccioni, presidente da comissão; o deputado Osmany Veras, relator; e Walter Seabra, diretor do SETUR – Serviço Estadual de Turismo. Walter SEABRA, no seu discurso, diz:

[...] chega o relatório em momento decisivo para o turismo gaúcho, quando a EMBRATUR, movendo os seus imensos recursos e pondo em prática as altas finalidades para as quais foi criada, apresta-se a materializar o PLANTUR – Plano Nacional de Turismo. O Rio Grande do Sul goza, no seio da EMBRATUR – e disso tivemos inúmeros e eloqüentes testemunhos – o mais alto conceito turístico. Aqui mesmo estão os ilustres técnicos que a EMBRATUR e a SUDESUL nos enviaram para fazer o levantamento integrado do patrimônio turístico do nosso estado, de Santa Catarina e do Paraná (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1970).

Victor Faccioni (06/06/2008) lembra que o trabalho final dessa comissão redundou na proposta de criação de uma Companhia Riograndense de Turismo – CRTUR e uma Secretaria Estadual de Turismo. Também propôs uma série de medidas de apoio ao setor, que serviram de estímulo e modelo para outros Estados³⁰.

Também, nesse período, outras ações em prol do Turismo começam a ser realizadas no estado. Em 1968, o trabalho técnico da EMBRATUR começou a se delinear no horizonte nacional. Foram reveladas as primeiras estatísticas sobre o fluxo de visitantes, e um conjunto de estudos de mercado. Ao começar o seu trabalho de

²⁹ O *Correio do Povo* é um jornal pertencente à Central Record de Comunicações com circulação no estado do Rio Grande do Sul, fundado a 1º de outubro de 1895 por Caldas Júnior. Foi o jornal de mais longa publicação em Porto Alegre, circulando por 89 anos ininterruptamente, até 1984, reiniciando sua publicação em 1986.

³⁰ O relatório final da referida comissão foi publicado e está disponível na Assembléia Legislativa, na divisão da Biblioteca de Memória Parlamentar.

planejamento em nível nacional, a EMBRATUR propunha à Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, celebrar um convênio pelo qual esta assumiria os encargos de desenvolver o Plano Regional de Turismo Capítulo Sul, do Plano Nacional de Turismo. O convênio foi assinado a 15 de agosto de 1969.

Edison Batista Chaves (06/06/2008) explica que a SUDESUL, dentro do Departamento Agrícola Industrial, tinha a missão de desenvolver projetos ou programas relacionados aos incentivos fiscais que existiam para todo Brasil. No que se refere à região sul, ou seja, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afirma:

E para cá tinha o incentivo da pesca e o incentivo de turismo, um incentivo fiscal para estes dois setores³¹. Com isso, então, nós começamos a entabular negociações para montarmos uma equipe no Departamento Agrícola Industrial, um voltado para a pesca e outro voltado para o turismo. O Brasil nessa ocasião tinha uma pendência em relação à balança comercial com a Espanha, quer dizer, o Brasil vendia muito café e não comprava nada da Espanha e, então tinha que comprar alguma coisa, e então, foi aberta a possibilidade de se contratar prestação de serviço, porque as importações proibiam a importação de serviços, só podia importar produtos. Então, com isso, abriu uma brecha de ser contratado na prestação de serviços de tecnologia de turismo e de pesca. Dois temas que a Espanha é altamente desenvolvida. Então nós desenvolvemos um grande projeto de turismo para os três estados do sul e, esse projeto levou anos, ele começou em 1966. (Edison Batista Chaves, 06/06/2008)

Essa parceria RS/Espanha também é destacada por Renato Masina (25/03/2008), que explica como surgiu a ideia da SUDESUL desenvolver esse estudo na região Sul:

[...] começava na época, fim da década de 1960, início da década de 1970, aquela história, que a gente via lá da Espanha, um país pobre que se desenvolveu plenamente através do turismo, então porque a gente não tenta aqui também, com tantas potencialidades naturais que existem no estado. Começou a fervilhar o pensamento de fazer um plano, um projeto, um plano como parte do projeto, a partir do levantamento exaustivo de toda a potencialidade turística.

O Ministério do Interior, através da SUDESUL, contratou um consórcio de empresas que eram ligadas a um organismo do governo espanhol que se chamava Tecnibéria:

A Tecnibéria era um tipo de organização que nós aqui não, não conhecemos porque ela era um organismo que cadastrava empresas por especialidade e o governo da Espanha quando

³¹ Ver sobre incentivos para Pesca e Turismo: Correio do Povo/RS, 21/04/1971, p.11; 27/10/1971, p.11.

precisava de um projeto mandava para a Tecnibéria que era essa organização de um grupo do governo e a Tecnibéria então selecionava entre aquelas empresas já credenciadas a ela quem é que ia elaborar um projeto. Não era por licitação, por exemplo, era por especialização. Então fizemos um acordo com o governo e o governo indicou a Tecnibéria para atender a essa solicitação. (Edison Batista Chaves, 06/06/2008)

Foi um contrato pago pelo governo federal brasileiro, acionado através de ordens de serviço. Tinha uma equipe técnica da Tecnibéria e uma equipe da SUDESUL, que só definia quais os serviços iriam ser prestados pelo grupo espanhol. Para Chaves, esse estudo foi o maior projeto de turismo, com importância muito forte para o turismo no RS e que na América do Sul não teve nada similar.

No entanto, Norma Martini Moesch (12/03/2009), pondera:

Lembramos que em 1966 é criada a EMBRATUR, que não consegue decolar, não consegue sair do chão porque não tem casa, porque não tem os recursos básicos exigidos, mas que por volta de 1969 ela já está razoavelmente constituída e leva 1969, 1970, 1971 para acontecer a primeira grande reunião no Rio de Janeiro, onde a EMBRATUR vai apresentar os indicativos iniciais para uma política nacional de turismo, para um plano de turismo. E o que acontece então? Na verdade tinha que haver algum Estado, ou alguns Estados, que pudessem representar o cenário para aquela experiência que o governo queria implantar. Onde é que o governo do nosso país poderia buscar uma referência em inteligência turística ou em know how para esse campo da organização da sociedade, melhor dizendo assim, porque foi muito mais no sentido da organização estruturante de uma sociedade carente de possibilidades, de geração de trabalho, emprego e renda, do que uma iniciativa no âmbito acadêmico, então o Brasil vai buscar na Espanha o modelo que foi criado de uma forma emergencial, o modelo do pós-guerra³² [...] (Norma Martini Moesch, 12/03/2009).

A Espanha recorre a todas as suas províncias e solicita em caráter de urgência que cada governo provincial faça um criterioso inventário turístico para indentificar o

³² A professora prossegue sua narrativa explicando que, no pós-guerra, a Espanha, que tinha um limitado produto para ser vendido aos países europeus, não tem quem tenha poder de compra nesse momento, então, o seu patrimônio natural e histórico passa a ser algo que tem valor de moeda para os americanos. Norma Moesch faz diversas explicações e diz que o que se sabe é que o governo espanhol percebeu que havia um turbilhão de pessoas chegando à Espanha e que esta não estava preparada para receber aquela massa humana que vinha e que necessitava de assistência, de hospedagem, alimentação, cuidados, transportes, etc. A Espanha estava, por um lado, com os cofres vazios, como todos os países; por outro lado, a nobreza que com a sua vivência e o seu requinte em receberem, em hospedar, então teria tudo para receber bem, oferecer festas, banquetes e hospedagem, e desenvolver de fato uma hospitalidade comercial com competência e rapidez. E os americanos tinham a capacidade de treinamento rápido, treinamento de linha. Então somam-se essas três forças, e começa o treinamento emergencial para preparar a Espanha para a recepção turística, norte-americana de modo muito especial, o que gera uma explosão, o famoso *boom* espanhol. (Norma Martini Moesch, 12/03/2009).

que aquela região tem como perspectivas de atratividade, de equipamentos, de infra estrutura. Esse plano de turismo da Espanha é o somatório das perspectivas e possibilidades de turismo de todas as suas províncias. *Então quando o governo brasileiro decide importar da Espanha algo que está pronto e que já está promovendo resultados, [...], quero crer que a Espanha como tem esse modelo originado de províncias é o que vai responder melhor ao Brasil, porque nós estamos divididos em Estados.* (Norma Martini Moesch, 12/03/2009)

Norma Martini Moesch (12/03/2009) prossegue dizendo:

mas uma coisa é certa, quando o governo brasileiro, através do Ministério do Interior, importa da Espanha, solicita ao governo espanhol apoio, importa da Espanha esse know how da Tecnibéria que vai formar o consórcio com a empresa brasileira chamada Engevix, até hoje, até onde eu sei ainda existe, e se instala aqui este comite, esse grupo de trabalho que vai inventariar todo o território do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná, vinculados pela organização chamada SUDESUL, oficial, que tem um comprometimento de acelerar o desenvolvimento destes três Estados, e buscar todas as suas opções possíveis, porque na época de 1970 a região sul era considerada o Celeiro do Brasil, nós alimentávamos o país, tínhamos esse, essa competência e essa responsabilidade, eram os países, os Estados que juntamente com São Paulo representavam todo um processo imigratório, uma nova força de trabalho. Então incorporar o turismo seria de fato dar conta da 31ª meta do governo Jucelino Kubitschek, lembra disso? Então, ele, o voto dele foi o voto perdido, mas as trinta metas do governo JK na verdade eram trinta e uma metas, e a 31ª era apostar no turismo, que foi a resposta que o governo norte-americano mandou quando o Jucelino Kubitschek pediu mais dinheiro emprestado para os americanos e foi o Eisenhower que mandou responder que essa 31ª meta traria ao Brasil aquilo que Jucelino Kubitschek estava esperando com o capital externo, olha só, para acelerar o desenvolvimento da economia, bueno, isso dito, forma-se o consórcio e esse consórcio, essa leitura, esse diagnóstico extremamente favorável às condições, à vocação do território Riograndense para o turismo, assim com Santa Catarina e o Paraná, desperta a necessidade de se indicar como base e fundamentação do êxito desse plano de governo a formação de recursos humanos para gerenciamento do turismo. Então aparece pela primeira, eu não diria pela primeira vez porque o documento base, aquele que é de responsabilidade do Oswaldo Goidanich foi de 1956, que é o Serviço Estadual de Turismo, o documento já preconiza entre as ações e as estratégias a necessidade de se estimular as instituições de ensino, só não estabelece que seja ensino superior, de ensino e formação de mão de obra, diz ali, que se preparem gerentes para o exercício das atividades, mormente no meio hospedeiro, para hotelaria. Está bem pontual,

juntamente com os incentivos que são ali definidos, o Fundo de Turismo que já é defendido lá no ditos de 1956, já há uma indicação e um alerta para essa necessidade de capacitar recursos humanos. Bem, essa preocupação se estende e toma, vamos dizer, uma posição de destaque no documento que preconiza o Sistema Estadual de Turismo. (Norma Martini Moesch, 12/03/2009)

Conforme Moesch, desde a década de 1950, já se enfatizava a necessidade de se estimular as instituições de ensino a participarem da qualificação de recursos humanos para o turismo.

Observando o desenvolvimento do turismo em países desenvolvidos, sobretudo na Europa, o Governo contratou os serviços técnicos do grupo espanhol-brasileiro Engevix-Tecnibéria para que elaborasse o Plano Regional de Turismo, e o especialista e economista Francisco Menor Monastério para liderar a equipe de trabalho. O grupo de profissionais brasileiros foi chefiado pelo economista Edison Baptista Chaves, pertencente aos quadros técnicos da SUDESUL, cujo superintendente era o engenheiro Paulo Affonso de Freitas Melo.

A SUDESUL priorizou o turismo, e sendo um órgão de pesquisa e planificação, chegou à conclusão de que o turismo era uma área interessante a ser desenvolvida economicamente, pois os três estados do sul do Brasil possuíam uma grande potencialidade turística, e era necessário elaborar um estudo, um diagnóstico do turismo. Como não tinha tecnologia adequada para fazer um estudo dessa natureza, contratou a empresa espanhola. Uma das especialidades dessa empresa era desenvolvimento de projetos e planos turísticos. Veio para o RS uma equipe de espanhóis, entre eles economistas, sociólogos, historiadores, com o objetivo de estudar o turismo no sul do Brasil. Esta equipe foi acompanhada pela SUDESUL, sendo Renato Masina designado, como economista, para fazer parte do grupo. Inicialmente foi realizado um levantamento descritivo de toda a potencialidade turística dos três estados, resultando em vários volumes, com mais de seis mil páginas. Cópias foram entregues para as universidades, para os governos estaduais, para os municípios de interesse, mas Chaves lamenta que muito pouco foi levado em consideração.

No suplemento ZH Turismo de Zero Hora/RS³³ (1/12/1985, p.III), escreveu o jornalista Renato Brenol de Andrade:

No início da década de 70, a SUDESUL (chefiada por Edison Baptista

³³ A Zero Hora é um dos maiores jornais de circulação diária do Brasil. É editado em Porto Alegre e mantido pelo Grupo RBS. Foi fundado em 4 de maio de 1964 servindo de porta-voz do Regime Militar (1964-85). Em 1988 o jornal deixa de ter produção artesanal e esta passa a ser padrão e, em 1996 a edição e produção do jornal passa a ser totalmente digital.

Chaves) e a Tecnibéria (empresa especializada em marketing), lançaram as bases para a implantação do turismo como atividade econômica no Rio Grande do Sul. Oito volumes continham todas as informações possíveis e imagináveis para que alguém se atrevesse a explorar o turismo no Estado. [...]. Assustador é que nada contido no estudo da SUDESUL está superado, a não ser, talvez, os percentuais. Vejam vocês que o Comitê de Turismo do Rio Grande do Sul recebeu recentemente um estudo sobre o "Acompanhamento do fluxo turístico do Rio Grande do Sul", abrangendo informações das características da demanda turística internacional, do perfil dos visitantes, e destaca os principais mercados turísticos [...] Tais conclusões estão lá, no estudo da SUDESUL, de 15 anos atrás. Cada vez que alguém tenta estudar alguma coisa em turismo no Rio Grande do Sul tão somente repetitivamente as conclusões conhecidas há quase duas décadas.

O articulista destaca a atualidade do plano e enfatiza que “o trabalho tinha e tem um perfeito sentido didático. Mesmo que não se tivesse qualquer conhecimento prévio de turismo, bastava começar a ler desde a primeira página e ir cumprindo a orientação. Quando se chegasse ao final dos volumes, certamente o turismo estaria implantado como atividade econômica no Rio Grande do Sul” (Zero Hora/RS, 1/12/1985, p.III).

Edison Batista Chaves³⁴ (06/06/2008) é bastante saudosista quando nos conta de sua passagem pela SUDESUL e do trabalho desenvolvido, *era um grupo fantástico*. E ressalta, *Francisco Menor Monastério era, indiscutivelmente, em termos técnicos a maior autoridade em planejamento de turismo que tinha na Espanha*. Renato Masina (25/03/2008) também lembra que os laços profissionais com esse grupo de espanhóis, criaram laços de amizade que duram até hoje, depois de quase quarenta anos.

Até então, o que se tinha no Rio Grande do Sul era algumas atividades isoladas, não havia um corpo integrado. O Plano organizou, colocou o governo do estado como órgão institucional do turismo e a iniciativa privada como a executora desse plano, dando uma certa ordenação ao setor.

Partindo de um levantamento sistemático, o Plano Regional de Turismo constatou que um dos entraves do desenvolvimento turístico consistia na falta de pessoal qualificado para desenvolver as atividades turísticas. Mais do que tudo, a região carecia de uma profunda conscientização sobre a importância do turismo, concebido como atividade essencialmente econômica. Evidenciou a necessidade de qualificação de pessoal de alto nível como condição sustentável à obtenção dos objetivos que o Plano

³⁴ Seu nome não aparece no Plano de Turismo, porque quando terminou o projeto em 1972, já havia saído da SUDESUL. Esse projeto o levou a ser convidado pelo governador Euclides Triches (15 de março de 1971 a 15 de março de 1975), para criar a Secretaria de Turismo no Rio Grande do Sul, uma vez que era um técnico que tinha recebido todo um conhecimento dessa equipe que veio da Espanha. Renato Masina, que era professor da área de economia da UFRGS, passou a integrar a equipe da SUDESUL, em 1971, quando foi cedido para trabalhar em projetos de desenvolvimento econômico da região do sul do Brasil.

traçara, levando em conta o exemplo de países como a Espanha, cuja economia organizou-se a partir do desenvolvimento turístico regional (MASINA, 1993, p.127).

Como nada existia até então em termos de centros de formação turística em nível universitário, os resultados da pesquisa apontavam a necessidade da implantação de um Curso Superior de Turismo, aproveitando a estrutura já existente nas Universidades do Estado. Para Masina (1993), este foi o indicativo sinalizador da imediata formação de pessoal de nível superior, com a condição de atender à crescente demanda do setor hoteleiro, transportadoras rodoviárias e aéreas, agências de viagens, operadoras turísticas, ou seja, empresas que formam a estrutura funcional do setor turístico. Na época, o SENAC fazia algum trabalho de formação de garçons, de arrumadeiras, mas era uma atividade básica, faltava pessoal qualificado para gestão.

O Plano não foi implantado no Rio Grande do Sul, porém algumas ações efetivas, que partiram desse diagnóstico, foram desenvolvidas: a criação do curso de Turismo da PUCRS, e a criação da Secretaria Estadual de Turismo. Para Renato Masina³⁵ (25/03/2008), foi através do Plano, que se despertou a ideia do turismo no estado.

O Plano se reveste de um sentimento muito especial para vários entrevistados. Nas memórias aparecem as narrativas sobre sua elaboração. O sentimento de orgulho é compartilhado por aqueles que, de alguma forma, participaram desse processo. Num fragmento da memória, Edison Batista Chaves registra o sentido com que se reveste o Plano da SUDESUL, nomeando-o como *um exemplo a ser seguido pelo Brasil*, um documento tão aguardado.

No início dos anos 1970, Victor Faccioni (06/06/2008) foi convidado, pelo governador Euclides Triches, para ser Chefe da Casa Civil e estruturar a equipe de Planejamento do Governo. Nessa gestão são criadas e instaladas a Secretaria Estadual de Turismo e a CRTUR – Companhia Riograndense de Turismo, órgão executivo da Secretaria Estadual.

³⁵ Renato Masina (25/03/2008) nos conta que esse Plano era tão bem executado, que a Bahia também estava começando a elaboração de um plano, e quando souberam que aqui tinha sido feito esse Plano, eles vieram conhecê-lo, e o diretor na época da BahiaTursa, Paulo Gaudenzi, solicitou a Masina se ele poderia ceder o Plano a eles, *olha o Plano não é meu, eu trabalhei no Plano, mas é da SUDESUL, se ela concordar, tudo bem*, então a SUDESUL concordou e eles levaram o Plano, e aplicaram o Plano na Bahia. Renato Masina (25/03/2008) enfatiza que até hoje eles não escondem esse fato e dizem: *o Plano é lá do Sul, nós usamos e se adequou muito bem aqui*. E lamenta, *para nós aqui nem tanto, pois entra governo e sai governo, um tem interesse pelo turismo, outro não tem, uns quiseram até extinguir a Secretaria e numa ocasião foi extinta. Mas a atividade privada vendo que o governo também não atuava como devia atuar, como orientador, institucional da criação turística, então começou a agir por conta própria, então a coisa ficou meio solta [...]*.

Moesch (1997) relata que o governador Triches já presidira o CET, quando secretário de Obras Públicas na administração de Ildo Meneghetti. Estava, portanto, familiarizado com o tema. Triches acolheu a proposição e debruçou-se, juntamente com o deputado Faccioni, a traçar a política a ser seguida pelo setor, no documento Diretrizes para a Ação do Governo do Estado.

O governador Triches nomeou o economista Edison Baptista Chaves³⁶ para conduzir a nova Secretaria, que já atuava na área de turismo como técnico e supervisor geral do Plano Regional de Turismo da SUDESUL. Chaves veio a atuar ainda como presidente da Comissão Inter-setorial de Turismo – CITUR, tendo Luiz Emílio Corrêa Meyer como diretor da Companhia Rio-Grandense de Turismo – CRTUR (HOHLFELDT e VALLES, 2008). Conforme Moesch (1997), a convivência de quase dois anos com a equipe de especialistas espanhóis havia acrescentado preciosos conhecimentos específicos a uma bagagem de amplo espectro no campo da economia, estando preparado para conduzir o processo de instalação, estruturação e funcionamento da nova pasta e do sistema em seu todo.

De acordo com Chaves (1993), a transformação do SETUR em Secretaria de Turismo visava a conferir-lhe “status” de igualdade com as demais secretarias de Estado, porquanto o setor turístico depende do conjunto de serviços e obras de todas. Assim, em 23 de julho de 1971, foi extinto o Serviço Estadual de Turismo - SETUR, e criada a Secretaria de Turismo do RGS, através da lei nº 6.237.

Edison Batista Chaves (06/06/2008) lembra que a Secretaria não seguiu a forma de trabalho e estrutura que se imaginava no começo, concebida com a participação dos técnicos da Espanha. Inicialmente, foi analisado por que uma Secretaria? Chaves esclarece: *a Secretaria tem que ser um órgão muito leve, a grande missão de uma Secretaria de Turismo é fazer com que as outras secretarias trabalhem para o turismo*. Então, era preciso ter acesso aos seus colegas de secretariado para que eles colocassem nos seus programas de saúde, de transporte, de educação, aspectos que envolvessem o setor turístico³⁷. E para complementar, a Secretaria tinha a CRTUR, que era responsável pela parte de execução, aquelas mais atinentes ao setor.

³⁶ Desde abril daquele ano ocupava o cargo de Secretário Extraordinário para Assuntos de Turismo, à frente do SETUR (Serviço Estadual de Turismo), até então dirigido por Walter Seabra. Ali atuava como diretor geral o engenheiro Plínio Totta, cuja experiência na administração pública foi fundamental para o trabalho. “A escolha de minha pessoa pelo governador Triches, assim como outras que ele eventualmente faria durante seu governo, era eminentemente técnica, visto que nunca fui filiado a partido político”. (CHAVES, 1993, p. 135).

³⁷ Nessa época todos os secretários, principalmente o secretário do transporte, deram bastante apoio ao turismo. Foi realizado um programa de sinalização de estrada; a Secretaria de Educação tinha um

Na mesma data em que a Secretaria foi criada, foi assinada a Lei 6.238, que autorizava o Poder Executivo a constituir a CRTUR, que assumiria o papel de instrumento executivo da Secretaria. Em março de 1972, o decreto 21.658 dispôs sobre a CITUR, que era o órgão de apoio e de assessoramento integrado e de alto nível, da qual participavam todas as Secretarias de Estado como membros natos e outros órgãos especializados em diversos ramos de atividades, direta ou indiretamente ligados ao turismo, julgados necessários (HOHLFELDT e VALLES, 2008). Assim, o turismo no estado estava organizado em *três braços*: a Secretaria de Turismo, que era o órgão normativo; a CRTUR, o executivo; e a CITUR, um órgão consultivo.

Edison Batista Chaves (06/06/2008) relata que a Secretaria de Turismo funcionou com a mesma equipe do Serviço Estadual de Turismo, no entanto, passou a ser uma secretaria que tinha acesso aos demais secretários e todo o apoio do governador. Ressalta que a Secretaria e a CRTUR realizaram diversos trabalhos, e a equipe de espanhóis também assessorou a secretaria, por amizade, não por contrato.

Os espanhóis ficaram bastante orgulhosos porque o chefe deles da SUDESUL havia sido escolhido Secretário de Turismo, e praticamente, isso aí foi o único grande resultado prático de todo projeto, foi a criação da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul e algumas coisas que a Secretaria fez. A Secretaria trabalhava também junto com a SUDESUL, porque quem continuou contratando os espanhóis era a SUDESUL, e como Secretário de Turismo eu me socorria na SUDESUL, não há dúvida de que eu tinha todo um apoio técnico da SUDESUL (Edison Batista Chaves, 06/06/2008).

Houve empenho da Secretaria de Turismo em tornar realidade as propostas do Plano Regional de Turismo que se materializou em obras e eventos que se tornaram tradicionais no calendário turístico gaúcho. São dessa época as primeiras edições da Califórnia da Canção, em Uruguaiana, da FEARTE e do Festival de Cinema em Gramado, iniciativas locais estimuladas e apoiadas pela SETUR. Dentro do conceito de turismo também como proteção ao meio-ambiente, iniciamos os trabalhos para a implantação do parque da Guarita, em Torres, e foi feito projeto para o Parque do Caracol, precedido de completo levantamento ecológico da área. Através do CITUR, foram realizadas assessorias em prefeituras, entidades e lideranças interessadas em desenvolver o turismo em sua região de atuação (CHAVES, 1993).

Na CITUR trabalhavam juntos governo, entidades e empresas; era o órgão consultivo de assessoramento do Secretário de Turismo. Compunha-se de

programa de palestras sobre o tema e a Secretaria de Saúde identificou um problema de higiene, legislação, principalmente no que se refere à higiene alimentar (Edison Batista Chaves, 06/06/2008).

representantes das Secretarias de Estado, da CRTUR, órgãos estaduais e federais, associações de municípios e entidades especialmente convidadas que atuavam direta ou indiretamente na área turística. O editorial do Jornal do Comércio/RS em 20/07/1972, em referência ao I Congresso Extraordinário das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL) coloca que: “A CITUR representa o entrosamento Governo-Iniciativa Privada na busca do desenvolvimento estadual na área turística. Isto é inédito. Pela vez primeira coordenam-se os esforços dos poderes públicos e dos empresários objetivando ação comum sobre evento capaz de alterar os fluxos turísticos em demanda ao Rio Grande do Sul”. Edison Batista Chaves (06/06/2008) informa que na CITUR era onde se discutiam todos os programas propostos com diversos representantes de cidades do estado, os quais Edison considerava seus *conselheiros da prática turística*.

Sizenando Venturini (08/05/2008), reportando-se a esse período, ressalta que *Edison Batista Chaves foi o melhor Secretário de Turismo que tivemos*, e lembra que durante a gestão de Chaves houve a criação de um Conselho Consultivo, composto do *trade* turístico, do pessoal do governo e da Polícia Federal. Esse Conselho se reunia uma vez por mês, quando discutiam muitos problemas relacionados ao turismo.

A Secretaria de Turismo e a CRTUR tinham a CITUR que congregava todo o pessoal do turismo, hotelaria, agências de viagem, universidades, operadoras, transportadoras aéreas, em que se discutiam os problemas referentes ao turismo. Porém, com a extinção da Companhia, essa comissão também desapareceu, *esse conselho era muito interessante, pois era um fórum apropriado para discutir os problemas do turismo* (Renato Masina, 25/03/2008).

Nas recordações dos nossos narradores, esse início da Secretaria Estadual de Turismo aparece como um período bastante próspero. Havia toda uma expectativa em relação à atividade turística no estado, todos entusiastas da “causa” turismo. Parecia haver um grande entrosamento entre aqueles que trabalhavam na área do turismo, como Oswaldo Goidanich, Victor Faccioni, Edison Batista Chaves, Renato Masina e os demais “batalhadores” (como eles se denominam) do turismo no estado. Há uma explosão de sentimentos de orgulho, de admiração, de companheirismo, de amizade, de luta por ideais, de sonhos compartilhados.

Todos estavam aprendendo sobre o turismo e cada um contribuía com a sua experiência; havia muito a ser feito e poucos entendiam ou tinham experiência na área. Como o próprio título da matéria do jornal Folha da Tarde/RS³⁸ (17/04/1972, p. 62)

³⁸ Foi um jornal publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior em Porto Alegre/RS, de 1936 a 1983.

“Ninguém entende de turismo. Nem eu”, expressão utilizada pelo Secretário de Turismo, no restaurante universitário da PUCRS, durante mais um “nosso almoço e você”, evento promovido pelo centro acadêmico Visconde de Mauá, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Após a refeição, Edison Chaves falou sobre a sua especialidade e as perspectivas da indústria do turismo no estado, destacando a função do planejador e do economista no setor turístico. Ele esclareceu que atualmente (1972)³⁹ ninguém entendia de turismo, nem ele (Folha da Tarde/RS, 17/04/1972, p. 62).

A linha de ação da Secretaria de Turismo, durante a gestão de Edison Batista Chaves (abril de 1971 a fevereiro de 1973), está definida no documento "Turismo: a estratégia gaúcha".

O prefácio de Paulo Manoel Protásio, então presidente da EMBRATUR, diz: “O presente documento apresentado como “Turismo – a estratégia gaúcha”, lançado pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul, coincide com os propósitos da política nacional de turismo. Tanto que serviu de documento básico nas discussões do Congresso Oficial de Turismo, realizado em Brasília, de 05 a 10 de junho de 1972” (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, p. 8)

³⁹ Em âmbito local, Porto Alegre também se organizava para desenvolver a atividade turística no município. Em agosto de 1972, a CRTur entregou ao prefeito Thelmo Thompson Flores e ao jornalista Pércio Pinto, do COMTUR de Porto Alegre, os estudos para criação da Empresa Porto Alegrense de Turismo (EPATUR), que foi concretizado no mesmo ano, pela lei nº 3.741.



Ilustração 1 – Turismo: a estratégia gaúcha (1972)

O referido documento tem a seguinte mensagem:

Tudo está sendo encaminhando para fazer com que 1972 seja, realmente, o “Ano do Turismo Brasileiro”. Isto não quer dizer que vamos realizar o suficiente do setor, de maneira definitiva e completa. Mas se tem a certeza de que 1972 caracterizará o empenho do Governo em garantir o básico e o indispensável para a execução de uma política de longo alcance, com peças armadas em curto prazo.

Num País de tamanha dimensão, com regiões heterogêneas, com desenvolvimento em bloco, o turismo nacional pode ser realidade em três etapas: primeira, estabelecendo-se um mecanismo entre órgãos do Governo; segunda, destes órgãos com as entidades privadas; e, finalmente – o grande objetivo – das entidades privadas com o consumidor.

O presente trabalho da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul consiste numa importante contribuição para se abreviar a consecução do projeto, além de fixar-se, desde já como exemplo de pesquisa e definição de metas.

A EMBRATUR não medirá esforços para cumprir a política do Governo. Agora mesmo abrindo oficialmente as comemorações das Sesquicentenário da Independência, o presidente Médici assinalou em sua mensagem: “Com entusiasmo ainda maior, entregamo-nos à realização dos programas nacionais de desenvolvimento e integração, ativando setores ociosos, eliminando desperdícios, recuperando o tempo, a energia e a riqueza malbaratados.

O turismo é um dos programas enquadráveis nessa definição de prioridade do Governo.

Desenvolver e integrar constituem a base de uma ação governamental em que está identificada e empenhada a Empresa Brasileira de Turismo. É preciso, no entanto, dar dimensão nacional a esse empenho, implantando efetivamente

o Sistema Nacional de Turismo. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, p. 7-8)

Logo em seguida, o presidente da EMBRATUR ressalta a contribuição do Rio Grande do Sul:

A contribuição do Rio Grande do Sul, ao fixar um modelo estadual para sua estratégia no desenvolvimento turístico, representa valioso capítulo de um esforço renovador dos instrumentos de fomento e de articulação administrativa.

Outros Estados e Municípios também vêm revendo seus programas inter-setoriais relacionados com o Turismo. A experiência acumulada já sugere a definição de melhores alternativas, para que se tenha, no devido tempo, uma satisfatória uniformização estrutural da agenda intervenientes no desenvolvimento turístico. [...]. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 1972, p.8)

Edison Batista Chaves (06/06/2008) comenta, mostrando o documento:

Quem assina é o Paulo Manoel Protásio, presidente da EMBRATUR da época. Então nós éramos a figurinha premiada desse Congresso de Brasília para ensinar os outros como, montar a estrutura. A maioria das estruturas turísticas do Brasil foram montadas baseadas nisso aqui, compreende? Só no Rio Grande do Sul foi tremendamente distorcido porque, tinha a estrutura, [...]. Então, em ordenação de turismo, quem é que vai trabalhar em ordenação? Vai trabalhar a secretaria, vai trabalhar as entidades de classe, vai trabalhar ensino e formação profissional, e as outras entidades? [...] quem é que vai trabalhar comercialização de turismo? Era uma matriz que eu tinha para trabalhar, isso aqui foi implantado em quase todos os estados. Aqui morreu, no Rio Grande do Sul morreu completamente. Então, esse documento teve uma importância fantástica nessa época e daqui surgiu essa visão econômica do sistema turístico que também foi o grande, assim, acendeu a lâmpada na testa de todo mundo que isso aqui era um modelo espanhol. (Edison Batista Chaves, 06/06/2008)

A EMBRATUR promoveu a I Reunião Oficial de Turismo, que ocorreu no período de 5 a 8 de junho de 1972, no Hotel Nacional, em Brasília e reuniu representantes oficiais de vários estados⁴⁰, entre eles, o Rio Grande do Sul. Na abertura dos trabalhos, o presidente da EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio, destacou que o principal objetivo do encontro era traçar diretrizes para implantar, efetivamente, o Sistema Nacional de Turismo, criado pelo Governo Federal, “estudando os aspectos de

⁴⁰ Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, Sergipe, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Paraíba e Alagoas. Estão representados também a SUDESUL, SUDENE, SUVALE, SUDAM, Associação Nacional de Bancos de Desenvolvimento, Hidrominas, Banco do Estado de Goiás, SENAC, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Interior, COMTUR de Porto Alegre, IBANBRAS, SERFHAU, SUDEPE, Federação de Hotéis e Similares, Confederação das Organizações Turísticas da América Latina e Universidade Federal de Santa Maria, esta através de seu reitor José Mariano da Rocha Filho e dois professores (Correio do Povo/RS, 06/06/1972).

descentralização e as estratégias operacionais voltadas a coordenar os esforços oficiais em só um pensamento e orientação” (Folha da Manhã/RS⁴¹, 06/06/1972).

A reunião teve por finalidade: I - integrar o sistema nacional de turismo, definido pelos decretos 55/56, e o 60.224/67, dentro de um programa de interesse nacional de empreendimentos turísticos; II - estabelecer bases para a Delegação de responsabilidades executivas, com o objetivo de imprimir um ritmo cada vez mais ativo no desenvolvimento dos planos oficiais de turismo; III - fixar estratégias operacionais conjugando os esforços oficiais em benefício de uma ação permanente, traduzindo um só pensamento e orientação quanto ao Sistema Nacional de Turismo (Diário de Notícias/RS⁴², 02/06/1972; Correio do Povo/RS, 02/06/1972).

Antes da instalação das comissões técnicas, foram realizadas algumas palestras, entre elas “O Turismo e a Estratégia Gaúcha”, apresentada por Edison Baptista Chaves. O trabalho focalizou os seguintes aspectos: introdução, incidência econômica do turismo, visão econômica do sistema turístico; entradas de turistas no Rio Grande do Sul; mercado turístico do Rio Grande do Sul; efetivo econômico do turismo no RS; o papel do setor público no desenvolvimento do turismo; estrutura institucional, funcionamento da estrutura institucional, CITUR – funções; Comissão Intersetorial de Turismo, Relações entre Secretaria e Companhia, características, funcionamento dos contratos, custos, tipos de apresentação de serviços, autorização de serviços e fluxograma (Correio do Povo/RS, 06/06/1972). Estudo considerado pelo presidente da EMBRATUR como “uma importante contribuição para se abreviar a consecução dos objetivos da política nacional, além de fixar-se, desde já, como exemplo de pesquisa e definição de metas” (Folha da Manhã/RS, 06/06/1972).

É interessante lembrar que vários jornais destacam a participação do Rio Grande do Sul na Reunião Oficial de Turismo realizada em Brasília. (Diário de Notícias/RS, 02/06/1972, 03/06/1972; Folha da Manhã/RS, 06/06/1972), revelando o interesse do governo em reunir os estados brasileiros e outras entidades para discutir o turismo no país.

⁴¹ Jornal publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior em Porto Alegre/RS entre 1969 e 1980.

⁴² O Diário de Notícias foi fundado em 1º de março de 1925, sob a direção de Francisco de Leonardo Truda, Raul Pilla, Adroaldo Mesquita da Costa, João Pedro Moura e outros. Foi um dos mais importantes jornais do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre trabalhava acompanhado da TV Piratini (pioneira no estado), Rádio Farroupilha e Revista Campo. Funcionou até dezembro de 1979.

Turismo no RGS é um dos temas do encontro nacional de Brasília

BRASÍLIA, 5 (CP) — Objetivando a implantação de uma estrutura para o turismo nacional, instalou-se na manhã de hoje, nesta Capital, a Reunião Oficial de Turismo, promovida pela EMBRATUR, sob a presidência do titular da empresa, sr. Paulo Manoel Protásio. O conclave, que atende a orientações do governo federal, reúne representantes oficiais de vários Estados, entre os quais Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Piauí, Sergipe, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Paraíba e Alagoas. Estão representadas, também a SUDESUL, SUDENE, SUVALE, SUDAM, Associação Nacional de Bancos de Desenvolvimento, Hidrominas, Banco do Estado de Goiás, SENAC, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério do Interior, COMTUR de Porto Alegre, IBANBRAS, SERFHAU, SUDEPE, Federação de Hotéis e Similares, Confederação das Organizações Turísticas da América Latina e Universidade Federal de Santa Maria, esta através do seu reitor, prof. José Mariano da Rocha Filho e dois professores.

Na tarde de hoje, antes da instalação das comissões técnicas, realizou-se uma série de palestras, assim distribuídas: Integração e Descentralização — Pedro Magalhães Padilha, secretário de turismo de São Paulo; O Turismo e a Estratégia Gaúcha — Edison Baptista Chaves, secretário de turismo do Rio Grande do Sul; Incentivos Fiscais e Política de Crédito — Fernando Talma Sampaio, secretário de Indústria e Comércio da Bahia; Sistema Nacional de Turismo — Olavo Lira Maia, presidente da PARATUR.

REGIÃO SUL

A representação da Região Sul, uma das maiores e mais atuantes, vem desenvolvendo intensa atividade, tendo em vista a existência de seu Plano Regional de Turismo, também conhecido por Capítulo Sul do Plano Nacional de Turismo, trabalho pioneiro no continente e que vem servindo de padrão para vários Estados brasileiros. Elaborado pela SUDESUL, em colaboração com a EMBRATUR, o Plano Regional de Turismo será entregue durante o conclave ao ministro do Interior e da Indústria e Comércio, pelo economista Carlos Alberto da Silveira Goulart, diretor do Departamento Agrícola Industrial da SUDESUL. Integram a delegação da Região Sul os seguintes técnicos: Carlos Alberto da Silveira Goulart e Renata Masina, da SUDESUL; Edison Baptista Chaves, secretário de

turismo do Estado; Marco Antônio Pinto, diretor técnico da CRTUR; professores José Mariano da Rocha, reitor da UFSC, Luiz Isaia, decano da UFSC e Pedro Aguirre; dr. Gilberto de Abreu Pires e dr. Alberto Garcez Duarte Filho, representantes da PARANATUR; deputado Xenofonte Villanueva, da Assembleia Legislativa do Paraná; Felix Eugênio Aichert de Santa Catarina; dr. Wilson Portes, do Banco de Desenvolvimento do Paraná, e dr. Melchiade Straches, do COMTUR.

A ESTRATÉGIA GAÚCHA

O trabalho apresentado hoje pelo economista Edison Baptista Chaves focalizou os seguintes aspectos: introdução, incidência econômica do turismo; visão econômica do sistema turístico; entrada de turistas no Rio Grande do Sul; mercado turístico do Rio Grande do Sul; efetivo econômico do turismo no RS; O papel do setor público no desenvolvimento do turismo; estrutura institucional, funcionamento da estrutura institucional, CTUR — funções; Comissão Intersetorial de Turismo, Relações entre Secretaria e Companhia, características, funcionamento dos contratos, custos, tipos de apresentação de serviços, autorização de serviço e fluxograma.

Segurança na tema de pales

RIO, 5 (C. P.) — O procurador-geral do Estado, professor Diogo Figueiredo Neto, disse, hoje, na Escola Superior de Guerra, que a principal característica do Estado, para este fim do século, é a tendência do Poder Legislativo, não como órgão elaborativo de leis, mas como fiscal político de sua conveniência. Abordando o tema — os três poderes e a segurança nacional — o conferencista examinou as principais funções da segurança nacional, como a de julgar, de administrar e elaborar leis, ressaltando que é da segurança que o Estado parte para as definições políticas.

O professor Diogo Figueiredo Neto falou, inicialmente, sobre os três poderes da segurança nacional. Disse que o Estado caminha para um Governo legislador-administrador, voltando à plena realização do homem.

Plano de Turismo da SUDESUL é apontado como padrão nacional

BRASÍLIA, 7 (C. P.) — O Plano Regional de Turismo elaborado pela SUDESUL, para a Região Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, deverá servir de padrão para as demais regiões do País. Moção nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão n.º 3, da Reunião Oficial de Turismo, que ora se realiza nesta Capital e que deverá encerrar-se amanhã dia 8.

A apresentação do Plano Regional de Turismo ao Plenário foi feita pelo professor Carlos Alberto Silveira Goulart, diretor do Departamento Agrícola Industrial, da SUDESUL, com base em trabalho do superintendente daquela autarquia subordinada ao Ministério do Interior, eng.º Paulo Affonso de Freitas Melro.

Ocupando-se das medidas prioritárias e indispensáveis à implantação dos planos regionais de turismo, o técnico gaúcho disse, inicialmente, da necessidade de conhecimento das realidades turísticas regionais como suporte de um sistema nacional de turismo.

De imediato, ocupou-se da problemática de ordenação, dizendo que se fazem necessárias as seguintes medidas: ordenação jurídica ou institucional, ordenação urbanística ou territorial, ordenação profissional, ordenação creditícia e ou de financiamentos, ressaltando serem, atualmente, insuficientes os incentivos fiscais, fixação de zonas prioritárias de turismo e execução do Plano Piloto de atividades hoteleiras.

RECURSOS HUMANOS

No tocante a recursos humanos, a Comissão n.º 2 da Reunião

Oficial de Turismo ora em realização nesta Capital, aprovou o Projeto-Piloto para treinamento de pessoal em programas regionais de turismo, trabalho elaborado pela EMBRATUR com base no Projeto de Treinamento de Recursos Humanos do Plano de Turismo da Região Sul.

O documento que será levado à sessão final do conclave, procura qualificar empresas e profissões à luz das exigências mínimas de classificação dos empreendimentos com sua respectiva modulação de serviços e de pessoal. Tratar ainda de planejamento turístico da Região, destacando os temas de controle de classificação de empresas e a ordenação de profissões turísticas.

O trabalho da SUDESUL — Ministério do Interior — segundo a EMBRATUR, reúne estudos necessários para a melhor fixação do Projeto Piloto de Treinamento e Formação de Pessoal, servindo de roteiro para outras regiões do País. Tal projeto deve ser atuante na formação acelerada de recursos humanos, permitindo a adesão dos órgãos interessados.

A qualidade dos serviços prestados pelas empresas turísticas e bom atendimento ao cliente, por parte das mesmas, reza o documento, depende primordialmente de dois fatores que, em vista destas considerações, possuem caráter fundamental, e são: preparação profissional de pessoal de serviço e dotação de meios materiais e instalações.

A problemática atual da esfera profissional do turismo refe-

re-se aos seguintes pontos: tipificação de funções profissionais, acesso ao ensino e formação profissional, investigação e documentação, relacionamento no período de pós-graduação, institucionalizações, estatutos e regulamentação da profissão turística.

Cooperação entre Brasil-Bolívia no setor da Saúde

RIO, 7 (CP) — Os ministros da Saúde do Brasil e da Bolívia, srs. Rocha Lagoa e Carlos Valverde Barbery, mantiveram, um encontro reservado no gabinete do ministro brasileiro, tratando de assuntos ligados à cooperação do Brasil à Bolívia, que se concretizaram com a assinatura de um acordo entre os dois países, a ser firmado em Brasília, hoje.

Após o encontro, o ministro Rocha Lagoa convocou, individualmente, a vários chefes do Departamento de Saúde, para um diálogo com o ministro boliviano. Em seguida, todos os diretores de departamentos de Medicina e de administração realizaram uma exposição sobre problemas de saúde no Brasil.

CORREIO

Clima de Gue

Ilustração 3 – Correio do Povo/RS, 08/06/1972, p.04

A Reunião Oficial de Turismo contou com a participação de representantes oficiais de vários estados e teve como objetivo a implantação de uma estrutura para o Turismo Nacional. O Plano regional de Turismo da SUDESUL foi apresentado pelo diretor do Departamento Agrícola Industrial, professor Carlos Alberto Silveira Goulart.

Reunião da EMBRATUR apontou o exemplo do turismo gaúcho

Comentando a Reunião Oficial de Turismo, promovida pela EMBRATUR em Brasília, na semana passada, o secretário de Turismo, Edison Baptista Chaves, disse que o Rio Grande do Sul está servindo de exemplo para o resto do País em termos de turismo. O próprio presidente da EMBRATUR, Paulo Manoel Protaisio, havia declarado que "ao fixar um modelo estadual para sua estratégia no desenvolvimento do turismo, o Rio Grande do Sul representa um valioso capítulo de um esforço renovador dos instrumentos de fomento e de articulação administrativa".

Como consequência dos estudos de Brasília, alguns Estados, como a da Guanabara, e a Prefeitura de São Paulo, vão adotar estrutura idêntica a que foi criada no Rio Grande do Sul. Do encontro, participaram representantes de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe, além de 34 órgãos ligados ao turismo e ao setor financeiro do País.

COMISSÕES

Nas demais comissões, o Rio Grande do Sul também serviu como exemplo. Na Comissão Técnica n.º 2, que estudou a parte de planejamento turístico, foi indicado o exemplo do Plano Regional de Turismo da Sudesul.

Na Comissão Técnica n.º 3, que debateu a ação de órgãos federais a nível de Sudene, Sudam e Sudesul, novamente a Sudesul foi apontada como exemplo, ficando decidido que cada organismo re-

gional faça um plano de integração turística para ser englobado pela Embratur. "Nesse ponto, salientou o Secretário de Turismo", a Embratur conseguiu grande vitória, relativamente à Região Sudeste, que não tem superintendência regional, mas que os Estados integrantes assinaram um acordo, unindo São Paulo, Guanabara, Minas Gerais e Estado do Rio, para integração turística dentro dos moldes da Região Sul, com o fim de estabelecer um Plano Regional de Turismo."

MAÇONARIA TAMBÉM FESTEJA 150 ANOS

Viajou para o Rio o dr. Frederico Renato Móttola, grão-mestre do Grande Oriente do Rio Grande do Sul, a fim de participar dos festejos comemorativos ao Sesquicentenário da Fundação do Grande Oriente do Brasil, que se realizarão na Guanabara de hoje a 19 de corrente mês. Após as 30-

tes, chefe do Estado-Maior do Exército.

Os festejos do Sesquicentenário do Grande Oriente do Brasil terão um brilho especial, com a participação de representações oficiais não só dos Estados, como, ainda, do Exterior, inclusive da Europa.

Ilustração 4 – Correio do Povo/RS, 16/06/1972, p. 08

Nesse encontro, podemos verificar que tanto o Plano Regional de Turismo da SUDESUL, quanto o Turismo: estratégias gaúchas, serviram de base para as discussões em âmbito nacional.

A cronologia histórica da organização oficial do Turismo no Brasil remete à década de 1960/70, quando alguns governos estaduais passaram a dar a atenção ao tema, contemplando-o, via decreto ou decreto-lei, a uma singela estrutura orgânica, com sede física e chefia, um ambicioso programa de intenções, mas sem orçamento financeiro compatível. A partir de 1970, entretanto, o setor turístico passa a ser encarado com respeito e responsabilidade, cabendo ao Rio Grande do Sul o papel pioneiro de criar o primeiro modelo de Sistema Turístico Nacional, elegendo o *Turismo: Estratégia Gaúcha* como programa prioritário para o desenvolvimento econômico do Estado. (MOESCH, 2003, p. 32)

Em novembro de 1972, realizou-se, em São Paulo, o I Congresso Extraordinário das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL), e a Secretaria de Turismo chefiou a delegação gaúcha, que foi integrada por representantes de agências de viagens, hotelaria e transportes. O objetivo essencial era divulgar o Rio Grande do Sul junto aos setores de viagens reunidos. Chaves (1993, p.140) registra que "lá verificamos o nosso pioneirismo, pois éramos o único estado brasileiro a estar implantando um

Plano de Turismo que, inclusive, vinha servindo de exemplo para outros estados que desejavam criar uma estrutura institucional adequada à importância que o turismo representava e representa”.

Neste sentido, Diney Adriana de Oliveira (08/10/2008), comentando sobre a Secretaria de Turismo, diz em tom enfático:

eu vou te ser bem sincera, eu acho que com todos os altos e baixos, com todas as trocas políticas, [...] eu acho que nós sempre tivemos ideais, não é a toa do nosso hino, ser o que é, que eu acho maravilhoso, acho assim, nós não somos nada humildes, “sirvam nossas façanhas de modelo a toda a terra”, e na época nós éramos um referencial, um modelo, não digo para toda a terra, mas para o Brasil sem dívida. Tanto que a Bahia veio copiar, em parte, copiar é força de expressão, mas parte daquilo que estava sendo feito e a Bahiatursa tu sabes, desenvolveu muito mais, [...], então a Bahiatursa nos deu de relho.

Edison Batista Chaves (06/06/2008) permaneceu na Secretaria de Turismo até fevereiro de 1973 quando assume a Secretaria de Indústria e Comércio. Berenice Mércio Pereira (13/05/2008) se recorda desse momento: *a gente anoiteceu, dormiu com o Edison Baptista Chaves como o secretário e no outro dia de manhã, nos jornais, amanhecemos com outro secretário que era o Roberto Eduardo Xavier*. Plínio Totta ficou interinamente respondendo pela SETUR até que fosse nomeado novo secretário.

Em 20 de fevereiro de 1973, Roberto Eduardo Xavier⁴³, Secretário substituto da Indústria e Comércio, foi anunciado, pelo governador Euclides Triches, como o novo Secretário de Turismo do Estado. O Governador Triches acentuou que o até então secretário de Turismo, Edison Baptista Chaves, havia implantado uma organização verdadeiramente modelar naquela pasta e desejou ao novo titular que, na segunda metade do Governo, a conduzisse dentro dos grandes planejamentos estabelecidos, fazendo com que, naquele que era o Ano do Turismo, pudesse apresentar os resultados que todos nós desejávamos (Zero Hora/RS, 21/02/1973, p. 08).

⁴³ Roberto Eduardo Xavier fizera parte do governo antes mesmo de ter assumido, ao ser convocado para integrar a equipe de estudos para a implementação da Secretaria de Turismo. Anos antes, a convite do então Prefeito Loureiro da Silva, integrara o grupo de estudos que elaborou a lei determinando a fundação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o qual foi conselheiro de 1961 a 1965 (HOHLFELDT e VALLES, 2008).



Ilustração 5 – Correio do Povo/RS, 21/02/1973, p.28

Sobre o período em que esteve na Secretaria de Turismo, Edison Batista Chaves descreve esse órgão como um espaço de construção, de participação, no qual conquistou muitas amizades que até hoje perpetuam. Evocando seus “consultores”, costurava a este quadro as recordações de tempos difíceis, embora o ambiente de trabalho fosse excelente. Havia muitas dificuldades; todos estavam aprendendo sobre turismo, era uma eterna descoberta, estavam recriando pontos de referências coletivos em um tempo reordenado e almejava a continuidade de um trabalho que estava apenas começando, quando diz que gostaria que ficasse na secretaria alguém que já trabalhava no CITUR⁴⁴.

Edison Batista Chaves (06/06/2008) destaca as pessoas que construíram o turismo no Rio Grande do Sul,

em primeiro Oswaldo Goidanich, porque é um homem que realmente merece, ele estudou muito, ele era do Touring Club, na época o Touring era um organismo interessante porque ele era um apoio ao automobilista. Era um homem de sensibilidade, um homem culto, viajado, compreende, e que sempre procurava o melhor, ele assessorava a Assembléia Legislativa nessa área, ele conquistou, por exemplo, o Victor Faccioni que era um apaixonado pelo turismo e ganhou prêmios de destaque pela

⁴⁴ Com uma certa nostalgia, recorda: *não há dúvidas, eu sempre, até hoje eu considero um dos meus momentos de maior realização, de maior felicidade, eu trabalhei com a equipe mais motivada que eu já tive esses dois aninhos que eu passei nessa novel Secretaria de Turismo daquela época, realmente nós trabalhávamos sábado, domingo, madrugada adentro por amor a esse tema fascinante que é o turismo.* (Edison Batista Chaves, 06/06/2008)

assessoria que o Oswaldo Goidanich dava a ele, compreende? Eu tenho quase certeza de que, quem me indicou para secretário de turismo foi o Oswaldo Goidanich, junto com o Victor Faccioni. Mas, por tanto que eu aprendi com ele e, porque ele sabia que eu estava realmente aprendendo, tanto que eu o consultava nessa área.[...].Depois teve os pioneiros, principalmente da hotelaria, [...]. Nessa área de formação de pessoal a Norma Moesch, ela teve uma participação fantástica! Seguido em eventos pelo Brasil a fora, que eu estava junto com a Norma, daqui a pouco levantava um cara lá do Rio de Janeiro, de São Paulo e dizia: a minha professora Norma Moesch, compreende, então ela tinha levado esses ensinamentos pelo Brasil a fora. Eu, como pioneiro, a dona Elizabeth Rosenfeld⁴⁵, lá em Gramado.

Outro reconhecimento público é para Oswaldo Goidanich, aquele que *alertou que existe o turismo, que foi uma figura muito importante*, um ícone, que representava o grupo que atuava no turismo no RS. Não havia ações de turismo no RS nas quais Oswaldo Goidanich não se fizesse presente, assessorando, coordenando, produzindo material sobre turismo para o Correio do Povo, enfim sua “saga do Turismo no Rio Grande do Sul”, como ele próprio denomina o título do capítulo que escreveu no livro organizado por Hilda Flores (1993).

Edison Batista Chaves (06/06/2008) manifesta o seu reconhecimento a Oswaldo Goidanich, que foi seu “professor”, *por tanto que eu aprendi com ele e porque ele sabia que eu estava realmente aprendendo, tanto que eu o consultava nessa área.*

Moesch (1993) finaliza seu texto “Turismo, uma trajetória de fé”, dizendo:

Esperamos que nossa missão, inspirada na sabedoria e vigorosa energia do mestre Oswaldo Goidanich, através de sua longa e bela peregrinação de amor à causa do turismo rio-grandense e brasileiro, seja vitoriosa, fazendo a comunidade turística futura mais ajustada e mais feliz. (MOESCH, 1993, p. 09)

Hohlfeldt e Valles (2008, p. 38) destacam que as idéias de Goidanich,

fizeram dos cinqüenta anos de dedicação ao turismo, por parte de Goidanich, um acelerado processo de modernização e conscientização do turismo enquanto atividade socioeconômica e cultural. O que, nos primórdios dos anos 1930 e 1940, era uma novidade, com Goidanich e a sua geração de colegas pioneiros no turismo gaúcho, foi tendo ampliado o seu *status* como atividade profissional. Os anos 1970 e 1980 aparecem como um essencial

⁴⁵ Chaves lembra que a Dona Elizabeth Rosenfeld fez o Artesanato Gramadense, “*e pegou aquelas coloninhas e os coloninhos e ensinou a fazer artesanato, ensinou a fazer aqueles móveis, móveis de Gramado enfim, e, e aí começou a surgir uma estrutura de gasto para o turista que fosse lá. Então, essa mulher foi fantástica, ela realmente plantou uma florzinha que virou um jardim em um curto espaço de tempo dentro dessa concepção de estrutura de gasto. Ela perseguiu esse lado da estrutura de gasto, de vender um estilo, entendeu, de transformar, dizer: bom, aquela cadeira, aquela mesa é lá do artesanato de Gramado e que treinou aquele pessoal a usar tear para fazer tecidos, para fazer tapetes, tapetes de parede, que são verdadeiros obras de artes plásticas, tudo focando imagens da região, como dizem os artistas plásticos, com factual, local.* (Edison Batista Chaves, 06/06/2008)

complemento e evolução às iniciativas que fizeram do Rio Grande do Sul um estado com conscientização turística.

Em 1973, o Ministro de Indústria e Comércio era Marcus Vinicius Pratini de Moraes, cujo ministério se vinculava à EMBRATUR, e, entre seus diretores, o jornalista gaúcho Kleber Borges de Assis, que sempre lutou, junto ao governo federal, pelos investimentos no Rio Grande do Sul (CHAVES, 1993).

Inúmeros acontecimentos relevantes foram marcando a década de 1970, ano a ano, a começar pela conferência sobre turismo, ocorrida no plenário da Assembléia Legislativa. Esse evento oportunizou a Edison Baptista Chaves, secretário de Turismo, e a Paulo Affonso de Freitas Melo, superintendente da SUDESUL, explanarem a atuação dos dois órgãos, empenhados num trabalho comum em favor do turismo no extremo sul do país (MOESCH, 1997).

Em 1973, o governo Federal, através do Ministério da Indústria e do Comércio, tendo em vista a necessidade de incrementar o turismo interno, instituiu o Ano Nacional do Turismo. A medida foi concretizada pelo Decreto 71.790 de 31 de janeiro de 1973. A EMBRATUR inicia a divulgação do Ano Nacional do Turismo, pelo Sul. Olavo Lyra Maia, Diretor da EMBRATUR, visitou a CRTUR e foi recebido por Luiz Emilio Corrêa Meyer, Diretor Presidente, iniciando pelo RS suas viagens de contatos com áreas turísticas (Jornal do Comércio/RS⁴⁶, 02/03/1973).

⁴⁶ O Jornal do Comércio é um veículo de mídia impressa brasileiro, editado em Porto Alegre. Foi fundado em 25 de maio de 1933 por Jenor C. Jarros e Zaida Jayme Jarros. A sua circulação é diária, de segunda a sexta-feira, e é voltado para economia e negócios.

1973 DECLARADO POR MEDICI “ANO NACIONAL DO TURISMO”

BRASILIA, 1.º (C.P.) — O presidente Emílio Médici, em seu despacho de hoje com o ministro Pratini de Moraes, assinou dois decretos relativos ao turismo: o primeiro dispõe sobre a delimitação de zonas prioritárias de interesse turístico e o segundo declara 1973 “Ano Nacional do Turismo”.

A delimitação das zonas prioritárias de interesse turístico será feita pelo Conselho Nacional de Turismo. Para o aproveitamento dessas zonas prioritárias a EMBRATUR celebrará os necessários convênios com os municípios, onde estiverem situadas as mencionadas regiões. Todos os programas decorrentes dos convênios referidos terão tratamento prioritário junto aos órgãos da administração federal.

Quanto ao “Ano Nacional do Turismo”, fica estabelecido que o Ministério da Indústria e Comércio, através da EMBRATUR e com o concurso de outros órgãos governamentais, inclusive estaduais e municipais, e entidades privadas, se encarregará da elaboração e implementação de programas, projetos e demais realizações relacionadas com o ano de 1973, declarado como o “Ano Nacional do Turismo”. O símbolo oficial do Ano Nacional do Turismo será usado em todos os impressos e publicações de divulgação de órgãos da administração pública.

HORA DE DESENVOLVER O TURISMO

“Os estudos realizados por esse Ministério através da

EMBRATUR indicam que a partir de 1973 será possível ampliar substancialmente o volume de visitantes do exterior, pelo ingresso do Brasil no mercado do turismo de massa”. A afirmação é da exposição de motivos do ministro Pratini de Moraes ao presidente Médici, encaminhando o decreto que declara 1973 o Ano Nacional do Turismo.

A ação a ser empreendida será possível graças à infraestrutura criada pelo Governo, especialmente na expansão da rede rodoviária e da aviação civil, construção de novos aeroportos, integração da Amazônia, desenvolvimento das comunicações, educação e treinamento da mão de obra. Paralelamente a esta criação, a EMBRATUR realizava um esforço de mobilização do empresariado nacional para a ampliação da rede hoteleira. No exercício de 73, graças a este esforço, entrarão em operação 50 novos hotéis e motéis que acrescentarão 8.204 unidades de hospedagem à rede brasileira de hotéis de turismo. Em função das condições existentes e dos programas e projetos que serão executados, fica prevista a vinda ao Brasil, em 1973, de meio milhão de turistas.

Durante o despacho no Palácio do Planalto, o ministro Pratini de Moraes fez ao presidente da República uma exposição sobre os principais projetos e programas a serem desenvolvidos pelo Governo e empresas particulares a partir de 1973, Ano Nacional do Turismo.

Segundo informou à imprensa o presidente da EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio, um dos principais projetos é o de “Roteiros Turísticos”, que prevê a presença de técnicos da EMBRATUR em todas as comunidades do Brasil, no ano de 1973, para contatos de pesquisa e informação junto a prefeitos, vereadores, empresas turísticas, entidades de classe, organismos regionais de turismo, postos de gasolina, universidades, entidades de classe, hotéis e motéis. Serão três grupos, cada um com três técnicos, viajando em “trailers” com o máximo de informações e propaganda sobre turismo. Ao mesmo tempo em que estarão pesquisando, coletando

dados e sugestões, distribuirão informações e orientação, inclusive indicando comportamentos e leis de âmbito municipal que podem servir melhor à política nacional de turismo. Os três grupos percorrerão, separadamente, as regiões: 1) norte-nordeste; 2) centro-sul e extremo-sul; 3) leste-oeste.

Outros programas básicos que começam a ser executados no Ano Nacional do Turismo, são o TURIS (Programa de Turismo Rio-Santos) e o TURSA (Programa de Turismo Rio-Salvador), ambos com a mesma concepção e objetivos comuns de planejamento, racionalização e coordenação para aproveitamento turístico das regiões ao longo das rodovias mencionadas. O ministro Pratini de Moraes expôs, ainda, ao presidente da República, os objetivos da TURCEN, programa de Centro Turismo. O primeiro, em fase de elaboração de termos de referência do estudo de viabilidade, e o de Fernando de Noronha. Trata-se de montar um complexo idealizado através de projetos integrados de atendimento “vertical” das atividades turísticas: hotel e restaurantes, clubes, camping, shopping-center, posto de gasolina, pequenas farmácias, lojas de souvenir e casas de diversão, tudo voltado para a ação turística. Paulo Protásio citou, ainda, o programa de aproveitamento turístico dos Parques Nacionais, a ser executado em conjunto com o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal-IBDF, e o Programa de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, este integrando os órgãos da própria região e os setores especializados dos Ministérios da Indústria e Comércio, Planejamento e Interior.

BRUXELAS E ASTA

Está prevista, também, a intensificação do programa — “Conheça o Brasil”, a ser desenvolvido no exterior. Seu ponto culminante será a realização, em Bruxelas, da EXPORT 73. Quando a mostra se encerrar, a ação não será interrompida. Ficarão implantadas na Europa agências privadas de promoção turística e ficará instalado o primeiro escritório piloto da EMBRATUR, para divulgação, informação e atendimento ao turista.

ao Quênia a Amizade

mento no comércio entre o Brasil e o Quênia era improvável, uma vez que os dois países produzem as mesmas coisas.

Gibson Barbosa manteve uma entrevista de uma hora hoje com o chanceler da Etiópia, Menasio Haile, durante sua escala em Addis Abeba a caminho de Nairobi.

Ilustração 6 – Correio do Povo/RS, 02/02/1973, p. 01

Em março de 1973, o professor espanhol José Javier Perez Rodrigues, diretor acadêmico da Escola Nacional de Turismo do Peru e também presidente da Associação Peruana de Escritores e Jornalistas de Turismo, em sua estada em Porto Alegre, mantém

contato com a Secretaria de Turismo, com a PUCRS e com o COMTUR. Em visita ao “Correio do Povo”, elogiou os esforços do governo brasileiro no sentido de implantação de uma estrutura turística e advertiu sobre a necessidade de preparação de mão-de-obra especializada no setor. O professor resume suas impressões sobre o panorama turístico do nosso país:

Não direi que tudo esteja excelente. Mas é excelente que o governo e lideranças do Brasil se hajam engajado intimamente para o impulso inicial e venham trabalhando com firmeza e determinação para implantar uma estrutura turística de que o Brasil não poderia prescindir com condição para alcançar, em breve, posição de destaque no mundo do turismo internacional. (Correio do Povo/RS, 11/03/1973, p. 41)

Prossegue dizendo: “[...] não penso que seja importante apenas a infra-estrutura material. É essencial também o capital humano, o pessoal especializado, aptos a tornarem produtivos os investimentos feitos no setor, criando condições cada dia mais atraentes e remunerativos”. (Correio do Povo/RS, 11/03/1973, p. 41)

Durante a gestão de Roberto Eduardo Xavier⁴⁷ (1973 a 1975), inúmeras ações foram realizadas e estão publicadas no livro “Dois pioneiros da comunicação no Rio Grande do Sul: Oswaldo Goidanich, Roberto Eduardo Xavier”, elaborado por Antonio Hohlfeldt e Rafael Rosinato Valles.

Nesse período, também estava sendo implantado o Programa de Integração Estado-Município (PIEM), com o objetivo de acionar, motivar e estruturar os municípios com potencial turístico no Rio Grande do Sul. Outro aspecto importante, nessa gestão, foram as obras realizadas, como: a construção do Parque da Guarita, em Torres; e do Parque do Caracol, em Canela.

O Rio Grande do Sul teve destacada participação na II Reunião Oficial de Turismo, promovido pela EMBRATUR no Rio, em 1973, onde os técnicos gaúchos tiveram voz ativa nas cinco comissões do conclave. Na ocasião, o Estado demonstrou ter potencialidades turísticas e o único que apresentou um relatório de atividades devidamente impresso.

⁴⁷ Jornalista, radialista e publicitário, bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Roberto Eduardo Xavier já exerceu o magistério superior na Pontifícia Universidade Católica, lecionando as disciplinas de Técnica de Jornal e Relações Públicas. Na gestão do prefeito Loureiro da Silva, fez parte do grupo de trabalho que elaborou a lei de criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), do qual foi também conselheiro. Em outubro de 1970, a convite do então governador eleito, passou a fazer parte do grupo de planejamento do governo Triches. Em 1971, a convite do então secretário da Indústria e Comércio, Roberto Pires Pacheco, coordenou o programa Promoção de Desenvolvimento Comercial e Industrial. Posteriormente assumiu o cargo de assessor especial e secretário substituto daquela pasta (Zero Hora/RS, 21/02/1973). Importante destacar que o acervo de Roberto Eduardo Xavier esta disponível na biblioteca central da PUCRS.

A professora Susana Gastal (14/07/2008), que trabalhou na SETUR de 1973 a 1975, na gestão de Roberto Eduardo Xavier, recorda que foi um trabalho muito instigante, muito denso porque *o Xavier era uma pessoa obsessiva por trabalho e ele tirava o couro da equipe*. Conta, ainda, que, nesse período, a SETUR, na área de Comunicação, produzia a revista técnica “Caminhos do Turismo”⁴⁸.

Foi também nessa gestão que aconteceu o Biênio da Colonização e da Imigração, a partir das comemorações do Sesquicentenário da Imigração e Colonização Alemã, em São Leopoldo, no ano de 1974, e do Centenário da Imigração Italiana, em Nova Milano, no ano de 1975, cuja comissão foi presidida por Victor Faccioni e a coordenação geral pelo jornalista Oswaldo Goidanich.

O evento pretendia, em seus objetivos explícitos, “ser uma verdadeira festa de confraternização e de afirmação de harmonia, de fraterno convívio, de solidariedade e de civismo, que une os rio-grandenses de todas as origens” (MOESCH, 1997, p.151-152). Todo o Estado foi mobilizado para que o evento se transformasse no acontecimento do século.

Durante a gestão de Roberto Eduardo Xavier, em 1974, foram promovidos, pela SETUR, com colaboração da CRTUR, da ABAV/RS, Sindicato das Empresas de Turismo do Rio Grande do Sul e FAMECOS/PUCRS, diversos ciclos de estudos sobre Turismo, tendo como temas: Turismo e Comunicações, Agências de viagem, Hotelaria e Transporte. Esse ciclo de palestras foi muito noticiado pelos jornais⁴⁹.

Hohlfeldt e Valles (2008) descrevem que durante o I Ciclo de Estudos de Turismo e Comunicações, o secretário fez uma análise da evolução do turismo local.

Segundo Xavier, o turismo no Rio Grande do Sul se divide em quatro fases: até 1950; de 1950 a 1970; de 1970 a 1974 e uma quarta fase, a partir de 1974. O turismo, até 1950, contava com iniciativas isoladas, como a primeira publicação de um artigo sobre o assunto, em 1917, pelo Correio do Povo e a criação do primeiro organismo do setor, o Touring Club, em 1936. A fase que compreende 1950 a 1970, Xavier identifica como uma fase marcada por uma extraordinária boa vontade, mas sem *know how* ou recursos financeiros. [...]. Os anos de 1970 a 1974, com a implementação da Secretaria de Turismo, marcaram profundamente o setor ao conseguir atingir o status de secretaria. Ao criar um programa de ação, em conjunto com outros órgãos de turismo, a atividade começa a alcançar sua profissionalização. (HOHLFELDT e VALLES, 2008, p.122)

⁴⁸ A revista “Caminhos do Turismo” era editada pela Assessoria de Imprensa da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul.

⁴⁹ Folha da Tarde/RS, 12/08/1974, 23/10/1974, 10/12/1974; Folha da Manhã/RS, 16/12/1974; Diário de Notícias/RS, 11/08/1974, 14/08/1974, 15/12/1974, 17/12/1974; Jornal do Comércio/RS 31/07/1974, 13/08/1974, 16/08/1974, 23/09/1974; Correio do Povo/RS, 31/07/1974, 13/08/1974, 14/08/1974, 13/12/1974, 17/12/1974.

Os autores também salientam a importância de Xavier para o turismo gaúcho, segundo Susana Gastal:

A gestão do Xavier foi muito importante porque se estabeleceu uma filosofia de trabalho, e acredito que se fosse retomar muitos dos projetos que ele tinha, daria para pegar e executá-los, até porque muitas coisas não foram executadas como, por exemplo, a política de *campings*, que poderiam ser retomados e que estava lá no início, com o Xavier. As festas regionais também trouxeram a especificidade de cada município, começando assim a se constituir como um produto e buscando o seu espaço, fator este que foi o Xavier que trouxe. (HOHLFELDT e VALLES, 2008, p. 125)

Em 1975, assume o governo do estado Sinval Guazzelli (1975 a 1979) e, no mesmo ano, Roberto Eduardo Xavier deixa a Secretaria de Turismo, para lugar Mário Bernardino Ramos⁵⁰.

Mário Ramos convida Norma Martini Moesch, na época formanda do curso de Turismo da PUCRS, para coordenar a secretaria. Segundo ela *foi um tempo muito rico, conseguimos formar uma equipe respeitável, entre esses componentes da equipe ela destaca Suzana Gastal das Relações Públicas, Vera Regina Morgante como Jornalista, e a Vanessa Silveira que até hoje é responsável pela produção da área.* (Norma Martini Moesch, 12/03/2009)

Em março de 1979, assume a SETUR Lauro Pereira Guimarães, durante o Governo de José Augusto Amaral de Souza (1979-1983). O setor é “desvalorizado”, ao integrar o Turismo na Secretaria de Cultura, Desporto e Turismo, dividindo a Secretaria. Em 1980, Luís Carlos Barbosa Lessa substituiu Lauro Guimarães que assume a diretoria de Planejamento da EMBRATUR.

De acordo com Moesch (1997, p. 167) “Barbosa Lessa não teve muito o que fazer para preservar o modelo turístico montado por Amaral de Souza, pois o próprio caráter híbrido da estrutura adotada se conflitava com os fundamentos essenciais de tal modelo”.

Nesse período havia muitos articulistas que escreviam artigos sobre turismo, especialmente no Correio do Povo, em que pontificavam os jornalistas Oswaldo Goidanich, Kleber Borges de Assis, Lourdes Fellini Sartori, entre outros. Em 1981, foi fundada a Associação dos Jornalistas de Turismo, AJOTUR, a qual se tornou, em 1985, na seção gaúcha da ABRAJET, tendo Renato Brenol de Andrade como primeiro presidente.

⁵⁰ Durante sua gestão, Mário Ramos realizou diversas atividades – registradas no livro organizado por Hilda Flores (1993) – tendo a cultura como estrutura de gastos e ações para melhorar a estrutura turística no estado.

Na década de 1980, durante o governo de Jair Soares (1983-1987), foi proposta a extinção da Secretaria de Turismo, por Horst Volks. Para Moesch (1997, p. 168) “Soou, assim, no governo Jair Soares, o *requiém* para o Turismo rio-grandense. Reduzida à modéstia de sua unidade executiva – a CRTUR – e a um departamento da Secretaria de Indústria e Comércio, a atividade turística nada mais lembrava dos tempos pródigos [...]”.

Em 1986, Walter Seabra, que já havia dirigido o SETUR, assume a diretoria da CRTUR. Em março de 1987, assume o governo do estado Pedro Jorge Simon (1987-1990). O Decreto nº 32.516, de 15 de março de 1987, mantém desativada a Secretaria de Turismo, permanecendo a CRTUR, durante todo esse período, como órgão executor das políticas públicas de turismo. Em 1989, é fundada a Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul⁵¹, que passou a ser presidida por Flávio Cassacia.

Começa a haver a falta de interesse das autoridades, no sentido de considerar o turismo parte integrante da administração e economia do Estado. Há um total silêncio e um sentimento de decepção, um ressentimento em relação à apatia, à indiferença do governo gaúcho para com o turismo, “uma absoluta falta de vontade política” (GOIDANICH, 1993, p.114).

O turismo para o Rio Grande do Sul se faz praticamente por geração espontânea. Não há investimentos substanciais e ordenados que busquem interessar, no resto do país e no Prata, correntes turísticas que sejam atraídas a visitar e permanecer em nossas cidades, praia, serras e termas [...]. O investimento maior ficou por conta dos empresários. O governo gaúcho precisa acordar para a realidade econômica do turismo. Aperreado por dificuldades financeiras, está sentado sobre uma mina de ouro e não sabe. (GOIDANICH, 1993, p. 115)

Nos anos seguintes, a Lei n.º 9.433, de 27 de novembro de 1991, de iniciativa do Governador Alceu Collares (1991-1995), extingue a Secretaria de Turismo. Em 10 de março de 1995, o Governador Antônio Britto (1995-1999) cria novamente essa Secretaria, através da Lei n.º 10.356 e, em 16 de janeiro do mesmo ano, extingue a CRTUR, através da Lei n.º 10.360.

Atualmente, há uma descrença em relação à atividade turística no estado. Para Renato Masina (25/03/2008), falta um turismo institucional organizado, um Estado que demonstre interesse pelo turismo e que apóie a atividade turística, com mais intensidade.

Em instâncias regionais o turismo está adormecido, a atividade privada faz esforços significativos, mas não tem apoio

⁵¹ Sobre a Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul ver: PATRUCCO, Luis Gustavo. *O Terceiro Setor no Turismo: o caso da Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul (BRASIL)*. Mestrado em Turismo. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2005.

institucional, e uma base mais sustentável para o desenvolvimento do turismo, faz falta. O estado possui sérias dificuldades financeiras, orçamentárias, mas o turismo está completamente adormecido, atualmente não vejo boas perspectivas. (Renato Masina, 25/03/2008)

Conforme Edison Baptista Chaves (06/06/2008), atualmente existem inúmeros organismos que tratam do turismo, a Câmara de Turismo, a Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, os sindicatos, os Conventions Visitors & Bureau. Sugere que se crie um espaço que congregue todas essas instituições, onde não haja rivalidades e sim todos trabalhando, cada um fazendo a sua parte. Para ele, o setor não está sendo encarado como negócio, onde todo mundo tem que trabalhar para dar certo e ganhar com isso; falta uma grande liderança, uma pessoa que realmente lidere e que consiga agregar.

No momento em que se discute melhorias para a sociedade, não se pode desconsiderar os autores que estão legitimamente dentro dessa sociedade. Diz Leandro de Lemos (24/11/2008),

então o espírito democrático faz com que se tenha a capacidade de convergir e não de divergir, a divergência leva à cisão, leva à ruptura, leva ao extremo até as vezes da guerra, e o espírito do Turismo, na sua essência e exatamente o oposto, é a atração, a convergência, a democracia, é a paz, onde não há paz não há Turismo, então tem que ser promotor da paz. O Turismo no Rio Grande do Sul, por falta de planejamento, de uma liderança regional significativa, tem rupturas nas associações, com o pessoal da academia, com as agências, existem divergências que podem ser solucionadas, então é muito engraçado, às vezes tu tens na academia uma determinada lógica e o trade turístico não fala com a academia, isso é a mais perfeita, para mim, característica do subdesenvolvimento dos países. Nas regiões subdesenvolvidas existe essa ruptura entre o saber e o fazer, o pessoal que faz acha que quem desenvolve o saber não sabe nada, e o pessoal que desenvolve o saber acha que quem faz, faz errado por não saber, essa era uma característica do subdesenvolvimento. Nas regiões mais desenvolvidas do mundo as universidades estão integradas ao mercado, os governos trabalhando juntos para desenvolvimento local, e a gente está ainda dentro, às vezes, de um ranço acadêmico da velha universidade medieval que se dava ao luxo de refletir por refletir, esse refletir tem um custo, que é a não ação, o sofismo, a reflexão pela reflexão, o academicismo pelo academicismo, da pesquisa pela pesquisa, a gente vai estar sempre se olhando no espelho e se achando lindo maravilhoso, mas não fazendo nada que desenvolva a sociedade.

Percebemos nas narrativas, como as aproximações afetivas entre os que tinham um envolvimento com o turismo são importantes para a memória. Recorrentes relatos indicam lembranças sobre amizades, lutas, admiração, respeito. Cada narrador conta as suas vivências e, pelo uso da oralidade, o narrador é capaz de “pôr em memória” suas experiências de vida, deslocando-as do ato estritamente pessoal para o âmbito sócio-cultural. Insere-se numa dada coletividade onde se identifica porque busca ser reconhecido publicamente como sujeito da experiência. Percebemos que os sujeitos se julgam importante, querem deixar seus feitos, sua participação registrados. Assim, cada narrador enfatiza as realizações feitas durante sua participação no processo, suas experiências, sejam elas no Plano da SUDESUL, no trabalho realizado durante as gestões da Secretaria de Turismo, de sua participação nas comissões, nos congressos. Também aparece um sentimento comum em relação ao turismo no estado nos últimos anos, um sentimento de desilusão, de frustração de descaso com a atividade.

O plano da SUDESUL ainda está vivo na memória das pessoas, faz-se presente e atual, tal qual a Secretaria de Turismo da década de 1970; ações e conquistas são muito valorizadas pelos narradores. Lembranças que são percebidas como uma etapa do turismo no estado, mas que norteou toda a história do turismo no Rio grande do Sul e a história de vida de muitos dos entrevistados. Mesmo considerando a impossibilidade de aprofundar todos os aspectos narrados, o simples registro dessas reminiscências nos dá o entendimento de que a memória coletiva que se criou em torno dessas instituições resiste e continua sendo muito significativa nas memórias dos diferentes sujeitos.

Estamos nos encaminhando para o próximo capítulo, o qual trata, diante desse contexto, da necessidade de qualificação na área do turismo.

CAPÍTULO 3 OS CURSOS SUPERIORES DE TURISMO

No bojo da expansão ocorrida nos últimos anos no campo da história e do renovado prestígio dos estudos históricos em geral, parece haver um crescente interesse do turismo por esses aspectos. O incremento que vem ocorrendo na pesquisa acadêmica da área qualifica as escolas de turismo a responder a tal demanda. Para isso torna-se necessária uma reflexão sobre o ensino em turismo no Brasil na perspectiva da história da educação.

Para responder à problemática desta pesquisa, ou seja, para investigar como se constitui a memória do curso de Turismo, sentimos a necessidade de compreender melhor como se produziu o discurso sobre a Educação Superior em Turismo, cujo debate intensificou-se nas últimas décadas. Seu início aconteceu em concomitância com o movimento de profissionalização do ensino superior, com o desenvolvimento da atividade turística e com a criação do currículo mínimo dos cursos de turismo. Sua expansão ocorreu em paralelo à expansão do ensino superior, no Brasil, principalmente do ensino privado.

Assim, no momento em que se discute o *lócus* do saber turístico (a Universidade X o mercado), em que se questiona o projeto pedagógico e os saberes que estão implicados na formação do turismólogo, é de suma importância a construção histórica do ensino superior em turismo, na expectativa de que possa oferecer subsídios para uma melhor compreensão dessa problemática.

Este capítulo objetiva discutir as idéias que nortearam a educação superior em Turismo, tema-chave para se pensar o Curso de Turismo da PUCRS. Apresentamos, ainda, uma breve apreciação sobre o turismo enquanto objeto de estudo/ciência, tema que dialoga estreitamente com o ensino superior em turismo, mais especificamente ao conhecimento em turismo. Embora o enfoque deste trabalho esteja centrado em constituir a memória do Curso de Turismo da PUCRS, não pode ser considerado isoladamente. É preciso lembrar que, sendo um conhecimento em pleno desenvolvimento, está intimamente ligado à questão da pesquisa no âmbito da educação superior brasileira, bem como da própria realidade social de sua ocorrência.

Como todo discurso histórico tem em mira a crítica do presente, dialogamos com a ideia da gênese do ensino superior em turismo, enfatizando como esse discurso não é um arquivo morto, mas permanece entre nós, internalizando nossas identidades sociais e evidenciando a necessidade de historicizá-las.

O capítulo está estruturado em três partes distintas: a primeira, de forma ampla, busca contextualizar o ensino em Turismo no mundo; a segunda analisa o surgimento dos cursos de Turismo no Brasil até a sua estrutura na sociedade atual, e a terceira discute “o estado da ciência do Turismo”. Situamos, dessa forma, o palco onde se desenvolve a trama do Curso de Turismo da PUCRS.

3.1 Ensino Superior em Turismo no mundo

Há um consenso entre os autores que desenvolvem estudos na área de turismo, da necessidade de profissionais qualificados para atuarem na área, em diferentes níveis.

Howel e Uysal (1987) relatam que existem duas áreas básicas em que o ensino em turismo pode ser segmentado: o treinamento vocacional e educação profissional. A primeira se refere ao treinamento do pessoal da linha de frente, de manutenção e de apoio. O conteúdo desses cursos tende a ser pouco teórico e mais voltado para o desenvolvimento de habilidades práticas, como, por exemplo, recepcionistas, garçons, chefes de cozinha, cozinheiros, agentes de viagem, guias de turismo e outros. O segundo, ou seja, a educação profissional é acadêmica por natureza e se destina para os que ocupam atividades de planejadores, gerentes, pesquisadores. Conceitos teóricos são ensinados, assim como a capacidade de interpretar, avaliar e analisar informações para a tomada de decisões tanto no setor privado como no público.

Go (2002) esclarece as diferenças entre educação e treinamento para o turismo. A educação baseia-se no desenvolvimento intelectual da pessoa, e o treinamento é o processo de trazer a pessoa para um padrão desejado de habilidade e eficiência, por meio de instruções.

Para Fúster (1991, p.692), a educação e a formação em turismo são interdependentes. Devem ser complementares e se desenvolverem integradamente no decurso de uma carreira individual, apesar de, em determinados momentos, uma predominar sobre a outra. Teoricamente, existem atribuições bem definidas acerca do espaço de cada uma. No entanto, na prática, verifica-se uma falta de reconhecimento mútuo quanto à validade do respectivo papel desempenhado. A educação, como processo, gera benefícios difíceis de avaliar, que visam aos de longo prazo, contrastando com a formação, que aponta para resultados imediatos e de fácil medição.

Trigo (1998) traça um panorama do ensino de turismo no mundo e diz que a formação de nível superior passou a ser importante em vários países europeus, especialmente após a década de 1960⁵².

Muitas universidades têm gradualmente expandido suas ofertas de cursos para incluir turismo. No início do século XX, universidades da Áustria e da Alemanha já tinham criado cadeiras especializadas em turismo⁵³. Em outros países, as universidades “descobriram” essa área muito mais tarde: em 1961, na França (Centro de Estudos Superiores de Turismo na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris); em 1963, nos Estados Unidos (Universidade Estadual de Michigan); em 1964, na Holanda (Instituto Holandês para Estudos de Turismo, Lazer e Transporte, em Breda); e, em 1971, no Brasil (Curso de Turismo da Faculdade do Morumbi, em São Paulo) (REJOWSKI, 1996 p. 25-26).

Nos Estados Unidos e em alguns países europeus, os cursos trataram inicialmente de hotelaria⁵⁴, adicionando turismo em seus currículos. Mais tarde, o turismo penetrou em programas ou departamentos das ciências humanas e sociais. (REJOWSKI, 1996 p.26). É clara a diferença entre os institutos universitários europeus e os americanos: os primeiros orientam-se para a pesquisa teórica, voltada a aspectos sociais e econômicos do turismo, ao passo que os segundos, para a formação da “indústria hoteleira e turística” (SESSA, 1990, p. 9).

É importante apontar a tendência destacada por Alberto Sessa quanto ao direcionamento dos cursos europeus para o gerenciamento dessa “indústria”, isto é, assiste-se o surgimento de cursos na Europa direcionados ao *business/management (administração/gerenciamento)* da “indústria turística”. Rejowski (1996 p. 28) lembra que,

No início, a evolução do turismo na universidade realizou-se sob diversas formas – cursos de hotelaria, disciplinas de turismo nos cursos de hotelaria e de ciências sociais – e, mais recentemente, na forma de cursos de turismo. Isto se deve ao turismo ser um fenômeno complexo, possível de ser estudado e analisado sob múltiplas facetas. O importante dessa inserção do turismo na academia é sua articulação com a pesquisa básica e aplicada.

O turismo é um fenômeno social “total”, no sentido pensado por Marcel Mauss (1974), isto é, um fenômeno em cuja complexidade se condensa toda uma gama de

⁵² Para aprofundar sobre o ensino de Turismo no mundo, consultar Trigo (1998).

⁵³ Na Universidade de Viena, a “cadeira” de turismo existe desde 1937 (MCINTOSH e GOELDNER 1986, p. 428). No entanto, segundo Angers (1990), foi na Suíça que as universidades se voltaram, pela primeira vez, para a pesquisa e o ensino do turismo.

⁵⁴ Com relação à hotelaria, “a primeira realização é da Universidade de Cornell que, em 1922, a pedido da *American Hotel Association* e outras organizações profissionais, criou a *School of Hotel Administration*” (ANGERS, 1990).

aspectos da sociedade e da cultura. Dessa multiplicidade de aspectos decorre o fato de o turismo ter se constituído em objeto de diferentes ciências e abordado inicialmente sob os diversos marcos de referência da Economia, das Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) e da Geografia, aos quais mais tarde juntaram-se outras disciplinas, constituindo, aos poucos, um campo multidisciplinar, cujas diferentes abordagens começam a comunicar-se entre si, ora em diálogo produtivo, ora em disputas acirradas, mas sempre mantendo a distinção entre o turismo como fenômeno e seu estudo.

Cooper, Sheperd e Westlake (2001) afirmam que a educação em turismo tem alguns complicadores: o fato de haver uma abordagem fragmentada do ensino; o estágio muito inicial de evolução como área de estudo; problemas como a falta de metodologia adequada para levantamento de dados históricos numéricos e informações que viabilizem a pesquisa, entre outros. Há, ainda, discussões sobre a área à qual o turismo pertence, pois, enquanto alguns cursos são criados em departamentos de geografia, ou recreação e esportes, outros, na área de administração e negócios.

A preocupação com a formação superior em Turismo e com a sua profissionalização teve início nos anos de 1970, a partir da Organização Mundial do Turismo – OMT⁵⁵, que sempre enfatiza um discurso de qualificação de mão-de-obra, sendo essa uma proposta internacional e nacional. *A OMT tem sempre esse discurso de qualificação de mão-de-obra em todos os níveis, desde um garçom treinado, de uma camareira treinada, até técnicos do planejamento treinados* (Susana Gastal, 14/07/2008).

Desse modo, enquanto o turismo é uma atividade bastante antiga, a educação em turismo é bem mais recente. No mundo, com exceção de algumas instituições, a maior parte dos cursos superiores de turismo apareceu entre 1980 e 2000. Em vários países, esses cursos ainda estão se estabelecendo.

De acordo com Trigo (1998), há várias razões para isso. Apenas nos últimos anos os governos reconheceram o valor do turismo para suas economias e realizaram a

⁵⁵ A Organização Mundial em Turismo – OMT é uma agência especializada das Nações Unidas e a principal organização internacional no campo do turismo. Funciona como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo. Sua sede é em Madri, Espanha. Em 2008, a OMT contava como membros 154 países, 7 territórios e mais de 300 Membros Afiliados, representando o setor privado, instituições educacionais, associações e autoridades locais de turismo.

Sua origem remonta ao *Congresso Internacional de Associações Oficiais de Tráfego Turístico*, realizado em 1925, na cidade de Haia, Holanda. Após a Segunda Guerra Mundial, foi rebatizada como *União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens* (IUOTO) e transferida para Genebra. A IUOTO era uma organização não-governamental, que chegou a reunir 109 *Organizações Nacionais de Turismo* e 88 membros associados dos setores público e privado. Em 1974, seguindo uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi transformada em um órgão intergovernamental. Em 2003, tornou-se uma agência especializada das Nações Unidas.

conexão entre a formação de recursos humanos (educação e treinamento) e o incremento de produtividade e competitividade no setor. Também destaca que há um consenso sobre a necessidade de a educação direcionada à área de turismo ser bem estruturada e baseada em fundamentos amplamente discutidos e aceitos pela comunidade empresarial, acadêmica e política. Para o autor, a educação em turismo não é importante isoladamente, há necessidade de integração entre governos, academia e empresários para, juntos, melhor equacionar os desafios da formação profissional.

A situação na América Latina marca, de longa data, um certo descompasso que ainda acontece em relação ao turismo. Essa região tem, praticamente, como divisor de águas, os anos 1970 – quando os países começaram a perceber o turismo como instrumento de desenvolvimento econômico e social. Foi quando as atividades deixaram de ser conduzidas de forma espontânea, passando a integrar programas governamentais, sobretudo visando à obtenção de divisas para geração de empregos e melhoria na balança de pagamentos (ACERENZA, 1990). No geral, permanece constituindo ponto crítico, comum à América Latina, a capacitação de recursos humanos, sobretudo em nível superior, e em especial na pós-graduação – exatamente responsável pela formação de massa crítica (AZEVEDO, 2002).

3.2 O Ensino Superior em Turismo no Brasil

No Brasil, conforme já abordamos anteriormente, com o desenvolvimento da atividade turística, nas décadas de 1960 e 1970, e um crescente interesse por viagens e lazer, ampliou a necessidade de formação e de capacitação de recursos humanos, e, conseqüentemente, do ensino e da pesquisa na área. Assim, gradativamente aparecem cursos regulares técnicos, de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), a formação e capacitação em diversos níveis, a partir de cursos e programas de formação básica e comportamental, treinamento, atualização, aprimoramento, entre outros, que buscam formar pessoas e gerar mão-de-obra qualificada para o atendimento das necessidades destas demandas.

Em outubro de 1967, o então presidente da EMBRATUR, Joaquim Xavier da Silveira, dizia, no pronunciamento de abertura do I Encontro Oficial de Turismo Nacional: “Nosso País, por sua posição geográfica, pelo potencial turístico e econômico que detém, deve-se aparelhar estruturalmente para obter uma substancial parcela da exploração turística, que atingirá níveis jamais registrados. Esse preparo tem que ser imediato, ou perdemos a corrida para outros países” (SILVEIRA, s/d, p. 39).

Em 10/01/1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Decreto-Lei n.º 8.621, que é de grande importância na formação – dos níveis básico, médio e superior – de profissionais nas áreas de hotelaria e turismo. O Decreto-Lei n.º 853 de 13/09/1946 criou o Serviço Social do Comércio (SESC). Essa entidade, juntamente com o SENAC, muito contribuiu para a teoria e a prática do lazer social. Lazer e cultura são atividades importantes no SESC, que reúne colônias de férias, balneários, centros campestres e centros culturais para usos de seus associados, em uma prática de lazer e turismo social⁵⁶.

O SENAC – Serviço Nacional do Comércio, em Porto Alegre, iniciou um curso de turismo e hospitalidade e para que os alunos pudessem aprender na prática, a entidade colocou em funcionamento uma Escola de Preparação de Garçons, barmen, maitres, cozinheiros e ajudantes de cozinha, em 1948. Esse foi o primeiro passo de um trabalho sério na preparação profissional para o Turismo e que, ainda hoje, se desenvolve.

O ensino técnico em Turismo do SENAC, em São Paulo, iniciou suas atividades em 1951, com os primeiros cursos de especialização para garçons. Em 1957, o relatório anual de atividades já registrava uma ampla programação de cursos e treinamentos, tanto para a formação inicial quanto para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de turismo e hotelaria. Desde então, o SENAC⁵⁷ implantou unidades educacionais em diversas localidades e vem atuando na formação em turismo em diversos níveis.

Em 1961, a partir dos estudos do Conselho Federal de Educação, no sentido de oferecer alternativas de enriquecimento ao nível médio, o Colégio Comercial São Judas Tadeu, instituição privada, sediado em São Paulo, obteve a primeira autorização para funcionamento de curso técnico de turismo. Na ocasião, o relator da matéria, Conselheiro Celso Kelly, considerou o ensino de turismo em grau médio como uma das modalidades mais úteis e necessárias do ensino técnico, em grau colegial, em virtude das possibilidades do país: cidades históricas, sítios naturais, metrópoles equipadas, praias lindas, sem falar dos aspectos culturais, como a arquitetura brasileira e a música popular. Ressaltava, entretanto, que a grande lacuna para o atendimento turístico em nosso país residia na falta de elementos especializados, acentuando que, em vários

⁵⁶ “O Turismo Social é o conjunto de relações e fenômenos resultantes da participação no turismo das camadas sociais menos favorecidas, participação que se torna possível ou facilitada por medidas de caráter social bem definidas, mas que implicam um predomínio da idéia de serviço e não de lucro”(MACHADO e CARMO, 2006, p. 04).

⁵⁷ O SENAC possui experiências com o curso técnico de turismo desde o início da década de 1970, em São Paulo. O curso funcionava em Campinas, de 1972 a 1977, em regime de intercomplementaridade, unindo o SENAC local e a EEPSC Culto à Ciência, que formaram três turmas de técnicos.

países do mundo, o turismo figurava entre as três primeiras fontes de receita, graças ao planejamento, aos elementos naturais e aos recursos humanos (AZEVEDO, 2002, p. 188).

Conforme já destacamos, esse discurso de qualificação era bastante presente, e existiam diversas ações do governo do Rio Grande do Sul nesse sentido, como, por exemplo, os cursos oferecidos pelo secretário de Turismo Roberto Eduardo Xavier para qualificar taxistas, agências, hotéis e outros.

Podemos observar que a idéia da necessidade de qualificação na área de turismo, nesse período, é muito presente, permeando todas as discussões realizadas sobre o assunto. Na reportagem a seguir, Renato Masina argumenta sobre a urgência de qualificar para o turismo, tanto pela deficiência do pessoal que atua na área, quanto pela escassez de especialização tecnológica que põe em risco qualquer tentativa de planejar o turismo. No Brasil, havia toda uma efervescência, movimentação de diversos profissionais em prol do turismo; havia muitos debates, palestras, associações, diversos profissionais discutindo o tema.

Formação e treinamento de pessoal é a necessidade do setor turístico

Renato Batista Masina

Através de pesquisas, levantamentos e análise de dados, o Plano Regional de Turismo da Região Sul, elaborado pela Sudesul, demonstra claramente que um dos pontos de maior prejuízo que apresenta o setor turístico entre nós é o que concerne à falta de pessoal qualificado para desenvolver atividades derivadas da prática turística. Como é facilmente compreensível, isto se deve sobretudo ao fato de que apenas recentemente o turismo vem sendo considerado como fenômeno econômico-social capaz de, por sua estrutura, dinamizar a economia do país. O tratamento empírico que até então lhe era dotado, reflete-se nitidamente não apenas na deficiência de formação do pessoal que atua diretamente em atividades relacionadas com a prática do turismo, como ainda na escassez de especialização tecnológica que chega mesmo a pôr em risco toda e qualquer planificação que se deseje efetuar no setor.

O problema de formação e treinamento de mão-de-obra especializada para o setor turístico deve, portanto, ser enfocados sob dois prismas: o primeiro diz respeito ao pessoal que já exerce funções em empresas ou organismos de turismo, independentemente da formação que já possuem; o segundo refere-se à formação técnico-científica daqueles que escolhem como profissão o exercício de atividades ligadas ao turismo.

O Plano Regional de Turismo da Região Sul, documentobase como fonte informativa de dados turísticos para a região, estima que o volume de mão-de-obra qualificada até 1975, somente na indústria de

alojamento, seja da ordem de 6.246 empregos, sendo que em administração e gerência hoteleira as necessidades giram em torno de 625 novos empregos. Ora, estes dados enfatizam a necessidade do funcionamento quer a nível universitário, quer real de cursos de formação quer a nível universitário, quer a nível médio profissionalizante, orientados no sentido de promover a formação técnico-científica do aluno, ao mesmo tempo que lhe oferece condições para adquirir uma visão de cultura suficientemente ampla, tão necessária àqueles que atuam no setor. Aliás, foi exatamente para vir de encontro a esta necessidade de formação e treinamento de pessoal para o setor, que o Ministério da Educação e Cultura, através do Parecer de número 35-71 do Conselho Federal de Educação, houve por bem oficializar no Brasil a criação de cursos de turismo em nível superior. Existe entre nós, na Faculdade de Meios e Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica, um curso dessa natureza onde o aluno, após cursar um currículo básico de dois semestres, participa, em quatro semestres, de atividades programadas através de disciplinas de caráter profissionalizante. No final do curso realiza, então, um estágio de quatro meses em empresas turísticas locais onde lhe é oportunizado experienciar diretamente a realidade funcional de uma empresa do setor.

Mas o rápido desenvolvimento do turismo no Brasil exige de nós que pensemos em soluções mais rápidas, visando a suprir as lacunas existentes com a falta de recursos humanos qualificados; a solução en-

contrada, portanto, foi a realização de cursos para aqueles que já possuem titulação superior, onde os mesmos receberiam informações complementares sobre turismo, ampliando suas experiências com relação ao setor. Estes cursos rápidos, a nível de pós-graduação, visam, portanto, a complementar a formação de pessoal, oportunizando aos alunos a aquisição de um enfoque verdadeiramente turístico tão necessário para o cumprimento de atividades de planificação e de projetos.

Voltando ainda aos cursos de formação em turismo, pensa-se também na possibilidade de promover nos mesmos, a especialização do aluno por áreas específicas, abrangendo assim a área de macro e da micro economia turística. Poder-se-ia, portanto, ampliar as possibilidades do currículo criando a especialização em administração ou gerência de hotéis, para fazer frente às necessidades do mercado, e ainda a especialização em planificação turística, para atender à demanda proveniente dos órgãos públicos e entidades privadas, de assessores e elementos para consultorias.

Resta concluir que o turismo, elemento gerador de empregos por natureza, vem de ampliar cada vez mais o mercado de trabalho regional para todos aqueles que se sentem atraídos pelo exercício de atividades ligadas ao setor; mas que esta expansão requer, por outro lado, com exigências crescente, o aprimoramento e a qualificação de pessoal para o desempenho das inúmeras tarefas que a própria estrutura econômica do turismo gera e beneficia.

Ilustração 7 – Correio do Povo/RS, 28/03/1973, p. 13

Verificamos, então, que o ensino do turismo se iniciou com cursos e treinamentos em áreas específicas, de nível técnico, e assim permaneceu até a década de 1970, quando se estendeu ao ensino superior privado, com a atribuição do grau de bacharelado, conforme veremos a seguir.

Embora já houvesse uma preocupação com o ensino do turismo, as propostas eram de treinamento para a atividade turística. A busca de um espaço adequado para refletir sobre o turismo de forma ampla e abrangente só aparece na década de 1970. É importante destacar que a preocupação da sociedade em geral com o problema da

formação em turismo parece acentuar-se nesse período, quando há um crescimento da atividade, gerando uma institucionalização e necessitando de um maior embasamento. No Rio Grande do Sul, essa preocupação foi capaz de desencadear medidas significativas, pois o estudo da SUDESUL sugeria a necessidade de um profissional de gestão, de planejamento do turismo, não mais somente executores e sim profissionais que pudessem pensar o turismo.

Foi no início da década de 1970, num contexto de expansão das escolas isoladas, com o incentivo do governo, que surge o ensino superior de Turismo no Brasil. A institucionalização no âmbito acadêmico se deu a partir de 1971, quando da criação do primeiro curso de Turismo e da definição do currículo mínimo pelo MEC.

Os primeiros cursos superiores de Turismo no Brasil surgem na década de 1970. No entanto, é importante destacar, conforme já abordamos anteriormente, que foi em 1967, por ocasião do I Encontro Oficial de Turismo, que aparece uma proposta de criação de cursos universitários.

Conforme Teixeira (2007), os relatórios para a Reforma do Ensino Superior de 1968 (Lei 5540) incentivavam a criação de cursos para “carreiras prioritárias ao desenvolvimento”, considerando que, na década de 1970, o turismo foi visto como a “solução” para o desenvolvimento econômico do Brasil. Considera também que a demanda por vagas foi essencial para que o curso de turismo se estabelecesse, pois era um curso que chamava a atenção dos empresários da educação, por ser diferente e bom de mercado, necessitava de pouco investimento e teria fácil retorno.

Em São Paulo, a imprensa noticiava: “A criação de Escolas Superior de Turismo decorre da necessidade de o Brasil se aparelhar para desenvolver a chamada indústria sem chaminés” (Folha da Tarde/SP⁵⁸, 03/06/1972).

Conforme Matias (2002, p.3),

A regulamentação do currículo mínimo e a criação de cursos que formassem mão de obra especializada em nível superior, tornou-se necessária devido ao crescimento que a atividade turística apresentava na época. Nesse sentido, podemos destacar a institucionalização do Turismo no Brasil com a criação de Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, em 1966.

Teixeira (2007) analisa a trajetória dos cursos superiores de turismo (1968-1976), bem como seu contexto histórico-social, para entender os condicionantes que levaram um curso, sem tradição acadêmica e desprestigiado intelectualmente, a se espalhar e se consolidar em nível universitário. Considera três variáveis para estudar a

⁵⁸ Folha da Tarde foi um vespertino brasileiro publicado pela Folha de S. Paulo e distribuído em São Paulo entre os anos de 1945 e 1999. Foi substituído pelo popular Agora São Paulo.

história do curso no Brasil: a primeira é a criação, em 1966, da Empresa Brasileira de Turismo, a EMBRATUR, pois, a partir daí, surgem os investimentos na rede hoteleira, nos meios de transportes e em infra-estrutura básica e turística e, conseqüentemente, a necessidade de formar profissionais capacitados, de nível superior, para fomentar o turismo no Brasil. Logo, há a necessidade de se criarem escolas superiores de turismo. A segunda variável é a expansão do ensino superior privado, em conseqüência de uma série de acontecimentos que “obrigou” o governo a permitir e estimular o ensino superior privado: a Lei 5.540/68 (Reforma Universitária), que autoriza a criação de cursos superiores de profissões não regulamentadas (que é o caso do curso de turismo, que até a presente data ainda não tem sua profissão regulamentada). A terceira variável, que está relacionada à primeira, é a valorização dada ao lazer e ao ócio, no final da década de 1960, com incentivo para que o tempo livre fosse bem utilizado e uma boa alternativa isso é fazendo turismo.

Conforme destacamos anteriormente, na década de 1970, no Brasil, assim como em outros países, existia toda uma expectativa e credibilidade sobre o turismo como uma das “chaves que abririam as portas” do desenvolvimento econômico. Isso em função do *boom* do turismo massivo e a conseqüente movimentação e circulação de capital, cuja importância econômica já era reconhecida em todo o mundo. Informações eram veiculadas tanto em meios de comunicação especializados (revistas e boletins técnico-científicos), quanto em meios de comunicação de massa (jornais diários, programas de rádio e televisão), divulgando os aspectos positivos do turismo em toda a sua plenitude (REJOWSKI, 1996 p. 59).

Diversos segmentos da sociedade, empresários, políticos e estudiosos passam a se interessar pelo tema turismo. Já estavam em atuação o Conselho Nacional de Turismo – CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, criados em 1966. Publicam-se livros sobre temas básicos; fundam-se os primeiros cursos superiores; realizam-se os primeiros eventos acadêmicos de caráter técnico-científico; defendem-se as primeiras dissertações e teses na área. O discurso do professor Mário Carlos Beni, na abertura do I Congresso Nacional de Turismo, em 1975, traduz bem o papel dos cursos superiores.

A partir da instalação do I Curso Superior de Turismo no Brasil, a fase de improvisação, adaptação e repentinidade, começa a ser seriamente ameaçada. O turismo improvidente, desgovernado começa a ser criticamente analisado. São muitos os que hoje se preocupam com sua problemática, mantendo-se em permanente atividade de reflexão e vigília. [...]

O turismo no Brasil deixou de ter somente uma posição política administrativa empresarial e passou a constituir-se também, agora, em um assunto de ordem técnica e científica, e como tal deve ser encarado [...]. (REJOWSKI, 1996 p. 60)

Na década de 1970, houve um incremento na atividade turística – o setor privado expandiu e houve a abertura de um novo mercado de trabalho. Criou-se espaço para a implantação de formação superior na área mediante a necessidade de profissionais capacitados para o setor. Surgem, assim, os primeiros cursos superiores de turismo (bacharelado), inicialmente na cidade de São Paulo, e oferecidos por instituições de ensino privadas.

Conforme Trigo (2000, p. 245):

Foi neste contexto, rico em crises e sonhos, que a educação em turismo foi implantada no Brasil. Um novo curso para um país promissor que se descobria herdeiro das benesses do futuro, um curso que encontrava sua vocação plena em um paraíso tropical repleto de belezas naturais ainda intocadas; enfim, o país do futuro encontrava a profissão do futuro.

O Conselho Federal de Educação – CFE, em fins de 1960 e início da década de 1970, teve papel significativo na expansão do ensino superior e no surgimento de faculdades isoladas privadas⁵⁹. Conforme Celeste Filho (2002), tais estabelecimentos particulares, criados por empresários da educação com a autorização do CFE, diversificaram o campo acadêmico, inclusive com a criação de cursos de Turismo.

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1961, o Conselho Federal de Educação (CFE) – órgão criado pela LDB – se preocupou em esclarecer o que ele propunha como currículo. Após vários debates no CFE, ficou decidido que o currículo mínimo seria nacional, basicamente profissionalizante, e especificidades regionais entrariam na parte complementar do currículo. Assim, desde a promulgação da LDBEN cabia ao CFE a fixação de currículos mínimos dos cursos de graduação. Os objetivos da fixação de um currículo mínimo consideravam a uniformização dos cursos em instituições diferentes, fixando, inclusive, disciplinas e carga horária, restringindo as possibilidades de inovação por parte da instituição.

Celeste Filho (2002, p. 33) salienta que,

No final da década de 1960, início da década de 1970, simultaneamente à possibilidade de criação de cursos técnicos de nível superior, se processa a reforma do ensino médio, que passa a fornecer obrigatoriamente formação profissionalizante. É neste contexto da reforma universitária de 1968, anterior à Lei 5692 de 1971 de reforma do ensino médio, que é criado o currículo mínimo de Turismo. Inicialmente para um curso técnico profissionalizante de nível médio, em 1969, e como currículo mínimo para cursos de nível superior em janeiro de 1971.

⁵⁹ Para aprofundar ver: CELESTE FILHO, Marcioniro. *A institucionalização do turismo como curso universitário: décadas de 1960 e 1970*. Mestrado em Educação. PUC/São Paulo, 2002.

O Curso Superior de Turismo é criado a partir do Parecer nº 35/71, do Ministério da Educação, organizado pelo relator conselheiro Roberto Figueira Santos e aprovado em 28 de janeiro de 1971 (ANEXO B). O Conselheiro Celso Kelly, quando integrava o 1º Grupo da Comissão de Revisão de Currículo Mínimo do CFE, elaborou um estudo que concluía pela proposta de mínimos de duração e conteúdo de um curso de nível superior para a formação de planejadores de turismo. Não obstante, o anteprojeto de portaria Ministerial, incluindo o elenco de disciplinas e a duração que representariam as exigências mínimas para o reconhecimento desses recursos, foi objeto de extensa controvérsia na Comissão e, posteriormente, no plenário do Conselho. Com o intuito de procurar conciliar os pontos de vista adotados por vários conselheiros naqueles debates, foi elaborado um substitutivo à proposta do conselheiro Celso Kelly, que foi submetido ao plenário do CFE.

Esse parecer deu base à Resolução s/nº de 28/01/1971, do CFE, que fixou o conteúdo mínimo de um curso de nível superior para a formação de “planejadores de turismo” e a duração do curso superior de turismo. Ficou estabelecido um mínimo de 1600 horas, com as seguintes matérias: Sociologia, História do Brasil, Geografia do Brasil, História da Cultura, Estudos Brasileiros, Introdução à Administração, Noções de Direito, Técnica Publicitária e Planejamento e Organização do Turismo.

O primeiro currículo foi elaborado pelo professor Domingo Hernández Peña⁶⁰, após obter informações nas escolas europeias, adaptando à realidade brasileira. Os primeiros cursos de turismo foram implementados em unidades universitárias autônomas ou ligados aos igualmente novos cursos de artes e comunicações.

Em uma entrevista com Domingo Hernández Peña, realizada por Camila Lucchesi (2006), questionado sobre o contexto em que ocorreu a criação do primeiro curso superior de turismo no Brasil, responde:

Naquela época, início da década de 1970, ainda não havia no mundo nenhuma instituição do gênero. Entretanto, existiam pessoas, estudiosos que já tinham uma visão mais aprofundada do fenômeno turístico. Eu não fiz outra coisa senão agrupar, estruturar e sistematizar o que aprendi com eles. Assim foram criados o currículo e os conteúdos do curso da Faculdade de Turismo do Morumbi, em 1971. Foi quando aconteceu a grande revolução do turismo brasileiro, pois não havia ensino superior de turismo no mundo, apenas escolas técnicas. Ainda não existe no mundo uma consciência clara do que é um curso superior de turismo, pois as escolas técnicas são maioria lá

⁶⁰ Assessor das Secretarias de Turismo do Município e do Estado de São Paulo, diretor do escritório de Turismo da Espanha no Brasil que funcionava dentro da Câmara Oficial Espanhola de Comercio no Brasil, na década de 1960, assessor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), consultor de veículos de comunicação e professor de turismo em diversas universidades. Apesar da diversidade de cargos ocupados, no Brasil, o espanhol Domingo Hernández Peña ficou mais conhecido por um feito inédito: a criação, em 1971, do primeiro curso superior de turismo no Brasil (pioneiro também do mundo), na então Faculdade de Turismo do Morumbi (hoje Anhembi Morumbi) entidade que o contemplou recentemente com o título Honoris Causa (LUCCHESI, 2006).

fora. Mas o técnico não resolve as grandes questões. (LUCCHESI, 2006, p. 1)

Em 1971, a Faculdade de Turismo do Morumbi (FAT), hoje Universidade Anhembi-Morumbi, instituição privada de São Paulo, que tinha como instituição mantenedora a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, iniciou seu primeiro curso superior em Turismo, foi aprovado em 24 de janeiro de 1972, pelo parecer nº 108/72, processo 667/71 do Conselho Federal de Educação.

O professor Gabriel Mário Rodrigues, no livro “Se Não Foi a Primeira, Não Foi a Segunda – O desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi, no início dos anos 70”, conta sua trajetória, que se iniciou no segundo semestre de 1970 com o curso preparatório para os funcionários do Departamento de Obras Públicas – DOP; curso ministrado pelos fundadores da Faculdade de Turismo do Morumbi enquanto aguardavam o término das obras para o funcionamento da faculdade.

De acordo com Rodrigues (2005), a ideia de se formar a Faculdade de Turismo do Morumbi surgiu do “acaso”. Gabriel Rodrigues era arquiteto do DOP e juntou-se a dois amigos do Departamento, Vitório Lanza Filho, que era engenheiro agrimensor, e Walter Rodrigues da Silva, desenhista, para fundar uma instituição de ensino superior, a Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, com a proposta inicial de criar um curso preparatório para os funcionários do DOP ingressarem em cursos superiores, além de cursos técnicos e, futuramente, uma faculdade de Arquitetura. Para formar esse curso, procuraram por locais onde poderiam instalar a escola e conseguiram um prédio que ainda estava em construção, portanto teriam que terminar a obra.

Gabriel Mário Rodrigues era atuante na escola onde suas filhas estudavam, o Colégio Pio XII – dirigido por religiosas norte-americanas. Um dia, uma dessas religiosas, a *sister* Hilda, diretora na ocasião, foi convidada por Gabriel para visitar a obra onde seria o curso para os funcionários do DOP. Após conhecer o local, *sister* Hilda perguntou, por que, ao invés de uma escola para funcionários do DOP, ele não montava uma escola com curso técnico de turismo? Gabriel e seus amigos consideraram a ideia e, após análise de mercado, perceberam que havia sim demanda para estudar turismo, considerando o crescimento do setor na época. A maioria dos interessados no curso já havia terminado o segundo grau. Assim, decidiram formar um curso superior de turismo. Como nenhum dos empreendedores tinha conhecimento dessa área, buscaram ajuda de Domingo Hernández Peña, um cidadão espanhol, que chegara ao Brasil, na metade da década de 1960, profissional de grande conhecimento. De acordo com Mário

Beni, Peña não possuía formação superior, porém teve grande capacidade para organizar o curso de turismo (RODRIGUES, 2005).

Domingo Hernández Peña aceitou trabalhar como coordenador da primeira faculdade de turismo, mas exigiu autonomia para “desenhar” o curso. Ele não queria que se estudasse apenas geografia ou psicologia, mas sim que estudasse geografia turística, psicologia turística. Queria que houvesse integração das disciplinas. Dessa forma, projetou todo o curso⁶¹, aula por aula, de todas as disciplinas. Enfim, foi o responsável pelo modo como se ensinou turismo na Faculdade de Turismo do Morumbi, nos primeiros anos (RODRIGUES, 2005)⁶².

Norma Martini Moesch (12/03/2009) lembra que a Morumbi atendeu a um pressuposto que era o próprio argumento do professor Gabriel Rodrigues, o seu criador.

Criar uma faculdade de Turismo no Morumbi, no bairro de elite de São Paulo na época, onde não havia outra forma de acessar o curso a não ser em carro particular ou com seu próprio motorista, e um curso que, digamos quando os estudantes eram perguntados por que haviam escolhido esse curso, eles diziam que não tinham sentido nenhuma atração pelos cursos convencionais, [...] e esse era um curso que preparava as pessoas para as grandes viagens, era um status-quo assim fantástico, extremamente caro, então era um curso de elite, para as elites, aí, eu acho que esta o marco referencial de um ranço, de uma rejeição, que de certa maneira se perpetua até hoje. (Norma Martini Moesch, 12/03/2009)

Mário Carlos Beni (06/05/2009), quando retornou do seu curso no Japão, também foi convidado para dar aulas na Faculdade Morumbi: *eu fui o professor, o primeiro professor a ser reconhecido e credenciado pelo MEC, para lecionar Turismo: Planejamento e Organização do Turismo foi a primeira disciplina depois, Teoria e técnica do turismo.* Conta que começou a ministrar disciplinas de Turismo na ECA/USP, no curso de jornalismo, com uma disciplina chamada “Turismo e o Desenvolvimento”.

A partir da criação do primeiro curso de Turismo na Faculdade Morumbi, outras instituições, inicialmente em São Paulo e, logo, nos demais estados, começam a

⁶¹ Entre as matérias ministradas estão noções sobre Psicologia do Turismo e Psicologia Turística, Transportes, Comunicações, Relações Públicas e Sociologia Turística, Estatística, Pesquisa de Mercado e Mercadologia, História do Brasil e História da Cultura Brasileira, Economia, Política e Administração Turística, Noções de Direito e Documentação Turística. Existe, além da parte teórica, a prática, já havendo convênios firmados com entidades governamentais e particulares para estágio dos estudantes (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972).

⁶² A supervisão do curso ficou a cargo do eng. Augusto Tafner (diretor); arq. Gabriel Mário Rodrigues (diretor pedagógico); prof. Domingo Peña (consultor de turismo); e prof. Vitório Lanza Filho (diretor-administrativo); e mais 21 professores.

demonstrar interesse, e há uma mobilização no sentido de implantar cursos de Turismo, algumas delas tuteladas ou tomando por base o curso da Faculdade Morumbi. É o caso do Rio de Janeiro, que anuncia, pela primeira vez, um curso de iniciação ao turismo⁶³, por iniciativa da Secretaria de Turismo e Faculdade de Turismo do Morumbi, de São Paulo, que é a única existente no Brasil na especialidade. (Correio da Manhã/RJ⁶⁴, 22/05/1972)

Outra iniciativa de criação do Curso de Turismo foi da Universidade Católica de Petrópolis – UCP, no Rio de Janeiro, o segundo estado brasileiro a ter um curso superior de Turismo. Isso aconteceu no ano de 1972, através de autorização concedida pelo Conselho Superior da Instituição, nº 08, do dia 21/08/1971 e publicado no dia 21/08/1971. O reconhecimento ocorreu em 1975, pelo decreto nº 76952 de 30/12/75, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 31/12/75, oferecendo vagas no turno da noite. A criação do curso aconteceu através de uma parceria entre a instituição e a Universidad Autonoma de Guadalajara. Dessa parceria veio a professora Rosa Maria de La Fuente, responsável pelas disciplinas de Administração Hoteleira e Alimentos e Bebidas. No ano seguinte ao início do curso, foi criado o Centro de Pesquisas Turísticas (CEPETUR), responsável por reunir dados, publicações e informações em geral que servissem de apoio aos alunos, à comunidade acadêmica e *trade*. Em 1978, o CEPETUR iniciou a publicação de um boletim, com tiragem de 3.000 exemplares, que era distribuído para instituições de ensino, entidades de classe, empresas e órgãos públicos, constando informações sobre eventos, entrevistas e dados relevantes ao setor, servindo como importante veículo de disseminação de informação⁶⁵ (CATRAMBY & COSTA, 2005).

Em 1982, o curso deixou de ser oferecido, reafirmando a situação nacional de estagnação econômica e dos cursos de Turismo. Em 2000, através de um dos projetos que constam do Plano Imperial – Plano Diretor de Turismo de Petrópolis (1998) para qualificação da mão-de-obra, o curso torna a ser oferecido.

Outra instituição que também começou a oferecer o curso de Turismo nesse período, foi a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, atual

⁶³ A finalidade do curso é mostrar a importância do ensino de turismo, suas vantagens como indústria e o que está sendo feito no momento e o que poderá vir a ser feito, a curto e médio prazos, aqui no Rio, em benefício da cidade e da população. O curso, que será realizado nas novas instalações das Faculdades Integradas Estácio de Sá, na Rua do Bispo, Tijuca, terá, segundo se anuncia, entre seus professores, o próprio secretário de Turismo da GB Ruy Pereira da Silva, e o diretor-presidente da Faculdade de Turismo do Morumbi, Professor Gabriel Mário Rodrigues (Correio da Manhã/RJ, 22/05/1972).

⁶⁴ O Correio da Manhã foi um periódico brasileiro, publicado no Rio de Janeiro, de 1901 a 1974. Caracterizou-se por fazer oposição a quase todos os presidentes brasileiros no período, razão pela qual foi perseguido e fechado em diversas ocasiões, e os seus proprietários e dirigentes, presos.

⁶⁵ Muitos desses boletins estão disponíveis no arquivo do Departamento de Turismo da PUCRS.

UNIBERO Centro Universitário Ibero-Americano, que tem como mantenedora o Centro Hispano-Brasileiro de Cultura de São Paulo. Essa faculdade teve seu curso aprovado em 13 de janeiro de 1972, tendo como diretor e fundador da Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas o professor espanhol Julio Gregório Garcia Morejón. De acordo com Rodrigues (2005), Morejón formou-se em Filosofia, Letras e Filologia Românica pela Universidade de Salamanca, em 1953, e chegou em São Paulo em 1954, onde inicia o seu trabalho como Professor Catedrático na USP e primeiro diretor da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA/USP, permanecendo como diretor até abandonar o cargo para criar a sua própria faculdade, ou seja, a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas.

A Faculdade de Turismo do Morumbi foi a primeira a pedir, ao Conselho Federal de Educação, autorização para o funcionamento do curso, em 19 de fevereiro de 1971, porém, devido ao bom relacionamento de Morejón com personalidades do governo, a Faculdade Ibero-Americana, que pediu a autorização em 17 de agosto de 1971, foi a primeira autorizada a ter um curso de turismo. Para Mário Beni, o fato do professor Peña não ter formação superior, atrasou o processo de autorização da Faculdade de Turismo do Morumbi, por esse motivo a Faculdade Ibero-Americana foi a primeira ser autorizada (TEIXEIRA, 2007).

A matéria do jornal Folha da Tarde/SP (03/06/1972) ressalta que as escolas de turismo iriam suprir a falta de técnicos, destacando o pioneirismo da Faculdade de Turismo do Morumbi. A notícia enfatiza:

Há muito tempo que se fala em turismo no Brasil, sem, contudo, se ter exata noção do que fazer. Se os centros mais avançados do País, como a Guanabara e São Paulo, para onde convergem grandes levas de turistas, empenham-se em implantar uma sólida infra-estrutura nesse setor, que poderemos dizer de outros Estados? Ainda se caminha às apalpadelas. Falta ao País uma tecnologia mais avançada. Não só nas estradas, hotéis, casas de diversões, ou praias, montanhas e outras paisagens, [...]. (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972)

E complementa, destacando a importância dos cursos superiores em Turismo para a atividade turística:

Nota-se um esforço geral, desde o município do interior, até as grandes cidades, no sentido de fazer alguma coisa que atraia visitantes. A criação da EMBRATUR representou uma verdadeira injeção para o desenvolvimento turístico, pois veio dar incentivo aos acanhados conselhos, comissões, departamentos ou secretarias de turismo espalhadas pelo Brasil. Agências e empresas de turismo do setor privado também sentiram a influência daquele órgão federal. Estava, porém, faltando algo, que só agora começa a tomar vulto. Trata-se das escolas de turismo em nível superior. (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972)

Nesse período, a Universidade Estadual de São Paulo – USP⁶⁶ foi a primeira universidade pública a ofertar o curso de Turismo, que nasce de um pedido do presidente da Confederação Nacional do Comércio – Conselho de Turismo, Corinθο de Arruda Falcão.

Em 27 de setembro de 1971, Corinθο encaminhou ofício ao reitor, Miguel Reale, pedindo a implantação do curso de turismo na USP. Nesse ofício, Corinθο retoma o assunto do ensino de turismo em nível universitário, que foi aprovado pelo parecer 35/71, em 28 de janeiro de 1971, relatado por Celso Kelly. Após debates na Câmara do Ensino Superior, recebeu parecer do conselheiro Roberto Figueira dos Santos, homologado pelo ministro da educação, Jarbas Passarinho que se referindo ao turismo assinala a “importância do assunto para o desenvolvimento da economia nacional” e da oportunidade dessa “prestigiosa Universidade” “diversificar” suas atividades. Ou seja, a criação do curso de Turismo na USP surgiu de um pedido externo. É interessante que o Conselho citado pertencia ao estado do Rio de Janeiro, e o pedido foi feito para que o curso fosse criado na USP, em São Paulo. Esse ofício 24 foi recebido pelo secretário geral da USP, José Geraldo Soares de Mello, no dia 05 de outubro de 1971. (TEIXEIRA, 2007, p. 34-35)

No dia 20 de outubro de 1971, Modesto Farina, coordenador do CRP (Centro de Relações Públicas da USP – atual Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo), encaminhou ofício nº 13/71 ao prof. Mário Carlos Beni, solicitando que estudasse e sugerisse uma estrutura de curso de turismo na ECA. Pediu urgência, pois um anteprojeto do curso deveria ser apresentado em reunião de Comissão Diretora, do CRP, no dia 19 de novembro de 1971 (TEIXEIRA, 2007).⁶⁷

Beni conta que quando retornou ao Brasil, após sua qualificação, começou a imaginar um curso de Turismo na Universidade de São Paulo, pois já havia o esboço da Anhembi Morumbi.

Não foi difícil convencer o diretor da época, o professor Manuel Dias Nunes que nos aconselhou a propô-lo pelo Departamento. Imediatamente por iniciativa do Prof. Dr.

⁶⁶ Sobre a criação do Curso de Turismo na ECA/USP, ver: CELESTE FILHO, Marcioniro. *A institucionalização do turismo como curso universitário: décadas de 1960 e 1970*. Mestrado em Educação. PUC/São Paulo, 2002 e TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. *Cursos superiores de turismo: condicionantes sociais de sua implantação: uma abordagem histórica (1968/1976)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco. Itatiba, 2007.

⁶⁷ Mário Beni confeccionou o anteprojeto contendo os “objetivos e necessidades de implantação do curso de turismo na Escola de Comunicações e Artes da USP”, abordando na introdução a importância da Educação como “o fim intermediário rumo à produtividade e bem estar; [...]”. Considerando ainda: “O turismo, entidade aculturadora, vai cada vez mais se definindo como uma poderosa indústria, a ponto de hoje já ser colocada em segundo lugar, entre todas, em movimentação de capitais, só perdendo para a indústria do petróleo” e depois fala dos benefícios econômicos do turismo e diz que só os países que tiverem profissionais especializados gozarão desses benefícios. Beni lembra, em seu anteprojeto, a frase de Jarbas Passarinho, ministro da educação, que diz: “O Brasil precisa de Técnicos de turismo”. Depois, Beni faz a “Adaptação ao esquema do parecer 35/71 do Conselho Federal de Educação”, onde explana sobre o curso e aponta algumas dificuldades encontradas para a sua implantação, a saber: 1) Organizar o currículo, dificultado pelo fato de não haver modelos consolidados para o ensino de Turismo. 2) Adaptar o Curso ao parecer nº 35/71 do Conselho Federal de Educação que impôs as cadeiras obrigatórias a serem ministradas, bem como a carga horária mínima. 3) Adaptar o Curso de Turismo à Filosofia Educacional da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (TEIXEIRA, 2007).

Modesto Farina Chefe do CRP e aprovado pelo Conselho Departamental e Congregação da Escola, fui designado a propor a primeira estrutura curricular de um Curso de Turismo numa universidade pública que foi, exatamente a de São Paulo que sucedeu a do Anhembi, a Faculdade de Turismo do Morumbi tendo, também organizado o Curso de graduação em Turismo da Faculdade Ibero-Americana. (Mário Carlos Beni, 06/05/2009)

Mário Beni, sabendo que era um curso novo e que ia ter resistência do Conselho Universitário, estrategicamente procurou trazer professores de outras unidades públicas. O primeiro chefe de Departamento do Curso de Turismo foi o professor Penteado, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Para Beni, foi um curso que começou já com uma característica multi e interdisciplinar, pois, nesse período, já se preocupava com essa questão, porque entendia que o turismo precisava ser desenvolvido com esses enfoques multi e interdisciplinares (PANOSSO NETTO, 2005)⁶⁸.

Para Santos Filho (2003, p.01) “o fenômeno do turismo só vai ser visto epistemologicamente como mais próximo de nossa realidade e cercado como objeto de estudo acadêmico e científico com a criação, em 1973, do curso de turismo na Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes – USP/ECA”.

Nesse período, várias instituições estavam empenhadas em organizar seus cursos de Turismo. “A direção da Escola de Comunicação, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, está realizando estudos para fixar o currículo pleno do Curso Superior de Turismo, o primeiro no âmbito estatal promovido no País e que deverá entrar em funcionamento durante o segundo semestre deste ano ou no máximo em março de 1973” (Correio da Manhã/RJ, 27/05/1972).

Em 1972, também há a expectativa de início, para o segundo semestre, ou no mais tardar em março de 1973, do Curso Superior de Turismo⁶⁹, na Guanabara, ligado à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Também há informações sobre o funcionamento na capital de Pernambuco de uma Escola Superior de Turismo, para formar técnicos capazes de desenvolver e sustentar uma eficiente estrutura turística no Nordeste (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972).

⁶⁸ Panosso Netto (2005) realizou entrevista com seu orientador de Doutorado, professor Mario Carlos Beni, no dia 09/06/2004 em São Paulo, publicada no artigo “Mário Carlos Beni Fala”, que é parte da história da educação em turismo no Brasil.

⁶⁹ O curso destina-se a formar profissionais para o planejamento e organização do turismo, atendendo, assim, à crescente demanda de pessoal especializado para o setor, que vem contatando serviços técnicos no estrangeiro, devido ao crescimento das atividades turísticas. (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972)

Outras faculdades de turismo foram criadas por todo o Brasil, e não há consonância, entre os autores, que já analisaram o tema, com relação à ordem cronológica em que essas foram criadas.

Ano	Instituição	Cidade/Estado
1971	Faculdade do Morumbi	São Paulo/SP
1972	Universidade Católica de Petrópolis	Petrópolis/ RJ
1972	Universidade de São Paulo	São Paulo/SP
1972	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	Porto Alegre/ RS
1972	Instituto de Cultura e Ensino Padre Manoel da Nóbrega	São Paulo/SP
1972	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	São Paulo/SP
1972	Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas	São Paulo/SP
1973	Faculdade de Turismo da Guanabara	Rio de Janeiro/RJ
1973	Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais – União Pioneira de Integração Social	Brasília/DF
1973	Faculdade Ideal de Letras e Ciências Humanas de São Paulo	São Paulo/SP
1973	Associação Nacional de Ensino e Cultura	São Paulo/SP
1974	Faculdade de Comunicação e Turismo Hélio Alonso	Rio de Janeiro /RJ
1974	Faculdade da Cidade	Rio de Janeiro/RJ
1974	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	Campinas/SP
1975	Faculdade Niteroiense de Educação, Letras e Turismo ¹	Niterói/RJ
1975	Universidade Católica de Pernambuco	Recife/PE
1976	Faculdade Associação Educacional do Litoral Santista	Santos/SP
1976	Faculdade Capital de Administração e Estatística	São Paulo/SP
1976	Organização Santamareense de Educação e Cultura	São Paulo/SP
1976	Universidade Federal de Pernambuco	Recife/PE
1978	Universidade Federal do Paraná	Curitiba/PR

Quadro 2. Alguns Cursos Superiores de Turismo, criados na década de 1970, no Brasil⁷⁰

Fontes: Celeste Filho (2002); Trigo (2000); Matias (2002); O autor (2010)⁷¹

Conforme o quadro, podemos verificar que os cursos de Turismo, na sua maioria, foram criados em instituições isoladas (responsáveis pela formação profissional em larga escala). Poucos foram criados em universidades, especialmente as públicas, que seriam as responsáveis pelas pesquisas.

Convém salientar que muitos estudos não se reportam à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; somente Beni (2003) e Matias (2002) citam a PUCRS.

Os primeiros cursos de Graduação em Turismo foram fundamentados, em parte, pela experiência espanhola; implantados na década de 1970 em meio a uma conjuntura de ditadura militar de modelo desenvolvimentista, voltados para a economia de mercado e criados dentro de uma perspectiva tecnicista e mercadológica.

⁷⁰ O quadro não está em ordem cronológica. Os anos de criação de alguns cursos divergem de autor para autor; em alguns casos, a data refere-se ao início do curso e, em outros, ao autorização pelo CFE.

⁷¹ Outros tantos cursos de Turismo foram elaborados, e conforme Celeste Filho (2002) nem todos os processos foram aprovados pelo Conselho Federal de Educação, como é o caso, no segundo semestre de 1972, do Instituto Educacional Tereza Martins – São Paulo/SP e, em 1973, da Sociedade Regional de Tecnologia e Cultura – Recife (PE) que tiveram seus pedidos indeferidos para o funcionamento de Curso de Turismo.

Ao analisar o período de criação de cursos de turismo, Celeste Filho (2002, p.5) resgata o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), projetado para os anos de 1972 a 1974, por meio do qual se manifestou o desejo do Estado Brasileiro em oferecer “especial apoio ao incremento do turismo, tanto de correntes turísticas internacionais como nacionais, dotando-se as regiões propícias de condições favoráveis”. Na época, o sistema educacional estimulado e orientado pela política oficial procurava priorizar a área tecnológica. Os cursos que formassem profissionais aprimorando a mão-de-obra, como os de turismo, num vínculo entre universidade e empresas, não contrariavam o que o Estado desejava (CELESTE FILHO, 2002).

Nesse período também havia um questionamento se o Brasil deveria criar cursos de graduação em Turismo, ou se deveriam ser cursos de Pós-Graduação. Na reportagem com o título “Profissionalização preocupa a EMBRATUR”, o presidente Paulo Manoel Protásio, durante a I Reunião Oficial de Turismo, manifesta o receio de que “a profissionalização do turismo, apesar de essencial sofra uma proliferação, formando técnicos ‘frustrados’ e não especialistas em turismo”. Acredita que, em vista da necessidade de formação de pessoal especializado no setor de turismo, no Brasil, maior que a nossa capacidade de gerar essa formação, poderia, no máximo, se falar em pós-graduação em turismo, dispensando, no caso, as chamadas faculdades de turismo, cujos planos não foram ainda aprovados pelo Conselho Federal de Educação, mas que, no entanto têm projetos de criação em vários estados (Jornal do Comércio/RS, 07/06/1972).

Defendendo a criação de cursos de pós-graduação em turismo e considerando que não parece ser o melhor caminho para a formação de profissionais a implantação de Faculdades de Turismo, o presidente da EMBRATUR manifesta a preocupação do órgão que dirige em relação às faculdades de turismo que estavam surgindo, acentuando que o principal receio é o de que “elas proliferem de forma inadequada formando pessoal que saiba apenas um pouco de cada setor do turismo, que envolve diversos níveis, contribuindo para a frustração profissional de muitos” (Diário de Notícias/RS, 07/06/1972). Mostra-se frontalmente contrário aos “‘canudos de turismo’, afirmando que ‘de nada adianta um curso universitário sobre turismo’. Acentua que essa área precisa essencialmente de técnicos capazes de assumir papéis concretos, ou de gente altamente especializada num determinado campo – engenharia, economia, administração – que, ao mesmo tempo, se aperfeiçoou em turismo”. (Correio do Povo/RS, 17/07/1972, p. 19)

Conforme Norma Moesch, Paulo Protásio definiu os cursos de Turismo como: “Formação de Doutores em Ciências Incríveis e Absolutas” (Diário de campo, 14/05/2010).



Ilustração 8 – Correio do Povo/RS, 22/10/1972, p. 41

Em 1973, por mais de uma vez, o presidente da EMBRATUR deixa claro que é contrário às Faculdades de Turismo, com exceção da de Santa Maria/RS que tinha como proposta um curso de Pós-Graduação, especialização em Turismo. O diálogo entre as instituições de ensino e a EMBRATUR, nesse período, torna-se difícil, como podemos observar na matéria a seguir:

Certa vez, no aeroporto do Galeão, o dirigente da EMBRATUR [Paulo Manoel Protásio], afirmou-nos que fazia restrições ao currículo das escolas, que não tinha conhecimento da qualificação profissional, do seu corpo

docente e que não via no momento necessidade de sua implantação. Indagamos então do presidente se ele não acha oportuno aceitar alguns dos convites que lhe haviam sido dirigidos pela direção da Faculdade de Turismo do Morumbi, pois assim teria oportunidade de manter um diálogo franco e justificar seu posicionamento. Ele contestou a existência desses convites. Chamou um de seus assistentes imediatos. Esse disse nada saber a respeito. Afirmamos então que em nosso poder, além da cópia dos convites, existem cópias de informações as mais variadas sobre a escola – tudo com o timbre “protocolado” da EMBRATUR. Entre o nosso encontro com o presidente Protásio, o Galeão e o Seminário realizado no SENAC, passaram-se alguns meses. Provavelmente o tempo necessário para o presidente reformular sua posição. Para essa nova forma de ver as coisas do dirigente da EMBRATUR muito colaborou o assessor do presidente José Papa Junior, da Federação do Comércio. Na realidade foi Affonso A. Di Transi Splendore, conselheiro do SENAC quem promoveu o encontro do presidente com os dirigentes das faculdades. Deste primeiro contato saíram alguns acordos, entre eles o da presença da EMBRATUR nas faculdades para uma conversa com os estudantes. Foi um bom começo, embora o órgão federal tenha proposto somente conversar com os universitários. (O Estado de São Paulo/SP⁷², 21/10/1973, p. 2 Suplemento de Turismo)

Norma Martini Moesch (12/03/2009) recorda bem desse fato, que, na época, pareceu uma afronta à educação superior em turismo:

havia um presidente da EMBRATUR na época, o Paulo Manoel Protásio, que era o terror de todos os estudantes de turismo do Brasil e Argentina, alimentávamos um fervoroso rancor por essa pessoa, porque ele havia dito e dado um pronunciamento que era uma tonteira as universidades abrirem as portas para criarem cursos superiores de turismo, no caso, era assim chamado, porque de acordo com nossos currículos, e aí eu vou chegar aos currículos, as Universidades, as IES estariam se propondo a formar doutores em generalidades, que a rigor não poderiam dar conta de nenhuma missão profissional. Então realmente ele desconstituiu essa inovação, que foi originalmente criada pela Morumbi.

Diante das dificuldades, a Faculdade de Turismo do Morumbi elabora o artigo “O papel das universidades no desenvolvimento do país” (Correio do Povo/RS, 26/10/1972, p. 13), em que discorre sobre os cursos de turismo no panorama nacional, conforme a matéria a seguir.

⁷² O Estado de S. Paulo é um jornal fundado com base nos ideais de um grupo de republicanos, em 4 de janeiro de 1875. Nessa época, o jornal se chamava A Província de São Paulo. Ao final do século XIX, o Estado já era o maior jornal de São Paulo. Atualmente, o jornal permanece em circulação no Brasil, com uma média diária de 250 mil exemplares em dezembro de 2007.

ENSINO DE TURISMO

Considerando o papel importante que aos cursos de turismo cabe no panorama do desenvolvimento brasileiro, a revista "Estudos Turísticos", editada pela Faculdade de Turismo do Morumbi, São Paulo, publicou este editorial, sob o título de "O Papel das Universidades no Desenvolvimento do País":

Um dos principais fatores de desenvolvimento de um país é o sistema educacional. Quanto mais evoluído, mais apurado é a sua cultura e avançada é a sua técnica educacional, cabendo às universidades o papel da formação das lideranças que vão se preocupar com o destino político, econômico e cultural da Nação.

As escolas que se iniciam, procurando encontrar soluções para velhos problemas, sempre são recebidas com uma expectativa, nem sempre alentadora. Com a mesma resistência que os "donos de soluções" receberam a criação da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos, a Escola de Comunicações da U.S.P., para não citar outras, assim está sendo acolhida a Faculdade de Turismo do Morumbi.

Apenas pelo fato da Escola ter de se preocupar em estudar e avaliar um determinado fenômeno em termos impositivos, precisando ver apenas o que interessa, ao bem da comunidade, ela pode estar correndo o risco de não encontrar soluções, para quem esteja acostumado a ganhar dinheiro fácil ou tenha preocupações iminentemente pessoais.

Em matéria de turismo, interessa ao país uma filosofia. Emissor ou receptor ou em termos mais simples: ou o país envia pessoas ou as recebe. As características óbvias

do Brasil, estágio de desenvolvimento, natureza privilegiada, país tropical, 350 dias banhados de sol, povo acolhedor, etc., é de país receptor. Análise gritante, sem computadores e sem grandes operações matemáticas. Mas, o que se vê: — uma balança de pagamentos em turismo, onde o saldo desfavorável é de mais de 100 milhões de dólares.

Uma análise comparativa com outros países pode ser feita: vamos fazer com a Espanha, que no após guerra depositou todo o seu esforço no turismo. E o turismo era a sua única saída e todos os planos deram resultado, mas uma grande parte dos empreendimentos turísticos espanhóis, pertence a grupos estrangeiros (alemães, ingleses, holandeses), sendo a fatia do bolo, mais gostosa dos 30 milhões de turistas que deixam seus dólares na Espanha remetida ao exterior.

Cabe às Universidades analisar se esta foi uma atitude certa para não cometer os mesmos erros.

Não somos absolutamente contra a aplicação de capitais estrangeiros no país, o que desejamos é esclarecer que o investimento e o "know how" aplicado numa indústria é completamente diferente no turismo, onde o equipamento mais apropriado não vem de fora: está no país. Turismo é prestação de serviço.

Não vamos agora, no Brasil, propiciar para grupos estrangeiros, associados ou não a empresas brasileiras, os incentivos e as facilidades conquistadas pelos nossos empresários, depois de muitos anos de sacrifício e lutas.

Não vamos nos esquecer dos pioneiros que a risco próprio, com sangue, suor e lágrimas, criaram nos quatro cantos da Pátria, os empreendimentos que até hoje sustentam nossa indústria turística.

O trabalho que as Escolas de Turismo têm de inicialmente suportar é o de formar a mentalidade que possa mostrar aos nossos governantes o caminho certo, por onde o Brasil poderá se desenvolver através do turismo. Por este motivo, nossa preocupação se torna imensamente maior, quando verificamos que, pelo Currículo Mínimo do Conselho Federal de Educação, em apenas 2 anos poderemos formar planejadores de turismo, o que não deixa de ser uma resolução que precisa ser imediatamente revista, pois neste espaço de tempo mínimo de 1.800 horas/aulas, em sã consciência, não dá para formar um profissional que esteja habilitado a lidar com economia, administração, comunicações, planejamento, áreas técnicas específicas da profissão, e tenha uma base cultural alicerçada nos conhecimentos de geografia, história, história da cultura, psicologia, sociologia, etc.

A responsabilidade das escolas de turismo na formação de técnicos que vão lidar com os planos desenvolvimentistas, é imensa, cabendo aos órgãos do Ministério de Educação e Cultura, por seu papel normativo, a incumbência de prover da melhor maneira o elenco de disciplinas capazes de propiciarem um currículo mínimo, dentro das aspirações nacionais.

É preocupação de todas as Nações, conseguirem sua justa parcela na distribuição dos lucros advindos desta indústria, que ano após ano progride de maneira assustadora (Só para exemplo, no ano 2.001 teremos 3,5 bilhões de pessoas viajando pelo mundo, carregando cerca de 350 bilhões de dólares).

E esta nossa missão, alertar, ensinar e criar uma filosofia de trabalho. Turismo é atrair pessoas. O resto, é "turismo" para os outros.

Ilustração 9 – Correio do Povo/RS, 26/10/1972, p. 13

Joel Andrade Loes⁷³, em outubro de 1973, analisa os caminhos práticos que devem ser trilhados com urgência pelas faculdades de Turismo. Considera o tipo de estudo que as escolas oferecem a seus alunos:

reside aí o "calcanhar de Aquiles" do problema. Pesquisas, trabalhos em grupo e levantamento formam em linhas gerais os trabalhos práticos oferecidos pelas escolas e seus alunos. Ao realizá-los, eles criaram alguma literatura turística que hoje constitui ponto inicial para os que começam o curso. Ninguém ignora que pouco ou quase nada se tem no Brasil a respeito do assunto, em termos didáticos. O que existe é importado e muitas vezes inaplicável à realidade brasileira. O que se reclama para o chamado trabalho

⁷³ Joel Andrade Loes atuou como locutor de esportes da Rádio Difusora FM e Sete Colinas. Após breve passagem por uma rádio do Rio de Janeiro, retornou à cidade natal para trabalhar no jornal O Correio Católico. Em 1967, ingressou no jornal O Estado de São Paulo, mais precisamente no suplemento de Turismo, atual Caderno de Viagem, onde atuou como repórter e fotógrafo, passando a editor e, mais tarde a editor-chefe, cargo que ocupou até se aposentar. Após sua saída do jornal, durante alguns anos se dedicou a projetos na área de Turismo, além da produção de artigos e matérias para revistas especializadas. Foi também editor do Jornal Panrotas, entre 1993 e 1997, ano de seu falecimento.

prático é bem mais que isso. É a criação de autênticos laboratórios que permitam ao aluno conhecer o funcionamento de uma agência de turismo, a sistemática administrativa de um hotel, o mecanismo de uma transportadora, etc. Estes conhecimentos são de vital importância para os alunos e significam o documento maior para o seu ingresso em qualquer destas áreas. (O Estado de São Paulo, 21/10/1973, p.2 Suplemento de Turismo)

Loes também diz que, até aquele momento, não havia nenhuma participação da EMBRATUR na solução do problema, mas acreditava que poderia atuar junto aos dirigentes das escolas e o MEC na reformulação do que estivesse errado e na adoção de outros esquemas⁷⁴. Lembra que o momento era de entrosamento total e não de defesa isolada desta ou daquela faculdade. “Nos próximos anos, a presença dos primeiros técnicos se fará sentir no mercado turístico e do êxito deles dependerá, em muito, a continuidade da preferência dos jovens pela nova indústria brasileira: o turismo” (O Estado de São Paulo/SP, 21/10/1973).

Todos esses questionamentos podem ter contribuído para que o Secretário de Turismo do Rio Grande do Sul, Edison Batista Chaves, também manifestasse essa preocupação em relação aos cursos de Turismo. Conta que, na época, existiam duas iniciativas no estado, em relação a cursos de Turismo: a iniciativa da Universidade de Santa Maria e a outra da PUCRS. Chaves entende que em função do Plano e dos acontecimentos relacionados ao turismo nesse período, criou-se uma expectativa muito grande de um novo mercado de trabalho e isso lhe causava uma certa preocupação.

Eu até fui muito criticado na época, porque eu não queria que as universidades criassem o curso só porque tinham uma oportunidade de criar o curso, compreende? Então, tinha a iniciativa da Universidade Federal de Santa Maria, o professor José Mariano da Rocha Filho, e com o Mariano da Rocha, nós discutimos muito esse curso, eu estou falando, em uma época em que a Universidade estava em construção, [...]. Ele me procurou e eu fui diversas vezes e, fui tantas vezes que eu tenho até a medalha do mérito universitário da Universidade de Santa Maria porque eu acho que eu colaborei em algumas coisas lá!.
(Edison Batista Chaves, 06/06/2008)

E a outra iniciativa foi a da PUCRS, através de Alberto André, diretor da FAMECOS, que via a possibilidade de uma escola de jornalismo e publicidade ampliar sua área de conhecimento para a área de turismo. Chaves explica que sugeriu à PUCRS que criasse, na cadeira de estatística, uma cadeira de estatística turística; que no curso de

⁷⁴ Criando a obrigatoriedade de trabalho prático no mais amplo sentido, a EMBRATUR poderia fazer com que estas áreas absorvessem uma porcentagem de alunos egressos das faculdades. Tal medida beneficiaria o turismo em todo sentido – o aluno teria um diploma que de fato abriria novas oportunidades a ele e as empresas aprimorariam seus serviços tecnicamente. (O Estado de São Paulo, 21/10/1973)

Jornalismo tivesse uma cadeira sobre o que é o turismo, enfim, que cada curso estudasse turismo, e não concentrar em um curso específico, porque para trabalhar em turismo tem que entender de diversas áreas.

Em Santa Maria desistiram de um curso de graduação em turismo. Edison Batista Chaves (06/06/2008) julga essa desistência se deu por suas ponderações, embora as tenham utilizado para a elaboração de outros cursos.

Eu ponderava o seguinte: eu achava que turismo era um negócio bastante complexo, multidisciplinar, e que era difícil, tentar dar a um curso, para uma única pessoa e que essa pessoa iria sair entendendo tudo de turismo. Essa pessoa tinha que, acima de tudo, saber trabalhar com outras profissões. Então, a minha idéia não era criar o curso, e eu estou te trazendo aqui um recorte de jornal que tem uma manchete só para tu ver como eu fui malhado na época, que eu dizia que “Ninguém entende de turismo, nem eu”, eu sendo secretário. Que realmente, o que eu queria dizer com isso é o seguinte: eu entendia que existia um setor turismo, que tinha que ser econômico, que tinha que ter estrutura de gasto, enfim, tinha que dar uma resposta econômica, não é, para ser auto-sustentável e para enriquecer, dar emprego, enfim, todas as coisas que, que o setor econômico faz. Mas que não tinha todos os conhecimentos do turismo, isso é que eu quis dizer, isso que é manchete. (Edison Batista Chaves, 06/06/2008)

Durante a entrevista com Edison Batista Chaves (06/06/2008) e nas reportagens dos jornais, podemos constatar a presença constante do reitor da UFSM, José Mariano da Rocha Filho, nas reuniões, encontros, discussões na área de Turismo e de várias visitas ao Secretário de Turismo, o que demonstra que havia um grande interesse e uma participação da UFSM nas ações relacionadas a essa área.

O jornal Correio do Povo/RS (05/05/1972, p.09) anuncia que um Curso de Especialização para Formação de Técnicos em Administração em Empresas Turísticas seria implantado na Universidade Federal de Santa Maria, em julho daquele ano, com duração de quatro meses, sob o patrocínio da SUDESUL e com a colaboração dos governos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através de seus órgãos especializados. A medida pioneira, oriunda de projeto da SUDESUL, foi aprovada em reunião com a participação do secretário de Turismo do Rio Grande do Sul, prof. Edison Baptista Chaves, prof. Carlos Alberto Goulart, diretor do Departamento Agrícola Industrial da SUDESUL, professores Luiz Gonzaga Isaia e Pedro Lecueder Aguirre, ambos da UFSM; Alberto Garcez Duarte Filho, da PARANATUR; Henrique de Bastos Malta, do DEATUR de Santa Catarina; Renato Masina da CRTUR; Marcello de Moura e Silva Bitencourt, responsável técnico pelo Grupo Técnico de Turismo da

SUDESUL; e professora Dancy Caetano Ramos, assessora técnica da Divisão de Educação do Departamento de Recursos Humanos da SUDESUL. O curso era uma das etapas das atividades conjuntas que objetivavam a implantação do Plano Regional de Turismo elaborado pela SUDESUL.

Em 1973, atendendo convite pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por meio de seu Presidente, Paulo Antunes Protásio, à UFSM, o Reitor, depois de ouvir o Conselho Universitário, aprovou o funcionamento de um Curso de Pós-Graduação em Turismo (o primeiro do Brasil), que foi instalado no CCJEA – Centro de Ciências Jurídicas, Econômicas e Administrativas, que teve alunos graduados vindos dos três Estados do Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para compor o corpo docente, viajei para a Espanha, Itália e Suíça, de onde a UFSM trouxe mestres para lecionar. (ISAIA, 2006, p. 350)

Para sua aula inaugural foi convidado o Ministro de Indústria e Comércio, Marcus Vinícius Pratini de Moraes.



Ilustração 10 – Correio do Povo/RS, 13/07/1972, p. 13

O coordenador do curso, professor Pedro Lecueder Aguirre e o assessor da SUDESUL, Renato Masina, realizaram a seleção dos alunos e explicaram os objetivos e o funcionamento do curso.

Selecionados candidatos para o Curso de Turismo

O coordenador do Curso de Técnicos de Empresas Turísticas para os Estados da Região Sul, professor Pedro L. Aguirre, da Universidade Federal de Santa Maria e o assessor para assuntos turísticos da SUDESUL, Renato Masina realizaram, na Secretaria de Turismo, a seleção dos candidatos gaúchos que participarão do primeiro curso para graduados que passará a funcionar a partir de agosto próximo. Entre os inscritos, foram selecionados — através de um teste geral e entrevistas individuais — 10 candidatos, correspondentes à quota de participação do Rio Grande do Sul que, com Santa Catarina e Paraná preencherão as 30 vagas existentes.

FORMAÇÃO DE TÉCNICOS

Segundo adiantou o professor Aguirre, o curso vai dar desenvolvimento ao Plano Regional de Turismo, preparando elementos e credenciando os recursos humanos para a implantação do Plano. — Formará especialistas técnicos de empresas turísticas, que passarão a atuar como assessores de execução. Um período de estágio possibilitará aos formandos a escolha da área onde pretendem atuar: agências de viagens, transportes, hotelaria e outros setores afins. O professor Renato Masina definiu técnico em empresa turística e profissional com título universitário que obtenha capacitação necessária para desempenhar, de forma profissional, os níveis de trabalho diretivo ou gerencial em empresas, atividades ou indústrias turísticas tais como hotéis, agências de viagens, transportes. Disse que este tipo de profissional destina-se a cobrir os mais altos níveis da atividade turística em termos micro-econômicos e que através dos

estudos realizados pela SUDESUL para elaborar o Plano Regional de Turismo ficou constatada a inexistência destes profissionais.

Inicialmente, o curso está aberto a qualquer profissional de nível universitário, mas se destina, preferentemente, a graduados em Economia, Ciências Contábeis e Administração de Empresas.

O curso terá duração de um semestre e uma carga horária, no conjunto das cadeiras, de 600 horas, desenvolvendo-se em jornada integral de oito horas, com uma semana de cinco dias úteis. A dinâmica do currículo obedecerá a um esquema que inclui seminários, conferências, painéis, trabalhos em grupo, visitas a empresas e órgãos de turismo, apresentação de áudio-visuais e realização de planos de trabalhos aplicados à empresa.

Os professores serão o consultor da OEA para Assuntos Turísticos no Brasil e consultor do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, Eduardo Rios Neto e professores do Curso Superior do Morumbi (pertencentes à Organização Bandeirante de Tecnologia e Cultura, de São Paulo, e a equipe técnica da SUDESUL e professores da UFSM.

Palestras na Semana Ruralista de Sobradinho

Inicia terça-feira próxima a Semana Ruralista de Sobradinho, que abrangerá seis distritos e a sede do município, com dois dias de palestras em cada local.

Ilustração 11 – Correio do Povo/RS, 16/07/1972, p. 10

Os professores Luiz Gonzaga Isaia e Pedro Aguirre (coordenador) foram os responsáveis pela montagem do curso, que, além da capacitação técnica, propiciava uma conscientização do turismo como fonte econômica em termos empresariais⁷⁵, através do seguinte currículo: História e Geografia turística – Princípios de economia turística – Contabilidade de empresas turísticas – Direito Administrativo – Direito Trabalhista – Direito Fiscal e Legislação Turística, incluindo ainda Organização e Administração de

⁷⁵ O curso tem por objetivo proporcionar uma capacitação profissional aos elementos que atuam ou venha atuar no setor turístico da região sul, capacitando-os para ocuparem cargos de direção, gerência, administração de qualquer empresa, indústria ou atividade turística. (Quero-quero/RS, 29/09/1973)

Empresas Turísticas. Foi ministrado por professores nacionais e estrangeiros, com aulas didáticas e estágios em firmas especializadas no ramo⁷⁶. Durante o curso, os alunos⁷⁷ participaram de um congresso de nível internacional em São Paulo, promovido pela COTAL (Confederação das Organizações Turísticas da América Latina), com a presença de sessenta países de todo o mundo. Depois, na UFSM, realizou-se o I Seminário de Estudos Turísticos da região sul, com a finalidade de mostrar a realidade turística de seus Estados. Participaram representantes da EMBRATUR, SUDESUL, DEATUR, PARANATUR, SETUR, CRTUR, Empresas privadas, Banco do Estado de Santa Catarina, Banco de Desenvolvimento do Paraná, Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (O Quero-quero/RS⁷⁸, 28/09/1973).

O jornal Quero-quero/RS de Santa Maria/RS, no dia 29 de setembro de 1973, informa que a Universidade Federal de Santa Maria e a SUDESUL, através de convênio, formaram a primeira turma de técnicos para o mercado turístico brasileiro, dentro dos padrões do Plano regional de turismo para a região sul, elaborado pela SUDESUL.

A EMBRATUR proporcionou a vinda de professores da *Cornell University School of Hotel Administration* (EUA), que ministraram um curso de 30 horas/aula sobre Gerência Financeira – Contabilidade Hoteleira e Marketing Hoteleiro –, que foi encerrado em 28 de junho de 1974. Os concluintes do “Curso de Especialização de Técnicos em Empresas Turísticas” receberam Certificados concedidos pela UFSM/EMBRATUR (ISAIA, 2006, p. 350). Falou na oportunidade o secretário de Turismo do Rio Grande do Sul, Roberto Eduardo Xavier, destacando o fato de que 80% dos formados já se encontravam empregados. (Jornal do Comércio/RS, 04/05/1973)

Foi um grande feito, pois, na época, somente funcionava um curso de Turismo (graduação) no Brasil, em São Paulo, Morumbi. A UFSM foi, assim,

⁷⁶ No curso de Turismo ministraram aulas os seguintes professores: Arlene Simões, Paulo Veiga Marques, Milton Monteiro, Francisco Fernandes, Antonio Carlos Fraquelli, Jane Aita Fraquelli, Checa de Codes (da Empresa Nacional de Turismo da Espanha) que lecionou a cadeira de Organização e Administração de Empresas Turísticas – Prof. Raul Cuervo, da Empresa Espanhola Tecniberia, lecionando Planos e Projetos Turísticos – Prof. Francisco Monastério, da Empresa Tecniberia – Profª. Otilia Pires Lanza, da Faculdade de Turismo do Morumbi, lecionando Psicologia Turística e o Prof. Eduardo Rios Neto, fundador da EMBRATUR, atualmente diretor de Turismo da Empresa do Estado do Espírito Santo (O Quero-quero/RS, 29/09/1973).

⁷⁷ Vinte e oito candidatos frequentaram o curso de especialização de técnicos em empresas turísticas. São eles Algimar Machado (SC) – Agostinha da Silva (SC) – Álvaro Jose Junqueira Nunes (PR) – Ary de Andrade Duarte Nunes (PR) – Celso Ernani dos Santos Netto (RS) – Clemente Consentino Neto (PR) – Deauth Emmendöerfer (SC) – Edson Pilar (RS) – Homero de Miranda Gomes Júnior (SC) – Jaime Roberto Hoffmann (SC) – Jose Cezar Vieira da Cunha (RS) – Leonidas Kravetz (PR) – Luis Carlos Soares Krieger (RS) – Maria Delphina Hulse Schmidt (SC) – Jussara Sabrito (RS) – Berlindo Iop (RS) – Angélica Abaide (RS) – Marise C. Schwieder (RS) – Norberto Eichstaedt (SC) – Norberto Brandi (SC) – Paulo Moura (SC) – Paulo Mascella (RS) – Vera Ohlweider (RS) – Zoerte P. Santos (RS) (O Quero-quero/RS, 29/09/1973).

⁷⁸ Jornal editado em Santa Maria/RS na década de 1970.

a primeira a inovar na área de pós-graduação em Turismo. Os egressos do Curso foram disputados no mercado turístico dos estados sulinos. (ISAIA, 2006, p. 350)

A palestra de encerramento do curso foi proferida por Victor Faccioni, conforme a matéria a seguir:

15 DE FEVEREIRO DE 1973

Chefe da Casa Civil Encerrou em Santa Maria Curso Sobre Turismo

A palestra de encerramento do Curso de Especialização para Técnicos em Empresas Turísticas, ministrado pela Universidade Federal de Santa Maria, foi proferida pelo secretário Victor Faccioni, na tarde de sexta-feira última. A mesma se fizeram presentes o reitor José Mariano da Rocha, o professor Checa de Condes, diretor do Ministério de Turismo da Espanha, Lori Haens, representante da Pasta do Turismo do Estado, o prefeito Arthur Marques Pfeiffer, Lourdes Fellini Sartor, da CITUR, professor Pedro Lecueder Aguilera, coordenador do curso e outras autoridades.

VALOR

Iniciando a palestra, o deputado Victor Faccioni destacou "o valor atribuído à escolha feita pelos participantes do curso, que atingiu os seus verdadeiros objetivos, quais sejam os de propiciar a necessária capacitação profissional aos que atuam ou pretendem atuar na área do turismo no Sul do País, levando-os, não apenas a postos de responsabilidade na direção de atividades turísticas, mas, igualmente, à conscientização de que o turismo é a indústria do futuro." O secretário Faccioni destacou que investir no turismo é investir no futuro "portanto, devemos encará-lo social, política e economicamente, em termos racionais, dentro de uma sistemática de planejamento objetivo, em termos empresariais."

TURISMO

Mais adiante, o secretário Victor Faccioni disse que a evolução do turismo internacional, com o elevado custo das passagens aéreas até a realização de investimentos na infraestrutura, tais como hotelaria e serviços correlatos, comunicações, estradas e meios de transportes."

HISTÓRICO

O Secretário da Casa Civil fez, também, um histórico do turismo no Rio Grande do Sul, desde a criação do SETUR, em 1950, até a instalação pelo governador Euclides Triches da Secretaria de Turismo e posteriormente da Companhia Riograndense de Turismo — CR TUR — e a Comissão Intersetorial de Turismo, que é o órgão consultivo e de assessoramento integrado que tem por finalidade a coordenação das atividades desenvolvidas pelos setores públicos e privados, atuantes na área de competência da Secretaria de Turismo.

EXEMPLO

"Essa maneira de atuar do Governo do Estado — continuou o deputado Faccioni — está produzindo os seus resultados. A experiência do Rio Grande do Sul, no encontro nacional realizado em Brasília, foi considerada a soma ente válida e apontada como modelo para os demais Estados da Federação. Com o correr de anos, o Governo do Estado, através da Secretaria de Turismo, terá um trabalho de supervisionar o da política global do turismo no Rio Grande do Sul, de distribuição de tarefas, coordenando e controlando o seu relacionamento com a CR-TUR, CITUR e outros organismos afins, investindo no setor através de uma empresa, com a

CAPTAÇÃO

O Plano Regional de Turismo é, no que diz respeito à demanda, um plano que visa à oferta do turismo proveniente de outras áreas do País e do Exterior, mais próximas, principalmente da Baía do Prata. O secretário Faccioni disse que as ações promotoras serão endereçadas a estes mercados e que o período temporal de referência do Plano Regional de Turismo é de quatro anos, abrangendo o período de 1972 a 1976.

COMPORTAMENTO

"Segundo dados levantados pela SUDESUL — disse Faccioni — o comportamento turístico na Região Sul apresenta os seguintes algarismos:

a) estima-se em 864.280 os turistas que estarão presentes na região em 1975, 65% dos quais se alojarão em hotéis; b) as necessidades da oferta turística traduzem-se, em termos econômicos, num investimento global que alcança a cifra de 784 milhões de cruzeiros até 1975, compreendendo investimentos em hotelaria, indústria complementar, infra-estrutura e promoção turística; c) as aplicações em hotéis montarão, aproximadamente, a 540 milhões de cruzeiros, 25% provenientes do setor público e 75% do setor privado; d) através do sistema tributário, reverterá aos cofres públicos 25% da renda gerada, ou seja, 500 milhões de cruzeiros.

TURISMO NACIONAL

Conselho Nacional de Turismo é órgão de assessoramento e não executivo da política nacional de turismo. "Com efeito — continuou o Secretário da Casa Civil — posto este contexto em sua forma mais genérica não será o momento de, a exemplo de outros países, colocarmos a possibilidade da criação de um Ministério de Turismo, órgão este, capaz de assumir, numa síntese ampla, a execução da política nacional do turismo? É uma questão que se abre diante das novas e constantes perspectivas para o turismo nacional, e instalada sob evidências e necessidades expostas. Considerando que, na medida em que melhoram as perspectivas do desenvolvimento do turismo no País; considerando uma atividade de tamanha importância e valorizada pelo Poder Público na igualdade de outros setores governamentais; enfim, considerando o todo do complexo turístico nacional, de realidade em potencial e de esforços humanos, revela-se em si a necessidade de um organismo de "status" elevado, e nível ministerial."

INCREMENTO

Continuando, o secretário Faccioni falou sobre as atribuições do possível ministério, que seriam as de fomento, planejamento, coordenação e execução da política de turismo em termos nacionais, e, ainda, sobre a demanda turística no Rio Grande do Sul, destacando que o turismo exterior propiciou a entrada de 73.561 turistas, apresentando um incremento no Rio Grande do Sul de 9,4% sobre o total de afluência em 1970. Mais adiante, sobre a 1971

Ilustração 12 – Correio do Povo/RS, 18/02/1973, p. 12

Como podemos constatar, nesse período estavam sendo criados diversos cursos de turismo no Brasil. Sendo assim, discussões sobre o nível dos cursos de turismo (técnico, de graduação, ou de pós-graduação) eram bastante contundentes, uma vez que, como explica Teixeira (2007), o Brasil foi o primeiro país a formar bacharéis em Turismo, (pois na Europa só havia cursos técnicos de Turismo ou cursos superiores de outras áreas que tinham, em sua grade curricular, a disciplina Turismo ou de

especialização). Também não havia uma tradição acadêmica na área. Os livros estudados nos primeiros anos de curso, aqui no país, eram traduções de autores estrangeiros.

A sugestão de Edison Batista Chaves à PUCRS, foi de que criasse um curso de especialização em Turismo ou que o turismo fosse uma disciplina de diversos cursos, já existentes, assim com era na Europa.

Para Trigo (2000), os cursos de Graduação em Turismo no Brasil foram fundamentados, em parte, pela experiência espanhola, tendo sido pioneira a experiência da Faculdade de Turismo do Morumbi. Sobre as diferenças originais entre os cursos de ensino superior do turismo no Brasil e em outros países, Matias (2002, p. 04) observa:

Diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e países da Europa, onde os cursos de Turismo foram criados a partir de disciplinas de outros cursos já implantados e sedimentados, como Administração, Economia, Geografia e Hotelaria, no Brasil, os primeiros cursos de Turismo foram implementados em unidades universitárias autônomas ou ligadas aos igualmente novos cursos de comunicações e artes.

Conforme explicitado anteriormente, os cursos de Turismo no Brasil foram criados dentro de uma perspectiva tecnicista e mercadológica, da qual procuravam atender a mais uma demanda de trabalho. Além disso, os currículos desses cursos foram baseados em instituições europeias. No entanto, não podemos deixar de ressaltar que, na Europa, não eram cursos de graduação, eram cursos técnicos ou de pós-graduação. Domingo Hernández Peña, quando entrevistado por Lucchesi (2006), reitera que, em 1971, aconteceu uma grande revolução do turismo brasileiro, pois não havia ensino superior de turismo no mundo⁷⁹, apenas escolas técnicas.

Sobre a necessidade de qualificar como nível superior em Turismo, Marutschka Martini Moesch (11/09/2008) nos explica que ela pode ser entendida como uma questão mais ampla, *a questão do superior não é uma questão vinculada só ao curso de Turismo, é uma cultura brasileira, onde o tecnológico, o técnico é, e sempre foi visto como operacional, como algo menor, na tradição educacional brasileira*. E complementa dizendo que o Brasil começa a ter formação profissional pelos bacharelados, com as escolas de Direito, e isso demarca toda uma característica de que só é qualificado quem tem um bacharelado.

Mário Carlos Beni (06/05/2009), analisando o porquê da opção pela graduação em Turismo no Brasil, diz que é uma questão cultural, que está no início do processo e

⁷⁹ Segundo Rodrigues (2005), o Brasil foi o primeiro país a implantar a graduação em Turismo na Faculdade do Morumbi.

que por muitos anos essa situação permaneceu. E explica que o que acontece é que, diferentemente de outros países, o País reagiu de maneira negativa ao curso de tecnólogo, cursos específicos,

porque é a questão ainda muito voltada aos pais que só entendiam que os filhos, deveriam, na época, ter três cursos, só eram considerados doutores, entre outras, os advogados, os médicos e os engenheiros, os outros cursos eram entendidos como cursos de segunda linha. Agora imagine os técnicos, esses então nem eram cogitados pelas famílias, porque as famílias queriam sempre ter um filho numa universidade e num desses três cursos. (Mário Carlos Beni, 06/05/2009)

Percebemos que o início dos cursos de Turismo no Brasil tem algumas características muito próprias. Foi o primeiro país a criar cursos de nível superior tomando o modelo espanhol, baseado, por sua vez, nos cursos técnicos; havia um certo preconceito, principalmente de uma elite (que casualmente foram os primeiros alunos dos cursos de turismo), em relação aos cursos técnicos. Desse modo, criou-se um curso técnico mascarado como de nível superior.

Barretto; Tamanini e Silva (2004, p. 29), referindo-se à educação superior no Brasil, na década de 1970, destacam que:

Saberes que eram ministrados ou poderiam ser ministrados no ensino de segundo grau ou em cursos técnicos passaram a ser ministrados no nível terciário, obrigando, dessa forma, quem quiser obter conhecimentos competitivos a continuar os estudos em nível universitário. [...]

Dois fenômenos processam-se em conjunto, o pedagógico e o social. O ensino superior passa a ministrar educação técnica e operacional (deslocada do ensino médio). Forja-se a qualificação “pelo alto”, porque as pessoas acreditam que estão tendo ensino universitário quando estão recebendo capacitação técnica. Ao mesmo tempo, dando-se às pessoas o *status* de “universitários”, forja-se a ascensão social.

Trigo (1998) ressalta que a formação inicial do bacharel em turismo era muito pragmática e, visando a atender a demanda do mercado, utilizava toda uma terminologia economicista e eminentemente tecnicista, menosprezando os aspectos sociais e políticos da sociedade. Essa ênfase nos aspectos técnicos ocorria de forma geral em todos os cursos, segundo a visão desenvolvimentista do período.

No entanto, para Matias (2005), o ensino superior de turismo no Brasil surgiu no momento em que esse nível passava por modificações, isto é, buscava-se dar à formação educacional um caráter profissionalizante, para atender às necessidades do mercado, o qual demandava por profissionais treinados para desempenhar funções de produção em série padronizada. Isso fez com que o curso de Turismo, desde a sua criação, sofresse algumas críticas e preconceitos por parte de outras áreas do ensino acadêmico, que

acreditavam que o graduado no curso superior de turismo seria apenas tarefeiro, sem nenhuma base de conhecimento para desenvolver qualquer trabalho reflexivo. Essa visão deixa muito claro que o preconceito existente em relação ao ensino profissional ainda persiste na academia, dificultando a articulação entre os dois ramos de ensino, o que prejudica a formação profissional.

Houve a necessidade de profissionais para planejar o turismo no Brasil, surgindo assim a necessidade de mão-de-obra de nível superior, ou seja, Planejadores de Turismo, como eram chamados os bacharéis, no início, ou Turismólogos, como são atualmente chamados (TEIXEIRA, 2007). Susana Gastal (14/07/2008) lembra que: *nos anos 1970 temos o auge do endeusamento ao planejamento, o planejamento é a grande sacada, temos que planejar, o planejamento resolve tudo, [...]*. Explica que havia essa crença sobre o planejamento, em função do governo federal, pois era um governo no qual essa área era muito forte, um planejamento centralizado.

Nas décadas de 1960 a 1970, no panorama mundial, as pesquisas em administração priorizam estudos que concebiam “[...] o planejamento do trabalho como um meio de aumentar a produtividade e a satisfação no trabalho, melhorando a qualidade do trabalho, reduzindo o absenteísmo e o giro de mão-de-obra, bem como, acidentalmente, ganhando quase sempre muita publicidade ao fazerem isso” (MORGAN, 1996, p. 46). Os aspectos sociotécnicos tornam-se mais relevantes para os processos administrativos e também para a área de turismo⁸⁰.

A constituição empresarial exigia, cada vez mais, profissionais com domínio das técnicas no turismo, fato significativo para que os primeiros formandos em Turismo de nível superior fossem Planejadores de Turismo. É a partir desse período que se verifica maior emprego do planejamento no discurso, como forma de subsidiar metas econômicas e objetivos socioculturais, entre outros, de organizações, públicas ou privadas, em atividade no Brasil, e esse discurso é incorporado pelo turismo, tornando-se o foco dos cursos superiores de Turismo.

Parece coerente afirmar que, na década de 1970, o planejamento de turismo é uma área fronteira entre o que seria um profissional técnico e um profissional de nível superior. A habilidade de planejar demarca essa diferenciação – que por si só abarca noções bastante amplas – de planejamento e de turismo.

⁸⁰ Trigo (1998) e Matias (2002) abordam que, na época da criação do primeiro curso de Graduação em Turismo, foi cogitada a possibilidade de incluí-lo nas Faculdades de Administração ou de Educação Física, mas, em vista da realidade do turismo no Brasil, esse projeto foi abandonado.

Podemos retomar a fala de Domingo Hernández Peña, ao ser entrevistado por Lucchesi (2006), que diz “O Brasil tem os dois tipos de profissionais, o de formação superior, que imagina e planeja o que pode ser feito quando a cidade duplica sua população, por exemplo, sabe da economia e do efeito multiplicador do turismo e o de formação técnica, que trata das questões mais superficiais. São perfis complementares”.

Trigo (2000) aponta que havia uma postura dúbia a respeito das novas profissões.

Os ignorantes pensavam que essa nova área de viagens e turismo não levaria a nada, que o ideal eram os velhos e bons cursos de Contabilidade, Datilografia e de Comércio, [...]. Existia também, evidentemente, o fascínio que a Medicina, Direito e Engenharia exerciam sobre os futuros profissionais e suas famílias, ansiosas para que seus filhos fossem "alguém". Havia um outro tipo de ignorantes a respeito das novas realidades que estavam surgindo no mundo desenvolvido e que também criticavam os novos cursos. Eram os antigos empresários de turismo que iniciaram suas atividades no Brasil desde a década de 50. Para eles, turismo era algo que só poderia ser apreendido no trabalho diário. As universidades jamais poderiam ensinar algo tão sutil e complexo nas salas de aula. Um outro segmento era a intelectualidade bem posicionada ao longo de décadas em universidades cartoriais e elitistas, que pontificavam ser o Turismo e alguns outros cursos (Comunicações, por exemplo) algo como perfumaria ou supérfluo. Os alunos de Turismo, [...], também começavam a dar sua opinião sobre o que estava acontecendo e lutavam para abrir espaço em um mercado fechado, atrasado e relutante face aos novos desafios que apareciam no mundo. (TRIGO, 2000, p. 243)

Além do desconhecimento do que viriam a ser e sobre o que se poderia deles esperar, os cursos de Graduação em Turismo enfrentaram, inicialmente, a falta de professores especializados, a ausência de bibliografia nacional e dificuldades de tradução ou de importação de obras, diferenças de duração entre três e quatro anos, o desencontro das disciplinas com seus conteúdos e programas, e “um currículo mínimo humanístico e pouco profissionalizante” (MATIAS, 2002, p. 5).

Nesse período, existiam poucos profissionais formados nessa área no Brasil. O Jornal do Brasil/RJ (11/04/1974, p. 05) traz uma matéria sobre a Faculdade de Turismo do Morumbi, e diz que, no final ano, formaria os primeiros 280 profissionais em turismo do país. Conforme o artigo, o Presidente Ernesto Geisel receberia dentro de poucos meses o primeiro Plano de Turismo para o Brasil, um balanço completo, de Norte a Sul, do que precisava ser feito no país para solidificar o movimento interno e colocar nosso país na relação do roteiro turístico internacional. Esse estudo foi idealizado pela direção da Faculdade de Turismo do Morumbi e realizado por um grupo de professores daquela escola, desenvolvido através do seu Centro de Pesquisas, não sendo uma série de sugestões lançadas a esmo, mas um estudo científico sobre o turismo nacional, fato absolutamente inédito no setor.

Esse Plano de Turismo para o Brasil chegava no momento exato, levando-se em conta que os primeiros profissionais brasileiros formavam-se naquele ano e que as escolas de turismo começavam a proliferar no país – em São Paulo já existiam seis; havia outras no Rio, Recife, Paraná e outros estados (Jornal do Brasil/RJ, 11/04/1974, p. 05).

Outra reportagem, do mesmo jornal, do dia 31 de outubro de 1974, descreve sobre a 1ª turma formada pela Faculdade de Turismo em Petrópolis, cujos integrantes, mais do que um emprego, esperavam conseguir mudança de mentalidade dos dirigentes do turismo nacional, abrindo as portas para profissionais formados em cursos de nível superior⁸¹. A reportagem destaca que além da Faculdade de Turismo da Universidade Católica de Petrópolis, apenas uma outra, de São Paulo formaria uma turma naquele ano.

Para os formandos da Faculdade de Turismo da UCP/RJ⁸², “as dificuldades existentes em termos de mercado de trabalho são fictícias, exaltadas pelos que trabalham nesse setor com o único objetivo de desestimular os que vão para as faculdades em busca de conhecimentos técnicos, já que a experiência só trabalhando é que poderemos adquirir” (Jornal do Brasil/RJ, 31/10/1974, p. 3). Um dos formandos, Regina Maria Pereira, diz que o mercado de turismo “alega como deficiências nossas a falta de experiência e currículo, que qualificam de furado, além de dizer que as faculdades de turismo formam “em generalidades”, o que eu acho um absurdo” (Jornal do Brasil/RJ, 31/10/1974, p. 3). Outra formanda, Neusa Maria Gall, alinha como opções para o profissional em turismo os seguintes setores: agências de viagens, empresas de transportes, administração em hotelaria, assessoria e planejamento em órgãos oficiais, organizações de congressos e marketing – no sentido de pesquisas e vendas. (Jornal do Brasil/RJ, 31/10/1974, p. 3). Para Fernando Vieira da Silva – também formando – essa turma, por ser a primeira a se formar, pode ser considerada como uma “turma-laboratório”, pois os próprios alunos é que fizeram o currículo da faculdade, acrescentando matérias, retirando outras, modificando algumas. A teoria – diz ele – “a faculdade nos deu, a prática nós mesmos teremos que alcançar trabalhando, embora a UCP nos tenha proporcionado convênios com órgãos estaduais e municipais e empresas de turismo” (Jornal do Brasil/RJ, 31/10/1974, p. 3).

⁸¹ A preparação dos alunos é de nível internacional mas “como o Governo está incrementando o turismo doméstico, nós nos voltamos para os problemas brasileiros”. (Jornal do Brasil/RJ, 31/10/1974, p. 03)

⁸² A turma tem 37 alunos, com idades variadas entre 21 e 25 anos e apenas quatro já ultrapassaram os 30 anos (Jornal do Brasil/RJ, 31/10/1974, p. 03).

Contudo, a tônica do discurso é uma só. Comprometido em instaurar mudanças, esse agente social, o bacharel em Turismo, espera uma mudança de mentalidade dos dirigentes do turismo, abrindo espaços para a atuação desse profissional e possibilitando a intervenção destes nas políticas de turismo. Também dão destaque às áreas de atuação desses profissionais no mercado de trabalho.

Dessa forma, as narrativas e as páginas dos jornais mostram o fato de o turismo, ao assumir novas características, mais profissionais e científicas, possibilitar a construção de várias representações sociais que encontram nas narrativas e nos periódicos um campo fértil para a proliferação de idéias relativas à necessidade de qualificação da mão de obra.

Conforme Mário Carlos Beni (06/05/2009), apesar do crescimento na oferta de cursos de Turismo, estes não se consolidaram porque faltava um modelo.

exatamente a USP nesse momento entrou, em setenta e oito mais ou menos, a USP buscou, foi designada pelo Ministério de Turismo para discutir o modelo pedagógico do Curso de Turismo, enfim buscar um projeto pedagógico para um Curso de Turismo. E aí sim, houve uma grande discussão e há um momento interessante que foi exatamente entre setenta e oito, setenta e nove, houve também um divisor de águas e nesse divisor de águas, por um lado a Universidade já na época, ainda Faculdade de Turismo do Morumbi, mas já tinha se associado com parceiros em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, ela foi crescendo com Cursos de Turismo em outros Estados. Então houve um divisor de águas, ou seja, a Universidade até hoje, na Universidade Anhembi Morumbi o Curso de Turismo é mais voltado ao mercado, ele é mais profissionalizante porque foi inspirado na linha do professor Penã que não tinha nível universitário, ele veio da área técnica, apesar de ser um excelente professor, ele não tinha, ele não teorizava turismo, não tinha formação superior de pesquisa para teorizar o turismo. E a linha da USP, que efetivamente assumiu uma postura de pesquisa, buscando desenvolver toda a questão epistemológica do turismo, vendo o turismo através de variáveis sociológicas, econômicas, psicosociais, variáveis de cultura. Para o Curso de Turismo da USP nós fomos buscar professores de diferentes áreas, de outras unidades, fomos buscar professores da geografia, da história, da filosofia, da museologia e criamos o elenco de professores da USP. Então começa a nascer ali, e no divisor da USP a questão da interdisciplinaridade, a multi-interdisciplinaridade que hoje já começa a se esboçar na transdisciplinaridade. Então a USP adotou essa linha e a partir daí então, desse divisor, algumas universidades marcadamente acompanharam a USP, a PUCRS de Porto Alegre foi uma delas.

A preocupação do Ministério da Educação e da EMBRATUR [Instituto Brasileiro de Turismo], com o ritmo dos cursos superiores de Turismo, levam a designar o curso de turismo da USP para realizar um grande debate sobre o currículo pleno, uma vez que o MEC havia estabelecido o currículo mínimo. A partir desse seminário (1975), ao qual a maioria dos responsáveis pelos cursos existentes compareceu, estabeleceu-se um divisor de águas com duas vertentes educacionais adotadas. A primeira da ECA-USP, que preconizava uma linha filosófica mais acadêmica, voltada à epistemologia, à pesquisa e ao planejamento do turismo. A outra, liderada pela Anhembí-Morumbi, [...] que orientava o conjunto de disciplinas da estrutura curricular para o mercado. A Faculdade Anhembí Morumbi tinha todo seu projeto pedagógico voltado ao modelo espanhol, que era mais dirigido ao mercado, ou seja, à formação profissional e não à pesquisa, à abordagem científica do turismo e ao macroplanejamento, envolvendo aspectos sociais, econômicos, etc. Esta é a linha e que sempre foi da USP. A partir daí, os cursos de Turismo implantados nas universidades, como PUCRS e outras, copiaram o modelo da USP. Os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais seguiram basicamente o modelo da Morumbi. Foi assim que nasceram os cursos e se difundiram em todo o país.

Daí podemos inferir que, no discurso, o modelo implantado no Brasil foi o “modelo espanhol”; isso aparece de forma recorrente nas narrativas e na bibliografia. No entanto, os cursos de turismo surgem a partir do crescimento da atividade turística, e, baseados na necessidade de qualificar mão de obra para o mercado, nascem em uma lógica dos institutos universitários americanos. Logo, segue-se a ordem americana para a formação em turismo, e não a europeia que, já nos anos 1960, primava pela pesquisa relacionada aos aspectos não só econômicos, mas sociais do turismo, conforme identificou Rejowski (1996).

Em entrevista, Luiz Gonzaga Godoi Trigo narra: “A tradição espanhola analisa o turismo como fenômeno social e não apenas como fato econômico. Então o turismo é analisado de uma forma mais ampla, mais articulada, dentro da sociologia e da história, por exemplo. Enquanto que nos Estados Unidos há uma visão como fato econômico. [...]”. (CELESTE FILHO, 2002, p. 58-59). Nesse sentido, Sessa (1990) também destaca que há uma clara diferença entre os institutos universitários europeus e os americanos: os primeiros orientam-se para a pesquisa teórica voltada a aspectos sociais e

econômicos do turismo, ao passo que os segundos, para a formação da “indústria hoteleira e turística” (SESSA, 1990)⁸³.

Quando nos reportamos ao ensino superior em Turismo no Brasil, podemos perceber que, nesse divisor de águas citado por Mário Beni, a USP se posiciona como uma universidade dedicada simultaneamente ao ensino e à pesquisa, aproximando-se em certos aspectos, de um modelo alemão⁸⁴ (que privilegia sobremaneira a pesquisa em associação com o ensino). Embora o curso de Turismo estivesse lotado na ECA/USP, conforme afirma Melo (1991), o modelo norte-americano está presente na estruturação, em 1966, da Escola de Comunicações Culturais da USP⁸⁵.

A influência espanhola no ensino superior em Turismo no Brasil pode ser atribuída a alguns fatores: ao espanhol Domingo Hernández Peña que elaborou o currículo do primeiro curso de Turismo no Brasil e influenciou na definição do currículo mínimo para os cursos; ao espanhol Julio Garcia Morejón que elaborou o curso de Turismo na Ibero-Americana e ao pioneirismo do Rio Grande do Sul na institucionalização da atividade turística no Brasil, seguindo o modelo espanhol de desenvolvimento da atividade turística⁸⁶, conforme destacamos no capítulo anterior. Como bem nos explica Norma Martini Moesch (12/03/2009), na década de 1970, a EMBRATUR inicia a estruturação de um plano de turismo e vai buscar na Espanha o modelo que foi criado de uma forma emergencial, o modelo do pós-guerra, uma referência em inteligência turística nesse campo: *foi muito mais no sentido da organização estruturante de uma sociedade carente de possibilidades, de geração de trabalho, emprego e renda, do que uma iniciativa no âmbito acadêmico [...]*. (Norma Martini Moesch, 12/03/2009)

⁸³ Atualmente, assiste-se o surgimento de cursos na Europa direcionados ao *business/management (administração/gerenciamento)* da “indústria turística”.

⁸⁴ Alguns modelos universitários influenciam diretamente o modelo universitário adotado no Brasil, quais sejam: o modelo Napoleônico ou Francês; o modelo Inglês; o modelo Norte-Americano; e o modelo Alemão. Sobre modelos universitários, ver: CHARLE, Christophe; VERGER, Jaques. *História das Universidades*. São Paulo: UNESP Ed., 1996. RIBEIRO, Darcy. *A universidade necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. ROSSATO, Ricardo. *Universidade: nove séculos de história*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

⁸⁵ Paula (2010, p.04-05) demonstra a influência das concepções alemã e francesa de universidade sobre a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no momento das suas respectivas fundações e em suas primeiras décadas de funcionamento. Segundo a autora: “Encontramos várias aproximações entre a concepção alemã e a paulista de universidade, na época de sua fundação: preocupação fundamental com a pesquisa e com a unidade entre ensino e investigação científica; ênfase na formação geral e humanista, ao invés da formação meramente profissional; autonomia relativa da universidade diante do Estado e dos poderes políticos; concepção idealista e não-pragmática de universidade, em detrimento da concepção de universidade como prestadora de serviços ao mercado e à sociedade; fraco vínculo entre intelectuais e poder político, ou seja, ligação não-imediata entre *intelligentsia* e poder; concepção liberal e elitista de universidade; estreita ligação entre a formação das elites dirigentes e a questão da nacionalidade”.

⁸⁶ A partir do trabalho desenvolvido pelo SUDESUL com a participação de técnicos espanhóis.

Desse modo, o modelo espanhol a que muitos se reportam, refere-se à estruturação da atividade turística no estado do RS, como reforçam Edison Chaves (06/06/2008) e Renato Masina (25/03/2008), e não a um modelo acadêmico de ensino superior em turismo, embora tenha sofrido influência dele.

As oscilações econômicas que o país vivenciou, a partir da década de 1980, atingiram diretamente a indústria do turismo e da hospitalidade, refletindo na expansão dos cursos de turismo e hotelaria. Em razão de acontecimentos internacionais, como a crise do petróleo e as sucessivas crises econômicas pelas quais passou o país, o turismo estagnou-se. Esse movimento refletiu-se também na produção científica da área. Se no início da década de 1970 eram raras as publicações científicas nacionais, no final de 1980 eram poucos os pesquisadores que haviam resistido aos tempos difíceis, produzindo teses e dissertações (SOLHA, 2002, p. 138).

Continuaram a surgir alguns cursos superiores de turismo nos anos 1980, como os do Instituto Newton Paiva, em 1980, em Belo Horizonte; da Faculdade de Turismo da Bahia, em 1984, em Salvador; e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, em 1985, em Foz do Iguaçu (TRIGO, 1991).

A revista norte-americana *Annals of Tourism Research* publicou, em 1981, uma edição especial intitulada "Tourism education" e um artigo "Framework for tourism education", escrito por Ritchie, editor responsável pela revista, da Universidade de Calgary, no Canadá, em parceria com Jafar Jafari, da Universidade de Wisconsin (Estados Unidos). Os autores preocupam-se em delimitar o campo de sua inserção acadêmica até o nível do detalhamento conceitual e entendem que o turismo deve se valer de algumas disciplinas básicas para seu estudo: economia, sociologia, psicologia, geografia e antropologia.

Trigo (1998) chama a atenção de que essa grade curricular básica, proposta por Jafari, influenciou vários cursos de turismo no Brasil, principalmente no momento da estruturação dos currículos que estavam sendo criados. A partir de meados da década de 1980, vários outros especialistas internacionais passaram a influenciar a formação profissional em turismo, ao lado dos brasileiros que estavam se formando e participando ativamente do mercado de trabalho, compondo o corpo docente das diversas universidades que ofereciam cursos nessa área.

Apesar de todas as dificuldades desse período, o embrião da atividade turística já estava plantado. As empresas organizaram-se em associações; o poder público começou a perceber que a atividade turística é muito mais do que investir na rede hoteleira. O sonho e a euforia do começo da década de 1970 foram substituídos por uma certa

decepção, na década de 1980, pois os acontecimentos não seguiram a tendência esperada. Mas, ao mesmo tempo, provocaram uma reação importante: o turismo começou a ser visto como uma atividade séria e profissional, que não traz soluções imediatas para problemas estruturais, principalmente os econômicos (SOLHA, 2002, p. 140).

Para Trigo (2000), nesse contexto, insere-se a primeira fase do Turismo no País, cujo modelo implementado fracassou, face às diversas crises econômicas que se sucederam, à ausência de programas de qualidade na formação de mão-de-obra (desde a operação, planejamento até a alta gestão) e, fundamentalmente, à falta de consciência na preservação do meio ambiente natural e cultural. Já a segunda fase, considerada a partir dos anos 1990, é o momento em que o setor industrial passa a perder espaço para o setor de serviços. Nesse contexto, acontecimentos mundiais influenciam a economia, mas, sobretudo, o processo de globalização foi mais acentuado. Implantou-se, então, uma política neoliberal com respaldo na Constituição, pela qual uma expansão sem precedentes do ensino superior deu-se, em grande parte, ao ensino privado.

Conforme discutimos anteriormente, na década de 1990 o turismo aparece como prioridade do governo – a EMBRATUR transforma-se em autarquia especial, passando, em 1991, para Instituto Brasileiro de Turismo, e em 1992, são estabelecidas as diretrizes para a Política Nacional de Turismo. Assim, nesse período, houve, novamente, um crescimento da atividade turística no Brasil, aumentando o fluxo e uma diversificação dos empreendimentos e serviços turísticos, tornando-se necessário capacitar recursos humanos. O turismo desponta como um dos segmentos de maior prosperidade, entre as futuras tendências de cursos divulgadas massivamente nos meios de comunicação, o que atraiu a atenção de estudantes, empresários e instituições de ensino.

Parece inegável que a exploração meteórica dos cursos ligados aos diversos ramos aplicados da ciência, como nos campos da saúde (medicina, enfermagem, nutrição, etc), da educação (educação física, educação artística, educação ambiental, etc), da administração de empresas (bancária, escolar, etc), entre outros foi determinada não apenas pela importância científica dos novos conhecimentos, mas também por um contexto ideológico adequado que favoreceu, estimulou e utilizou esses novos conhecimentos presumidos ou reais segundo sua própria lei e lhes conferiu prestígio. (CAMARGO, 2002, p. 14)

No final da década de 1990, houve no Brasil, uma explosão de cursos superiores em turismo. Solha (2002) verificou que, de 52 cursos em 1996, passa para 330, em 2002. Além disso, observamos também, uma oferta de cursos de especialização para os profissionais que já atuavam no mercado e uma demanda crescente por cursos de

mestrado em turismo. Desse modo, toda essa euforia, com relação às oportunidades no setor turístico motiva a explosão quantitativa na oferta de cursos de graduação.

A expansão do ensino superior em turismo ocorreu em quatro fases: a primeira, nos anos de 1970, com expansão moderada, totalizando dez cursos no final da década e com oferta direcionada às grandes capitais brasileiras como SP e RJ. A segunda fase, na década de 1980, foi marcada pela estagnação de oferta de cursos decorrente de problemas econômicos no País, o que ocasionou, inclusive o fechamento de várias instituições de ensino. A terceira fase, na década de 1990, caracteriza-se pela valorização dos cursos no âmbito acadêmico, com aumento do número de cursos nas capitais e com distribuição mais igualitárias nas demais regiões brasileiras. A quarta fase é a atualidade e deverá estabelecer o equilíbrio “quantidade versus qualidade”, com aumento quantitativo de propostas diferenciadas e uma tendência de cursos de turismo com ênfases direcionadas para a flexibilização e a regionalização, como recomenda a LDBEN, de 1996 (ANSARAH, 2002).

Os cursos de turismo passaram por uma fase de expansão, a partir da metade da década de 1990, durante a gestão de Paulo Renato de Souza (janeiro de 1995 a dezembro de 2002)⁸⁷, que teve, como política, ampliar a oferta dos cursos superiores no País e, neste sentido, houve um crescimento quantitativo. Para muitos pesquisadores da área, desafio, hoje, é elevar os padrões de qualidade.

Uma característica do ensino do turismo no Brasil é, portanto, seu aumento quantitativo. Trigo (2006) critica a posição do governo nesse período, em facilitar a abertura de cursos de turismo no país, pois, em 1991, existiam 28 cursos e, em 2002, o número ultrapassou 396, um crescimento equivalente a 1314%, ocasionando diversos problemas, como perda de qualidade, esvaziamento e saturação do mercado. Para o autor (2000), um dos grandes problemas decorrente desse fato é a falta de professores, com consequências diretas para a qualidade dos cursos ofertados pelo país.

Barretto, Tamanini e Silva (2004), comentando sobre a realidade paulista, descrevem que de uma época de grande proliferação, em meados da década de 1990, passa-se para uma fase de retração da demanda, e o conseqüente fechamento ou a diminuição do número de alunos. Entre outras, as causas dessa situação podem ser o caráter generalista desses cursos, a falta de um corpo teórico consistente sobre o turismo, o distanciamento dos modelos de formação frente às necessidades e exigências do mercado de trabalho etc.

⁸⁷ Foi Ministro da Educação durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em consulta a <http://emec.mec.gov.br/>, em 17/03/2010, no site do MEC, pesquisando por cursos, obtivemos os seguintes registros: 505 de Turismo; 1 de Turismo Cultural; 1 de Turismo de Eventos; 1 de Turismo e Administração Hoteleira; 1 de Turismo Ecológico; 4 de Turismo e Hospitalidade; 1 de Turismo e Hospitalidade, Gestão de Empreendimentos Turísticos e em Eventos em Negócios; 18 de Turismo e Hotelaria; 4 de Turismo e Lazer; 3 de Turismo e Meio Ambiente; 1 de Turismo, Gestão em Hotelaria, Turismo e Lazer; e 13 de Turismo Receptivo. Nessa contagem, estão inseridos os cursos tecnológicos.

Para Beni (2006), que realizou uma sondagem junto às IES com curso superiores de turismo, estaria havendo uma grande retração da oferta destes, em praticamente todo o território nacional, de cerca de 40 a 60%. Mesmo sem uma amostra que permita generalizar esse resultado, é um indício importante que mostra um “saturamento do mercado”, com a permanência dos cursos com qualidade; ou, uma maior procura por cursos novos, como os de gastronomia, lazer, eventos etc., que sugerem uma área maior dos negócios do turismo, hospitalidade e lazer.

Panosso Netto (2005), entrevistando Mario Beni, o qual discorre sobre o aumento na quantidade dos cursos de Turismo no Brasil,

Bem, eu diria que o turismo está aí na pauta, se colocando como uma das principais atividades econômicas do mundo. Em razão disso ele adquiriu uma importância econômica [...]. É muito importante se colocar que o Brasil antecedeu a própria Europa em 10 anos com os cursos de graduação. Isso não quer dizer que a Europa não tinha cursos, mas os cursos da Europa eram cursos eminentemente de formação técnica. Tanto é daí aquele divisor de água dos primeiros professores espanhóis que vieram e desenvolveram os projetos, o plano de estudos e o projeto pedagógico da Faculdade Anhembimorumbi, e que depois se tornou um contraponto da USP que não se utilizou desse modelo europeu. Então, na verdade, o que ocorre: por um lado isto se consolidou de uma certa forma criando aí, na década de 1970, toda uma evolução. 1970, 1980 até 1985 há uma estabilidade, depois em 1990 há uma nova ascendência, [...] que, a meu ver, realmente não foi bom ter acontecido. [...] Eu acho que nós estamos em franco declínio! Eu me arrisco a dizer que, dos quase 500 cursos já, há quem diga que ultrapassou a 500, nós já a essa altura devemos ter seguramente tido uma redução acima de 30% de cursos que não abriram novas turmas [...] (PANOSSO NETTO, 2005, p. 865)

Até 1998, a autorização e o reconhecimento de cursos superiores de turismo e hotelaria eram realizados por uma Comissão de Especialistas em Administração; em agosto de 2000, cria-se a Comissão de Especialistas em Turismo, desvinculada desta.

Para Moesch (2000, p. 17):

É impossível separar o ato epistemológico do ato pedagógico. Enquanto proliferam no país cursos que vêm no Turismo um segmento promissor do mercado de ensino, será cada vez maior no ensino e na pesquisa, nessa área, a forte presença de empresas, ligadas à prestação de serviços, mantendo centros próprios de formação profissional, com total confusão sobre os paradigmas utilizados. [...]. Essas empresas vêm impondo temáticas aos currículos

universitários, por os considerarem defasados em relação ao mercado de trabalho [...].

Teixeira (2001), em seu artigo sobre o “Ensino Superior em Turismo e Hotelaria no Brasil: um estudo exploratório”, procurou descobrir as razões que explicam a criação dos cursos nas instituições por ele pesquisadas.

Com 80% das respostas, a existência de demanda surge como a principal razão para a oferta de cursos de turismo/hotelaria no Brasil. No entanto, essa demanda foi explicada de várias formas. Existe a demanda em função da percepção do potencial do mercado, onde a IES já existe e sabe do potencial da oferta de novos cursos para atrair novos alunos. Essa situação é muito comum, pois as instituições que oferecem cursos de turismo/hotelaria são quase sempre privadas e estão constantemente em busca de novos alunos. Sabe-se também que os cursos de turismo/hotelaria são de pequeno investimento e de grande apelo para atrair novos alunos, e muitos cursos foram criados para aproveitar a "novidade". [...] Outra forma de demanda é explicada a partir das potencialidades turísticas de uma região, onde se percebe crescente necessidade de mão-de-obra. [...] Existem outras formas de demanda mais específicas como é o caso de IES que criaram cursos para formar professores em virtude da carência de docentes qualificados na área. Outras razões foram apontadas para a criação dos cursos, como a indicação de reitoria, pedido de empresários, crescimento da rede hoteleira e, finalmente, continuação do curso de tecnólogo, pois o mercado não reconhecia esse profissional e demandava outro com formação plena. (TEIXEIRA, 2001, p. 15-16)

Moesch (2003) lembra que, no Brasil, o fenômeno turístico está ensaiando os primeiros passos, que diversas IES, com diferentes compromissos perante a sociedade, objetivam desenhar o cenário onde a formação profissional se destina a dar conta da função turística. Trata-se de identificar as estufas e os berçários onde estão sendo geradas as consciências transformadoras e a massa crítica para atender um mercado ainda profundamente caracterizado por vícios de interpretação conceitual sobre o Turismo e seu amplo espectro, condicionado a um conhecimento ambíguo e limitado da capacidade transformadora desse marcante fenômeno social.

O que dificulta a situação dos cursos superiores de turismo no Brasil é, praticamente, a inexistência, até a década de 1990, de cursos de mestrado e doutorado, os quais, teoricamente, deveriam formar docentes e pesquisadores para a área. Deixou de existir, portanto, "lócus" próprio para o desenvolvimento de massa crítica que desse suporte à política setorial, inclusive em termos de gestão e planejamento. (AZEVEDO, 2002)

Na atualidade, presencia-se o esforço de alguns pesquisadores em turismo para formação dessa intelectualidade, no sentido de pensar o turismo a partir dos cursos de pós-graduação, maior número de pesquisas, dos encontros, congressos, publicações.

3.3 O Turismo como objeto de estudo e o conhecimento científico em Turismo

Conforme abordamos anteriormente, no meio acadêmico o interesse pela temática “educação em turismo” vem aumentando, o que também se traduz em uma crescente oferta de cursos superiores em turismo no Brasil e em um aumento da produção científico-acadêmica sobre o tema em diversas áreas do conhecimento. Nesta fase do trabalho, iremos tratar da evolução do conhecimento científico em turismo.

O turismo passou a ser objeto de estudo no período entre-guerras, em países como Suíça, França, Grã-Bretanha e Alemanha, inicialmente, como ciência auxiliar da Economia, na análise do movimento de “forasteiros”. No Brasil, recentemente, porém, aparece no meio científico como área de estudo. Segundo Susana Gastal (2004, p. 131), “repensar o turismo como um campo específico do saber é uma tarefa recente”. Regina Schlüter (2004, p. 84) diz que “a produção científica em turismo, realizada nas universidades argentinas, é um fato relativamente novo”.

Assim, embora o turismo, como atividade, tenha uma longa tradição, como assunto acadêmico é um desenvolvimento dos anos 1960. A concentração inicial do desenvolvimento do tema se deu na Europa, mas atualmente pode ser visto como um fenômeno pelo mundo todo. Na década de 1960 havia poucas instituições acadêmicas que ofereciam cursos de turismo (diferentemente dos programas de viagens de negócios e hospitalidade). Conseqüentemente, existiam apenas alguns acadêmicos da área do turismo.

Os primeiros estudos que vão possibilitar uma abordagem científica do turismo são na área da Geografia e da Economia, nas duas primeiras décadas do século XX, na Alemanha. Em outros países, o tema apareceu, em bibliografia especializada, nos anos 1960 e 1970, particularmente nos EUA (REJOWSKI, 1996).

No final do século XX, o turismo, como campo de estudo, passa a ser uma área de conhecimento emergente. Há cursos formais nas universidades, uma crescente produção em publicações sobre estudos turísticos e um número significativo de redes e organizações de pesquisadores (PEARCE, 1993).

Na área de turismo, como em qualquer outra área do conhecimento, o processo de desenvolvimento está profundamente ligado à pesquisa e ao ensino. A pesquisa é que possibilita o estabelecimento de um fluxo contínuo de conhecimento.

O início do século XX é marcado também pelo surgimento de uma preocupação mais séria com o estudo do turismo, apesar das suas primeiras noções na literatura terem surgido na década de 1870 sob a ótica da Geografia (REJOWSKI, 1996).

Um dos primeiros estudos sobre turismo é de Schulliern Zu Schattenhoten, austríaco e economista que, no ano de 1911, publicou uma obra intitulada *Turismo y Economia Nacional*, na qual conceitua o turismo como um fenômeno econômico. Posteriormente, o suíço Kurt Krapf, fundador do Instituto de Estudos Turísticos da Universidade de Berna, incorpora um novo elemento ao estudo do turismo, o conceito *de política turística*. Embora esse novo argumento não tivesse muitos seguidores na área, foi muito bem acolhido pelos políticos,

[...] por imperativo dos políticos, os economistas começaram; a entrar na área da pesquisa sobre o fenômeno turístico, cronologicamente, na primeira metade do século atual, e o fizeram com um fervor tal que pode-se dizer que a Economia Turística é a que oferece mais bibliografia atualmente [...] (FUSTER, 1974, p.18).

O turismo, ainda que seja de interesse da Ciência Econômica, para Acerenza (2002) é evidente que sua raiz não é econômica, mas tem origem no próprio ser humano, que é quem constitui seu elemento fundamental. É assim que surge uma nova corrente de estudo que, baseada na Psicologia, analisa o fenômeno a partir das *motivações* que dão lugar aos deslocamentos por motivo de férias. Os estudiosos do tema consideram Paul Ossipow como precursor desse novo enfoque, pois publicou um dos primeiros trabalhos nessa área.

Segundo Fuster (1974), o turismo analisado como fenômeno, é, na realidade, o resultado e uma soma de visões particulares de um grande conjunto de indivíduos que exercem influências entre si, até formar uma visão geral, universal; em outras palavras: social. Essa característica originou outro enfoque baseado na *Sociologia*, entre cujos pioneiros estão Ramaker.

Existe ainda outro enfoque, fundamentado na *Geografia*, uma vez que turismo tem implicações espaciais importantes. Consideramos que o precursor dessa abordagem é Charles Reau, e, entre seus seguidores, estão Pierre Defert e H. Robinson, ambos autores de trabalhos importantes no campo da geografia turística.

A partir dessas perspectivas, conforme Acerenza (2002), tem surgido, na Europa, uma série de correntes de opinião quanto aos estudos do turismo, identificadas como “escolas”, das quais, segundo o autor, três merecem ser destacadas pela contribuição que representam para o conhecimento do turismo: a *Escola Berlinesa*, que se caracteriza por manter uma orientação basicamente econômica; a *Escola Francesa*, cujo enfoque é eminentemente social, e a *Escola Polonesa*, que introduz o enfoque psicológico no estudo do turismo.

Desse modo, ainda que esses enfoques tenham contribuído para o conhecimento do turismo, seguem as discussões das diferentes disciplinas que se relacionam com ele.

São abordagens que analisam um aspecto do turismo, pois focalizam os interesses da disciplina, o que dificulta o estudo integral do fenômeno. Por essa razão, surgiu outro ponto de vista, nos últimos anos, que pretende analisar a atividade turística em sua totalidade, propondo o estudo do turismo pelo *enfoque de sistemas*, pois permite integrar o conhecimento que as diversas ciências fornecem sobre seus componentes, para conhecer assim o comportamento do conjunto. Apoia-se na teoria geral dos sistemas, da qual a análise da atividade turística toma as bases conceituais e científicas necessárias, sendo um marco de referência coerente que permite identificar os elementos componentes e interatuantes de um dado fenômeno, bem como as funções, relações e interação deste com seu ambiente, entendendo-se por interação a influência recíproca que cada um dos elementos exerce sobre o desenvolvimento do outro (ACERENZA, 2002).

Vários autores destacam a necessidade de se ter uma visão holística do turismo, o que permite compreendermos o seu significado e as interrelações de seu contexto. Para Beni (2001), as definições holísticas procuram abranger um assunto, em sua essência, de forma totalizadora.

Jafari (1994), dissertando a respeito da evolução dos estudos sobre o Turismo, propõe a sistematização desses estudos em quatro grupos denominados “plataformas”, quais sejam: plataforma defensora, plataforma de advertência, plataforma de adaptação, plataforma do conhecimento e, após 10 anos, propõe a quinta plataforma: a pública. (JAFARI, 2004). Cada uma delas defende uma posição distinta em relação ao Turismo, e, apesar de terem surgido cronologicamente, coexistem na atualidade.

Na década de 1960, formou-se a *plataforma de defesa* a partir de ideias de pessoas ou empresas relacionadas com os aspectos econômicos do Turismo. Tal plataforma ressalta e difunde os benefícios do Turismo como atividade econômica, a preservação do ambiente natural e aquele criado pela mão do homem, recria tradições do passado, promove a cultura, estimula o intercâmbio entre culturas diferentes, etc. O autor refere que, em termos gerais, sua mensagem não tem mudado muito ao longo dos anos. Salienta ainda que, com o tempo, a posição adotada pela *plataforma de defesa* começou a ser questionada e recebeu contribuições da comunidade acadêmica, de entidades públicas relacionadas com a natureza e a cultura e dos meios de comunicação. Assim, nos anos de 1970, começaram a ser percebidos os efeitos negativos do Turismo, quando este se mostrou não tão promissor para os países. Foi um período marcado por intensas discussões. Esses efeitos negativos causados pelo turismo de massa definem a *plataforma de advertência*.

A plataforma da advertência diz que o turismo causa inflação, produz fuga de capitais, traz desemprego, por causa da sazonalidade, produz desenvolvimento desigual e dependência externa, polui, destrói, comercializa a cultura e a religião, ameaça a estrutura familiar, estimula a delinquência. (BARRETTO, 2001, p. 132).

De acordo com Jafari (1994), uma vez que as argumentações das *plataformas de defesa e de advertência* se centram nos impactos do Turismo, poderíamos supor que formas de Turismo alternativo teriam menos impactos. Isso fomentou uma terceira linha de pensamento, denominada *plataforma de adaptação*, a qual sustenta que o Turismo tem como centro a comunidade; utiliza recursos locais; assim, beneficia a anfitriões e visitantes por igual.

Na década de 1980, Rejowski e Solha (2002) salientam que questões referentes ao meio ambiente e à qualidade de vida começaram a fazer parte das reflexões sobre Turismo. Surgiram soluções para maximizar seus efeitos positivos e minimizar os efeitos negativos com as suas formas alternativas em contraposição ao turismo de massa: turismo brando, turismo suave, turismo de pequena escala, turismo controlado, ecoturismo, turismo rural, etc.

Jafari (1994, p. 16) indica que a quarta plataforma é a do *conhecimento* e que “esta, em grande parte, é sustentada por membros da comunidade acadêmica e busca apoiar-se em conhecimentos científicos e, ao mesmo tempo, ter laços que a unam às demais plataformas”. Surge, no início dos anos de 1990, quando “as experiências e discussões ocorridas nas décadas anteriores estimularam a produção científica contínua e mais aprofundada sobre o tema, com base na visão holística do turismo e em pesquisas de caráter científico” (REJOWSKI e SOLHA, 2002, p. 111).

Por fim, a quinta plataforma, o Turismo como um bem público, teve seu início, segundo Jafari (2004), na data de 11 de setembro de 2001, e mudou o padrão da atividade. Figuras públicas oficiais começam a falar sobre o Turismo, e torna-se membro das Nações Unidas⁸⁸. Tais abordagens, se consideradas em conjunto, dão um panorama geral da formação e transformação das distintas concepções de Turismo.

As associações científicas que começam a se formar a partir dos anos de 1950 tiveram uma importante participação nesse processo. Tais grupos tinham por interesse pesquisar o turismo e contribuíram significativamente para o desenvolvimento da pesquisa turística. Destacam-se, entre outras: a Associação Internacional de Especialistas de Turismo, (AIEST – *Association Internationale d'Experts Scientifiques du Tourisme*), criada em 1949, por iniciativa de Walter Hunziker e Kurt Krapf, diretores

⁸⁸ Informação obtida na Conferência “Turismo na Dialética Global/Local” proferida pelo Professor Dr. Jafar Jafari, por ocasião do VI Congresso Internacional da Rede Mercocidades, realizado em Porto Alegre – RS, no período 12 a 15 de setembro de 2004.

de institutos turísticos universitários suíços; a Travel and Tourism Research Association (TTRA) – uma organização internacional (predominantemente norte-americana) de profissionais especializados em pesquisa e comercialização de viagens; e a International Academy for Study of Tourism (Iast) – idealizada em 1985, mas o encontro que deu origem à sua fundação aconteceu em junho de 1988, em Santander (Espanha).

Também começam a ocorrer eventos técnico-científicos tais como congressos, encontros, simpósios; seminários, reuniões etc., organizados por uma série de associações, entidades e grupos de interesse, em particular aqueles relacionados à pesquisa e ao ensino.

Alguns autores começam a se preocupar com a epistemologia do turismo. Moesch (2000), no seu livro *A produção do saber turístico*, inova, entre os estudiosos brasileiros, ao discutir o tema, destacando que, até então, a área tem sido estudada a partir da perspectiva econômica, pragmática e consumista. Argumenta que a produção do conhecimento do turismo está apenas no “saber fazer”, distante do “fazer saber”, que é a base das ciências sociais. Complementa que a academia não está integrada e não partilha dos conceitos epistemológicos existentes, gerando uma confusão de terminologias que dificultam a elaboração e a evolução teórica das pesquisas em turismo. Direciona suas discussões a partir de uma reflexão sociológica, percebendo o turismo como prática social com seus alicerces na cultura. Ao abordar o tema do turismo no Brasil, aponta que é estudado de forma a privilegiar o saber sistemático acerca de um tema específico, ou seja, está ligado ao setor produtivo. Quando ocorre um estudo mais teórico do fenômeno, acaba sendo reduzido à economia, à geografia, à psicologia, e assim por diante, faltando, portanto, uma visão interdisciplinar do objeto de estudo. Entretanto, como a atividade turística de certo modo independe das teorias do fenômeno para acontecer, aquela passa a ter supremacia sobre esta. Em sua interpretação, a lógica de mercado adiantou-se à pesquisa científica sobre o tema turismo. Sua definição do turismo deixa transparecer uma preocupação sociológica e humanista, como pode ser percebida nesta passagem:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade consumido por milhões de pessoas como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2000, p. 9).

“Na linguagem da pesquisa em educação superior contemporânea, turismo é [...] uma especialidade com um estilo de aprendizagem concreto e reflexivo” (PEARCE,

1993, p. 27). É uma área aplicada da atividade acadêmica. As disciplinas puras (biologia, filosofia, matemática, física, história, etc.) têm seu próprio corpus e seus métodos específicos para gerar e reproduzir conhecimento em geral. As especialidades (ecologia, publicidade, turismo, informática etc.) são concentrações recentes de atividade acadêmica e compartilham de apenas algumas das características das disciplinas. Elas podem ou não se tornar disciplinas no futuro, sem que isso signifique que são mais ou menos importantes; são apenas diferentes.

Para Jafari (1992), o processo de cientificidade do estudo do turismo

teve início quando pequenos grupos de pesquisadores, freqüentemente separados temporalmente e espacialmente, reuniram-se gradualmente em torno de posições e perspectivas comuns que não poderiam constituir disciplinas. Isto incluiu a participação em problemas comuns a serem explicados ou tratados via determinados métodos, teorias e suposições. Dentro de cada uma dessas áreas métodos e técnicas foram sendo aplicados e aperfeiçoados até serem nativos (ou inerentes) a elas mesmas. Paralelamente, foram-se delineando os parâmetros e identificando-se os seus componentes e dimensões. Significativamente, os princípios fundamentais, baseados em diversos campos com diferentes conteúdos, e a interseção dessas "propriedades intelectuais" gradualmente firmaram uma posição comum para que cada disciplina despontasse. Com o passar do tempo, o novo corpo de conhecimento foi-se nutrido e avançando cada vez mais pesado, acompanhado pelo reconhecimento, através de institutos de educação superior, sobre cujos campos férteis essas novas disciplinas puderam ser cultivadas (JAFARI, 1992, p. 2).

Panosso Netto (2003) evidencia que a construção de uma epistemologia do turismo deveria ser feita por meio de uma teoria capaz de articular as múltiplas facetas dessa área e que abrangesse desde práticas operacionais como também as disciplinas que discutem questões de aspectos sociais, culturais, psicológicos, econômicos, o planejamento turístico, educação patrimonial, ambiental, sociologia e psicologia do turismo. O autor estabelece em seu estudo problematizações que limitam a criação de uma epistemologia do turismo, tais como: a diversidade de formações dos pesquisadores do turismo (oriundos das mais diferentes áreas das ciências humanas), que olham o fenômeno apenas do ponto de vista de sua formação acadêmica, ocasionando limitações na interpretação e parcialidade no conhecimento produzido; a necessidade de articulação entre turismo e filosofia, pois esta última considera o turismo insignificante e por isso há dificuldade de se constituir uma "ciência turística". Ainda sugere que, para se "fazer" uma epistemologia do turismo, deve-se questionar à luz da razão de determinada pesquisa, não apenas pelos resultados demonstráveis, mas, principalmente, pelas bases teóricas que fundamentam a criação da metodologia que foi aplicada no referido estudo. Assinala a importância da epistemologia aplicada ao estudo do turismo, já que esta promove uma revisão sistemática do que é legítimo no

conhecimento do turismo e por que não há concordância sobre o “mapa” ou os limites dos estudos turísticos, e a epistemologia pode ajudar para que os limites sejam estabelecidos. Para o autor, a epistemologia busca verificar o que é válido no conhecimento de determinado fenômeno. É importante ressaltar que essa realidade das coisas se refere ao sentido filosófico, que busca o fim último das questões da natureza (sua razão de ser e sua essência) e não somente os aspectos superficiais (seus acidentes e externalidades). É nesse sentido que o autor discute a necessidade de se estabelecer uma epistemologia do turismo, considerando esta como um grande avanço para nos aproximarmos de uma “ciência turística”, com a formação de um corpus teórico sólido capaz de auxiliar na evolução de teorias, constituição de novas e ainda sustentar o ensino de qualidade do turismo nos diversos âmbitos da educação.

Jovicic (1988, p.02), partindo da afirmação de que a prática do turismo é muito mais avançada do que a teoria que aborda essa prática, também argumenta em favor do estabelecimento de uma teoria do turismo, que deverá passar, obrigatoriamente, por uma descrição epistemológica. Para ela, tal descrição teria viés fenomenológico e seria a mais apurada e objetiva explanação do turismo como um fenômeno especial, a mais precisa e clara das definições do objeto da pesquisa em turismo (JOVICIC, 1988, p. 03).

Para Magalhães e Branco (2006, p.02), é possível entender o turismo de duas formas:

uma tecnicista, ficando a cargo do ensino superior formar mão de obra qualificada, porém acrítica e domesticada, servindo aos interesses do capital. Considera-se aqui o turismo como uma técnica e como mero instrumento para a profissionalização, sem referências históricas, voltada exclusivamente para atender as necessidades econômicas do mercado. Não se percebe a dimensão econômica, política e cultural do turismo, além de desconhecer o movimento histórico que o engendra. Outra perspectiva é a que entende o turismo como ciência, entendido a partir de sua totalidade histórica, com sua dimensão explicativa partindo da economia, da política, da cultura e dos aspectos sociais que o cercam. Para tanto, é necessário que as disciplinas que constituem esta ciência optem por conteúdo mais politizado e histórico, que busque o conhecimento científico, entendendo o turismo a partir de sua multidisciplinariedade, que tem nos aspectos teóricos instrumental para a leitura do real.

O Turismo, enquanto área de estudo, está inserido no campo das Ciências Sociais Aplicadas, segundo a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, porém é uma área do conhecimento que não pode ser considerada como uma ciência por ser recente o seu corpo teórico, cuja evolução só será possível se os estudos forem desenvolvidos como um capítulo das ciências sociais e não como um conhecimento autônomo (BOULLÓN, 1994).

De acordo com Lima (2003), hoje, como campo de conhecimento, o turismo esforça-se por ser considerado “ciência”, ampliando espaços não só de atuação especial, mas de ricas discussões acerca de seus diversos aspectos e tensas imbricações. Apesar de ir vencendo preconceitos, ao longo dos anos, permanece, no entanto, a suspeição das esferas acadêmicas mais respeitadas de que o turismo não seja tema “sério”, do ponto de vista do rigor científico, assim como o mercado de trabalho não identifica claramente o valor da formação acadêmica nessa área.

No Brasil, em relação à literatura técnico-científica em turismo, percebe-se que houve um aumento, principalmente na década de 1990, quando houve uma explosão de bibliografias na área. Nos primeiros anos da década de 1990, uma série de fatores influenciou o aquecimento do mercado editorial em turismo, mas o principal deles foi a proliferação dos cursos superiores. Esse mercado, estimulado pela expansão dos cursos superiores, se aqueceu. Várias editoras começaram a lançar obras sobre turismo, obras nacionais ou traduções dos principais títulos sobre o assunto (SOLHA, 2002; MATIAS, 2002).

Panosso Netto (2005) lembra que, na década de 1970, período em que surgiram os primeiros cursos de graduação em turismo no Brasil, a bibliografia sobre o tema era escassa. Assim, o corpo docente utilizava textos traduzidos do espanhol, francês e inglês e algumas reflexões de brasileiros que escreviam sobre o assunto. Na década de 1980, começam a surgir publicações brasileiras, mas o mercado editorial brasileiro em turismo ainda era tímido. O autor destaca que a primeira série de livros de turismo surgiu, em 1986, com *Turismo: atividade marcante do século XX*, de Geraldo Castelli, pela Editora da Universidade de Caxias do Sul/EDUCS. Outra importante contribuição, foi a Coleção Turismo, lançada pela editora Papyrus, em 1990.

No começo da década de 1990, também surge a primeira revista científica, “Turismo em Análise”, editada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. No final da década, surgem outras revistas: “Turismo: Visão e Ação”, editada pela Universidade do Vale do Itajaí, “Turismo Tendências e Debates”, pela Faculdade de Salvador e o “Boletim de Administração Hoteleira”, pela Universidade Ibero-Americana.

Em relação à bibliografia em turismo, Yázigi (1999, p.25) destaca que, no que se refere ao Brasil atual,

Do ponto de vista de uma teorização do turismo no Brasil, há uma carência quase total de fundamentos. Desde que o turismo se tornou uma esperança de lucros, multiplicaram-se escolas, congressos e indivíduos que se apresentam como os peritos da área. Quem levantar a bibliografia nacional disponível em livros, revistas e brochuras de resumos de congressos e similares, não

precisará de muito tempo para constatar duas fraquezas. De um lado, o número limitado de publicações; de outro, o caráter genérico dessa literatura, isto é, a superficialidade com que os autores emitem opiniões, muitas vezes, extrapolações de outras áreas do conhecimento. É raro deparar-se com temas que sejam produtos de pesquisas exaustivas e originais. Permanece-se no campo das generalidades e dos achismos.

Para Barretto e Santos (2005), o crescimento da produção editorial em turismo não quer dizer que exista uma produção científica significativa que reflita a pesquisa em torno dos fenômenos turísticos no País. Isto se aplica tanto do ponto de vista da originalidade das pesquisas, quanto no que se refere à construção de conhecimento e à elaboração de teorias ou formação de escolas de pensamento a respeito do fenômeno, embora haja um significativo número de dissertações e teses nas universidades, algumas das quais têm sido publicadas. Essa questão leva a um ponto crucial na busca do "para quê?" da ciência. Embora seus procedimentos possam ser aplicados na gestão e no marketing, os objetivos de explicação, compreensão ou interpretação da realidade não são perseguidos com esta finalidade precípua.

No banco de teses da CAPES (05/04/2010), foram listadas 2869 dissertações e teses defendidas referentes ao assunto Turismo. Desse modo, diversos são os trabalhos que, com olhares e objetivos diferentes, procuram reconstituir os caminhos percorridos na constituição da chamada *Área de Turismo*. Esses estudos, produzidos em contextos e períodos diferentes, utilizando metodologias de pesquisa, referenciais teóricos e questões de pesquisa diferenciadas, trazem importantes contribuições para a constituição da memória da área.

A produção acadêmica sobre o ensino em Turismo no Brasil hoje é bastante visível e deve-se à existência de um número razoável de pesquisadores que se congregam em diversos grupos de pesquisa atuantes no país e que são responsáveis pela organização e edição de revistas, pela criação e manutenção de eventos, projetos e cursos de formação continuada, pela implantação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e pelo consequente credenciamento junto aos órgãos normatizadores, principalmente a partir do final da década de 1990, de programas de pós-graduação em Turismo em nível *stricto sensu* existentes no país.

Esses pesquisadores geralmente estão alocados em departamentos de Turismo ou faculdades de Turismo e têm sido responsáveis, no ensino de graduação, por disciplinas envolvendo diversos conteúdos específicos do Turismo. Muitos deles também atuam como docentes e orientadores em programas de pós-graduação e são responsáveis pela formação de mestres e doutores.

PROGRAMA	INSTITUIÇÃO	UF	ANO	NÍVEL	SITUAÇÃO
Hospitalidade	UAM- Universidade Anhembi Morumbi	SP	2002	Mestrado Acadêmico	Reconhecido
Turismo	UNB – Universidade de Brasília	DF	2007	Mestrado Profissional	Reconhecido
Turismo	UFRN – Universidade Federal do RN	RN	2008	Mestrado Acadêmico	Reconhecido
Turismo	UCS – Universidade de Caxias do Sul	RS	2000	Mestrado Acadêmico	Reconhecido
Turismo e Hotelaria	UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí	SC	1999	Mestrado Acadêmico	Reconhecido
Turismo e Meio Ambiente	UNA – Centro Universitário UNA	MG	2004	Mestrado Acadêmico	Reconhecido

Quadro 3 – Programas de Pós-Graduação em Turismo no Brasil

Fonte: CAPES (17/03/2010) Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas/ Área: Turismo

Também a Universidade Estadual de Santa Cruz/BA possui um curso de mestrado acadêmico em Cultura & Turismo (2000), cadastrado na CAPES (17/03/2010) na grande área multidisciplinar, na área interdisciplinar.

A UNIVALI, em Santa Catarina, possui um curso de doutorado em Administração e Turismo, que na CAPES (17/03/2010) está vinculado à grande área das Ciências Sociais Aplicadas na área de Administração (2003).

Neste capítulo, buscamos fazer uma reflexão sobre o ensino superior em turismo e também sobre o conhecimento científico em turismo. Estudando esse contexto, encontramos indicação da possibilidade de pensarmos as práticas pedagógicas que cercam o ensino superior em turismo, como resultado de um processo da organização social, política e cultural da sociedade brasileira.

Percebemos que muitos fatores incentivaram a criação dos cursos de turismo no Brasil, dentre eles, o crescimento da atividade turística no País, no final de 1960 e início de 1970; a criação da EMBRATUR; a necessidade de mão-de-obra qualificada; a valorização do lazer; a abertura dada pelo governo para a criação de novas instituições de ensino particulares e o incentivo a novos cursos com carreiras ainda não regulamentadas. Esses fatores, integrados entre si, e, acrescidos do momento histórico que vivíamos, demandaram o surgimento dos cursos de turismo.

Contudo, podemos pensar que, além de todos esses fatores que contribuíram para o início dos cursos de turismo no Brasil, existiam também, interesses políticos. A implantação desses cursos está inserida num jogo de forças, de um lado, o Estado – a EMBRATUR, através de leis, que induz a força de mercado, e por outro, a iniciativa privada, que vê no turismo grandes oportunidades de sucesso financeiro. Essa

“institucionalização simultânea”, ou seja, esse conjunto de forças sociais não existiu apenas no estado de São Paulo, mas se espalha por todo o país.

Desse modo, há uma interrelação entre o desenvolvimento da atividade turística e o trabalho desenvolvido pelos cursos de turismo, pois entendemos que é a partir das pesquisas e do conhecimento gerado nesses cursos que será possível conhecer a realidade e possibilitar a outras esferas interferir nela, percebendo, assim, um potencial transformador de tais cursos. É com esse intuito que, na terceira parte deste trabalho, vamos analisar a trajetória do Curso de Turismo da PUCRS.